

RPAS
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]



[Handwritten signature]
Luís Almeida
[Handwritten initials]



[Handwritten signature]

Relatório de Gestão

2018

Índice

1. Introdução	2
2. Organização do Município	3
2.1 Órgãos de Administração do Município 2017-2021.....	3
Assembleia Municipal Órgão Deliberativo	3
Câmara Municipal – Órgão Executivo.....	3
3. Recursos Humanos	5
3.1 Introdução.....	5
3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2017	5
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género	7
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria e o Grau de Deficiência.....	9
Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade	9
Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade	10
3.3 Absentismo	11
3.4 Recrutamento e Seleção	12
3.5 Formação Profissional	13
3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IEFP	15
Estágios Profissionais e Curriculares.....	16
Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho	16
Situação Económica/ Financeira.....	17
4. Análise da Execução Orçamental.....	18
4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado	18
Equilíbrio Orçamental	23
4.2 Receita.....	25
Estrutura e Evolução.....	25
Execução Orçamental	33
Saldo de Gerência Anterior.....	36
4.3 Despesa	37
Estrutura e Evolução.....	37
Execução Orçamental Despesa.....	45
Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)	47
Despesa com o Pessoal.....	49
Fundo Social Municipal.....	54
Transferências Correntes e de Capital.....	56
Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia	57
Aquisição de Bens de Capital	58
4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa.....	62
4.5 Indicadores Económico - Financeiros.....	63
4.6 Endividamento	64
5. Balanço e Demonstração de Resultados.....	71
5.1 Balanço.....	71
5.2 Demonstração de Resultados	78
Custos	79
Proveitos.....	80
6. Aplicação de Resultados	82
7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício	83
8. Contabilidade de Custos	84
8.1 Análise de Custos	84
8.2 Análise de Proveitos.....	86
9. Considerações Finais.....	89

RPA/S
9/

~~AAV~~
P
P
Luis Almeida
AAV
AAV

1. Introdução

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, o Município de Arganil apresenta o presente Relatório de Gestão relativo ao ano financeiro de 2018, que se constitui como um dos documentos de prestação de contas, conforme ponto n.º 13, do Decreto-Lei supra mencionado (POCAL) e n.º 28 das Instruções n.º1/2001 – 2ª Secção – Resolução n.º 4/2001 e Resolução 6/2013, do Tribunal de Contas.

Pretende-se, também, com este Relatório, dar cumprimento ao estipulado na alínea l), do n.º 2, do Artigo 25º e na alínea i), do n.º 1, do Artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

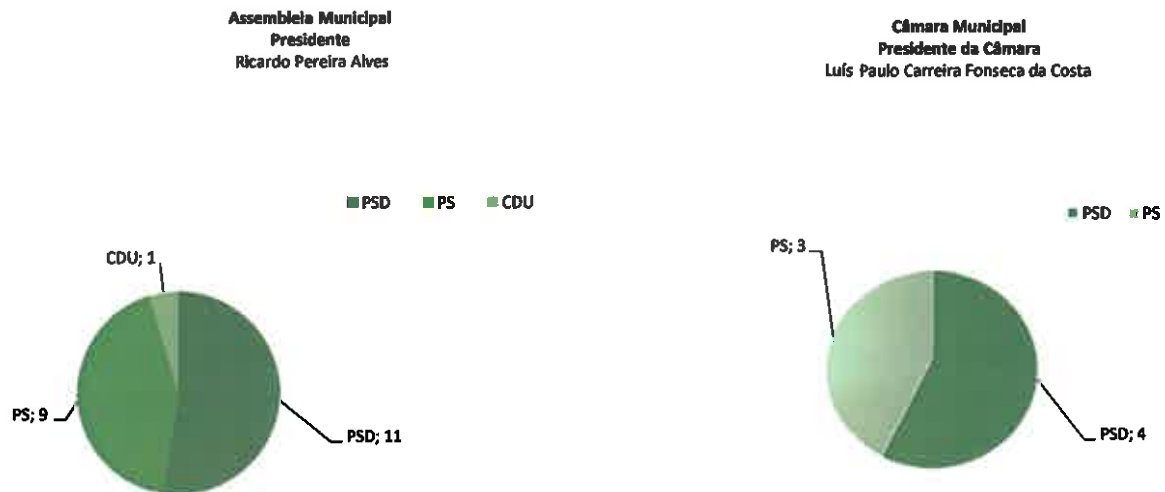
Por seu lado, compete à Assembleia Municipal, nos termos do nº1, do art.º.76º, da Lei, nº 73/2013, de 3 de setembro (Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais), a sua apreciação e votação - Controlo Político. Cabe ao Tribunal de Contas, de acordo com o fixado no art.º 80º, da mesma Lei, o Controlo Jurisdicional, cumprido que foi, para efeitos de acompanhamento da evolução das diferentes rubricas orçamentais, em termos trimestrais e no cumprimento do *dever de informação*, o seu envio aos Órgãos de tutela da Administração Pública Central – Direcção-Geral das Autarquias Locais e Direcção-Geral do Orçamento.

Para além das obrigações legais a cumprir, este Relatório de Gestão demonstra, ainda que de forma resumida, nos diversos aspetos que o compõem, a execução das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, no ano financeiro de 2018.

A análise desenvolvida no presente Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam.

2. Organização do Município

2.1 Órgãos de Administração do Município 2017-2021



Assembleia Municipal Órgão Deliberativo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Arganil, órgão deliberativo do Município, é constituída por 35 membros, dos quais 21 são eleitos diretamente e os restantes 14 são Presidentes de Junta de Freguesia, que também a integram.

De 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2018, a Assembleia Municipal realizou 5 sessões ordinárias: 24 de fevereiro, 25 de abril, 16 de junho, 29 de setembro e 29 de dezembro. Realizou, ainda, 1 sessão extraordinária a 13 de outubro.

Câmara Municipal – Órgão Executivo

De acordo com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, para além do Presidente, a Câmara Municipal de Arganil é composta por 6 vereadores, uma vez que, o Município tem menos de 50.000 eleitores.

Durante o ano de 2018 a Câmara Municipal efetuou 24 reuniões ordinárias e 6 reuniões extraordinárias.

RPMS
9/

[Handwritten signatures and initials]
Luís Almeida
BPPA

Luís Paulo Carreira Fonseca da Costa
Presidente

Planeamento Estratégico e Desenvolvimento Económico, Obras Municipais, Administração Direta, Juntas de Freguesias, Gestão Financeira, Proteção Civil e Segurança, Relações Institucionais e Turismo

Paula Inês Moreira Dins
Vice-Presidente

Luís Miguel das Neves Campos Almeida
Vereador

Érica Gerales Castanheira
Vereadora

[Handwritten signature]

Cultura e Património, Saúde e Associativismo

Educação e Qualificação, Ação Social, Juventude e Desporto, Gestão Administrativa, Qualidade e Modernização Administrativa

Ambiente, Mobilidade, Energia, Floresta e Recursos Endógenos, Recursos Humanos, Ordenamento do Território e Urbanismo

Vereadores sem Pelouro atribuído

Rui Miguel da Silva Vereador	Fernando José Ribeiro Cavaleiro da Maia Vale Vereador	Tyoga Shylo Norma Macdonald Vereadora
--	---	---

Pessoal do Gabinete de Apoio à Presidência:
Secretária do Presidente: Susana Marina Lobo da Costa
Secretária da Vereação: Diana Raquel Simões Moura

3. Recursos Humanos

3.1 Introdução

A estratégia da gestão de recursos humanos do Município de Arganil no ano de 2018 foi dirigida para a otimização e flexibilização das competências profissionais disponíveis, intensificando a utilização das tecnologias de informação e comunicação, focalizando o serviço público na satisfação dos cidadãos mas continuando a contribuir para a consolidação da despesa na área, através do controlo rigoroso da rotação de trabalhadores e revalorizando as metodologias existentes da gestão pública.

A execução do Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários, aprovado pela Lei nº112/2017, de 29/12 pressupôs o reconhecimento das situações cujo exercício de funções correspondesse a atividades de natureza permanente e avaliação da adequação dos vínculos (contrato de trabalho em funções públicas com termo, contrato emprego inserção e ou contrato emprego inserção +) à satisfação dessas necessidades, a serem prestadas através de vínculo de emprego público por tempo indeterminado. De acordo com o anterior foi reconhecida a necessidade permanente de 36 postos de trabalho dos quais foram efetuados 34 recrutamentos, representando um esforço excecional da Autarquia na estabilização da natureza dos postos de trabalho do seu mapa de pessoal e na satisfação das necessidades permanentes na prestação de atividades no âmbito das suas atribuições.

O ano de 2018 foi ainda marcado pelo processo de “descongelamento de carreiras” na Administração Pública, uma vez que o artº18º da Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2018, aprovada pela Lei nº114/2017, de 31/12 determinou o início da possibilidade de valorizações remuneratórias, inclusive de alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório nos termos do artº156º da Lei Geral do trabalho Em Funções Públicas, aprovada em anexo à Lei nº35/2014, de 20/06 na atual redação, permitindo que muitos trabalhadores do mapa de pessoal do Município de Arganil alterassem o seu posicionamento remuneratório em função da sua avaliação de desempenho.

A caracterização dos recursos humanos do Município de Arganil, aferida a 31/12/2018, evidencia o anterior e as crescentes responsabilidades da Autarquia consequentes da prossecução das suas atribuições e competências. Destaca-se ainda neste contexto a celebração de contrato de prestação de serviços na modalidade de tarefa para execução das atividades específicas relativas à implementação do projeto Arganil + Migração, que contempla a execução do plano Municipal para a integração de Migrantes, no âmbito do Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração.

3.2 Evolução dos Recursos Humanos 2004/2018

Ao longo dos últimos catorze anos foi registada uma diminuição significativa do pessoal ao serviço da Autarquia, relativamente ao ano de 2018, verificou-se um acréscimo de 27 trabalhadores, perfazendo 215 no final do ano transato.

RPMS
P

[Handwritten signatures and initials]

Quadro Comparativo 2004/2018

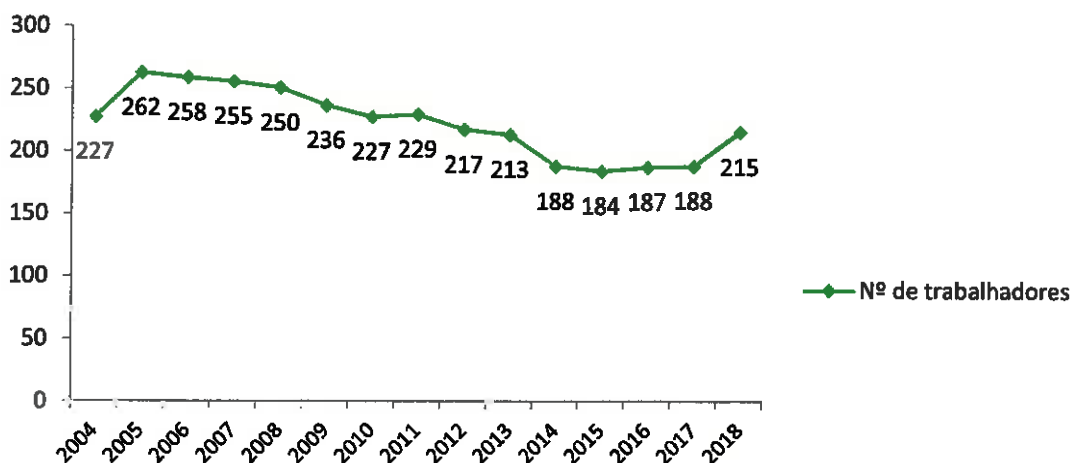
Vínculo/Situação	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Nomeação Definitiva	193	202	200	186	185	178	200	202	195	196	183	173	174	173	205
Contrato Administrativo de Provisamento	3	4	1	0	0										
Contrato de trabalho por tempo indeterminado	0	0	2	11	22										
Contrato de trabalho com termo resolutivo certo	18	48	41	41	40	33	25	25	19	15	3	8	10	15	5
Requisições de Outros	2	1	1	1	0										
Requisições a Outros	0	0	0	0	1										
Destacamentos	0	0	0	2	0										
Cedência Especial CMA	0	0	1	1	0										
Comissão de Serviço									2	1	1	2	2	0	3
Mobilidade interna a outros	0	0	1	1	1	2	1	1							
Prestações de Serviços (Avenças e Tarefas)	11	7	11	12	1	1	1	1							
TOTAL	227	262	258	255	250	236	227	229	217	213	188	184	187	188	215

Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado: 95,35%;

Trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas com termo resolutivo certo e em comissão de serviço: 3,72%;

Trabalhadores em regime de prestação de serviços (avença ou tarefa): 0,93%

Evolução do nº de trabalhadores 2004-2018



Do quadro comparativo acima apresentado verifica-se que, relativamente ao ano anterior, em 2018 foi registado um aumento significativo do número de trabalhadores, justificado pela execução do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública e pela necessidade de dotar a Autarquia dos recursos e competências suficientes que garantam a prossecução, com qualidade, das atribuições autárquicas, compensando a saída de trabalhadores nos últimos anos, por aposentação,

antecipada ou por situação de invalidez e para exercício de funções em outras entidades públicas ou privadas.

Dos trabalhadores na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado verifica-se que 123 pertencem ao regime de proteção social convergente (Caixa Geral de Aposentações) e 85 ao regime geral de segurança social, registando este último grupo um aumento face a anos anteriores, confirmando assim a reestruturação do regime de proteção social dos trabalhadores da administração pública operada desde 2006. Considerando estes dois grupos de trabalhadores e face ao ano transato, destaca-se o aumento da despesa na sua generalidade em relação direta com o aumento do número de trabalhadores e com os aumentos e valorizações salariais concedidos à Administração Pública. Os encargos com a proteção social dos trabalhadores diminuíram, exceto na rubrica da remuneração paga em doença relativa aos trabalhadores integrados no regime de proteção social convergente que aumentou em virtude também do acréscimo anual das situações de ausências por esse motivo.

Trabalhadores CTFP por tempo indeterminado					
	2017		2018		2017 vs 2018
	RPSC	RGSS	RPSC	RGSS	
Remuneração base	1.158.963,80	402.843,10	1.141.693,39	509.279,47	↗
Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório	0,00	0,00	30.462,85	1.361,71	S/C
Subsídio de férias	99.031,11	34.895,82	102.859,78	39.821,98	↗
Subsídio de natal	100.363,70	34.872,97	102.430,72	59.304,41	↗
Subsídio de refeição	128.423,43	45.640,46	129.381,48	59.304,41	↗
Encargos com a saúde (ADSE)	21.711,48	5.092,21	19.056,88	6.741,41	↘
Ajudas de Custo	5.112,88	1.462,66	6.689,97	2.971,05	↗
Trabalho Suplementar	34.377,36	13.603,89	38.037,84	13.700,55	↗
Suplementos remuneratórios	13.412,52	3.410,04	12.101,87	4.996,60	↗
Abono de família	15.146,65	RGSS	11.561,53	RGSS	↘
Remuneração paga em doença	36.405,35	RGSS	50.587,96	RGSS	↗
Proteção na parentalidade	382,38	RGSS	513,50	RGSS	↗
Pensões	9.313,03	RGSS	8.891,77	RGSS	↘

Caracterização dos Recursos Humanos Segundo Vínculo/ Categoria/ Género

Trabalhadores em CTFP por tempo indeterminado			
Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	18	20	38
Coordenador Técnico	0	2	2
Assistente Técnico	16	24	40
Encarregado Operacional	4	0	4
Assistente Operacional	76	45	121
Total	114	91	205

RPMS

9/

~~AAAA~~

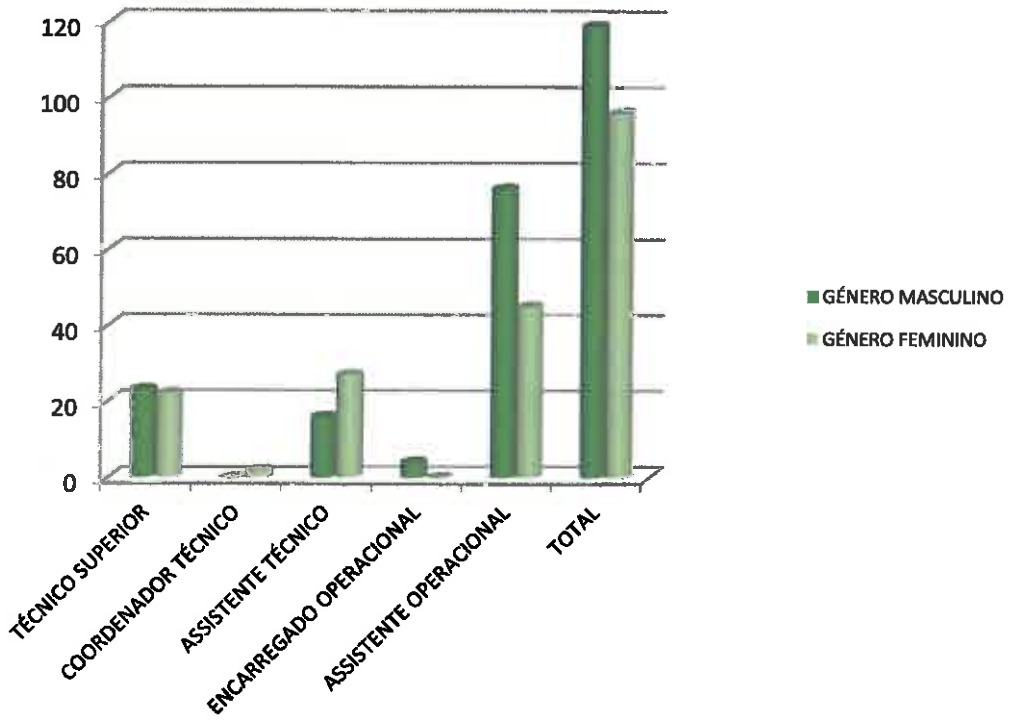
Luís Almeida

10/0

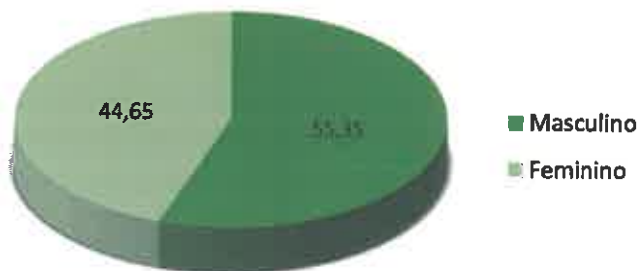
Trabalhadores em CTFP com termo resolutivo certo

Grupo de Pessoal	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	3	1	4
Assistente Técnico	0	1	1
Assistente Operacional	0	0	0
Total	3	2	5

Nº de trabalhadores total por género e categoria



% de trabalhadores por género



Quanto ao género, 55,35% dos recursos humanos do Município de Arganil são do género masculino e 44,65% do género feminino, sublinhando-se que 63,97% dos trabalhadores do género masculino pertencem à carreira de Assistente Operacional; a maioria dos trabalhadores da categoria de Assistente Técnico são do género feminino e na carreira de Técnico Superior verifica-se um maior equilíbrio do género.

Caracterização dos Recursos Humanos segundo a categoria e Grau de Deficiência

Categoria	Género		Total
	Masculino	Feminino	
Técnico Superior	1	1	2
Assistente Técnico	1	0	1
Assistente Operacional	1	1	2
Total	3	2	5

Dos 215 colaboradores do Município de Arganil, 2,33% são portadores de grau de deficiência.

Caracterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e a Idade

Atendendo ao quadro seguinte, verifica-se que 53,49% dos trabalhadores do Município de Arganil possuem entre 45 e 59 anos de idade e nesse intervalo, 58,26% são colaboradores do género masculino e também nos intervalos superiores a 60 anos, 65,38% são do mesmo género. A média etária dos colaboradores ronda os 49 anos.

Intervalo de Idades	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado Operacional		Total
	M	F	M	F	M	F	
(20-24)	0	0	0	1	0	0	1
(25 - 29)	3	1	0	1	0	0	5
(30 - 34)	5	3	2	2	0	3	15
(35 - 39)	8	2	0	4	4	4	22
(40 - 44)	5	7	1	4	7	7	31
(45 - 49)	0	5	2	7	10	10	34
(50 – 54)	0	1	4	2	17	11	35
(55 – 59)	1	1	4	7	29	4	46
(60 – 64)	0	1	3	0	12	3	19
(65 – 69)	1	1	0	1	1	3	7
TOTAL	23	22	16	29	80	45	215

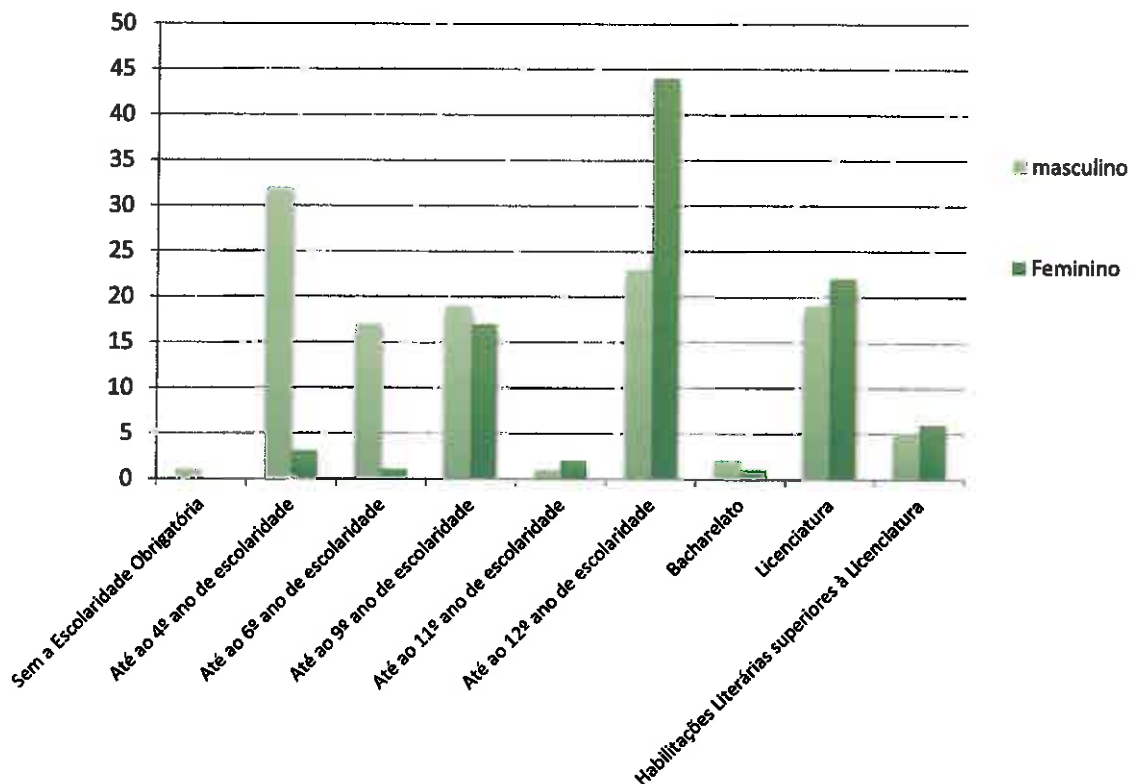
RPMS

[Handwritten signatures and initials]

Caraterização dos Recursos Humanos Segundo a Categoria, o Género e os Níveis de Escolaridade

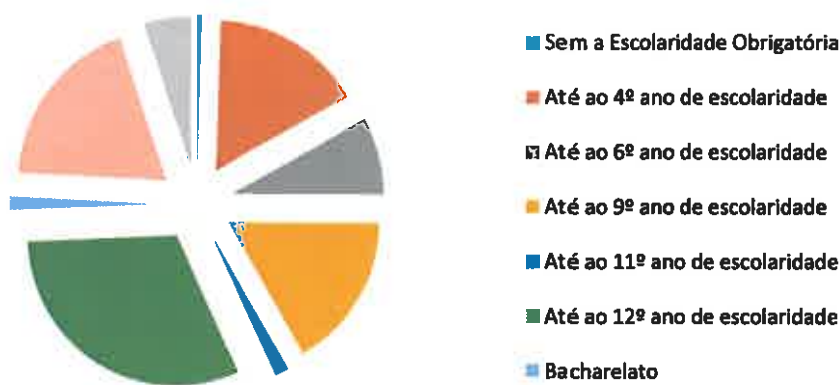
Níveis de escolaridade	Técnico Superior		Coordenador Técnico e Assistente Técnico		Assistente Operacional e Encarregado operacional		Total
	M	F	M	F	M	F	
Sem a Escolaridade Obrigatória	0	0	0	0	1	0	1
Até ao 4º ano de escolaridade	0	0	0	0	32	3	35
Até ao 6º ano de escolaridade	0	0	0	0	17	1	18
Até ao 9º ano de escolaridade	0	0	1	2	18	15	36
Até ao 11º ano de escolaridade	0	0	1	0	0	2	3
Até ao 12º ano de escolaridade	0	0	12	22	11	22	67
Bacharelato	1	1	1	0	0	0	3
Licenciatura	17	15	1	5	1	2	41
Habilitações Literárias superiores à Licenciatura	5	6	0	0	0	0	11
TOTAL	23	22	16	29	80	45	215

Estrutura habilitacional por género dos trabalhadores do Município de Arganil



A estrutura habilitacional da Autarquia revela que 16,74% dos seus trabalhadores possuem até ao 1º ciclo do ensino básico, 8,37% detêm o 2º ciclo e 16,74% têm o 3º ciclo. 74,42% dos trabalhadores possuem até ao 12º ano de escolaridade e 25,58% possuem habilitações literárias de nível superior. Verifica-se que quanto maior for o grau de habilitações literárias, maior é a quantidade de trabalhadores do género feminino. O nível de escolaridade médio dos trabalhadores do Município de Arganil continua a aumentar ao longo do tempo.

Estrutura habilitacional dos trabalhadores do Município de Arganil



3.3 Absentismo

Absentismo		
Designação da ausência	N.º de ausências/ ano (em dias)	%
Falta por conta do período de férias	105,5	2,22%
Falta por greve	12	0,25%
Falta por falecimento de familiar	83	1,75%
Falta por atividade sindical	15,5	0,33%
Falta eleito local	28,5	0,60%
Proteção na parentalidade	285	6,01%
Faltas para Consultas Médicas	267,5	5,64%
Consultas médicas ou tratamento ambulatório com familiares	213,5	4,50%
Faltas por doença	3285	69,25%
Falta por Acidente em Serviço	348	7,34%
falta por casamento	30	0,63%
Faltas e licenças ao abrigo do Estatuto de Trabalhador Estudante	62,5	1,32%
Falta por cumprimento de Obrigações Legais	3,5	0,07%
Acompanhamento escolar	4,5	0,09%
Total	4744	100,00%

Considerando o cômputo das ausências anteriores, a taxa de absentismo da Autarquia no ano de 2018 foi igual a 9,72% (por cada 100 horas de trabalho foram registadas 9,72 horas de ausência), acrescendo 0,84% relativamente ao ano de 2017, porém o número de trabalhadores sofreu um aumento significativo.

As ausências que maior peso tiveram na taxa de absentismo em causa foram as motivadas por doença, acidentes em serviço, maternidade e paternidade e faltas para consultas médicas, conforme percentagens representadas no quadro anterior.

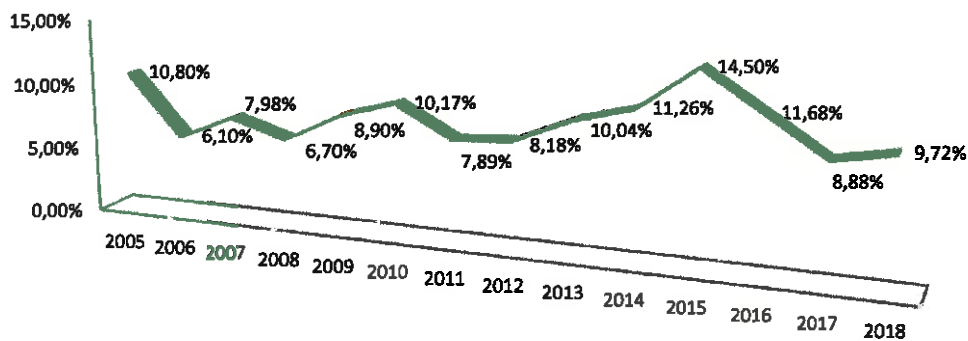
Relativamente às faltas por doença, 75,95% correspondem a trabalhadores enquadrados no regime de proteção social convergente e no cômputo das faltas no âmbito da proteção na parentalidade

(maternidade, paternidade e assistência a descendentes) a maioria foi registado por trabalhadores do regime geral da segurança social.

Para além das ausências que têm maior peso na taxa de absentismo, as ausências que congregaram um número maior de colaboradores foram as registadas por conta do período de férias.

No gráfico seguinte podemos observar a evolução das taxas de absentismo nos últimos catorze anos:

Evolução da taxa de absentismo 2005-2018



3.4 Recrutamento e Seleção

Durante o ano de 2018 foram abertos os seguintes procedimentos concursais comuns de recrutamento e ou utilizadas as reservas de recrutamento internas existentes:

Vínculo	Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Unidade Orgânica
Comissão de Serviço	Chefe de Divisão	Direção	2	Divisão de Administração Geral e Financeira e Divisão de Gestão Urbanística
CTFP por tempo indeterminado	Técnico Superior	Direito	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Assistente Operacional	Transportes	2	Divisão de Gestão Urbanística
CTFP com termo resolutivo certo	Assistente Técnico	Turismo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Assistente Operacional	Educação	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social

No âmbito do Programa de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários da Administração Pública foram abertos os seguintes procedimentos concursais para a satisfação de necessidades permanentes através do recrutamento de postos de trabalho na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Categoria	Área Funcional	Nº de postos de trabalho	Unidade Orgânica
Técnico Superior	Informática	1	Divisão de Administração Geral e Financeira
	Comunicação Multimédia	1	
	Arquivo	1	
	Contratação Pública	1	
	Engenharia Civil	2	Divisão de Gestão Urbanística
	Medicina Veterinária	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Engenharia Alimentar	1	
Desporto e Educação Física	2		
Assistente Técnico	Administrativo	1	Subunidade Financeira
	Administrativo	1	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Educação	2	
	Bibliotecas	1	
	Turismo	1	
Assistente Operacional	Serviços Gerais	6	Subunidade de Administração Geral
	Saneamento	2	Divisão de Gestão Urbanística
	Transportes	1	
	Vias	4	
	Espaços Verdes	1	
	Educação	5	Divisão de Desenvolvimento Económico e Social
	Turismo	1	

3.5 Formação Profissional

Os seguintes dados referem-se a formação profissional e programas de treino ministrados pela iniciativa da Autarquia e, de acordo com estes, cada colaborador recebeu, em média, 18,985 horas de formação profissional em 2018, considerando o volume de 4023 horas de formação profissional, um aumento excepcional face aos anos anteriores, excluindo deste cômputo as 22 horas de autoformação profissional. No âmbito das ausências para autoformação profissional foram frequentadas 2 ações de formação profissional por um total de 2 trabalhadores.

Área de Formação	Ação de Formação	Duração (horas)	Nº de Formandos	Entidade Formadora
Ação Social	Formar para a Igualdade	415	7	CIM RC
	IV Conferência Internacional GOVINT- "E que tal se colaborássemos?"	14	1	Fórum para a Governação Integrada
	I Jornadas sobre Parentalidade da Figueira da Foz	7	1	Casa Nossa Senhora do Rosário
	Encontro - E que tal se colaborássemos? - Introdução à Governação Integrada.	7	3	GOVINT
	Enquadramento do sistema de proteção de crianças e jovens e CPCJ	7	1	CPCJ
	Avaliação e Intervenção no Sistema de Proteção	14	1	CPCJ
	Encontro Nacional de Avaliação das Atividades das CPCJ'S - "Ser Criança no Século XXI"	21	1	CPCJ
	Parentalidade Positiva: co - construir caminhos com as famílias	7	1	CPCJ
	Curso III - Processo de Promoção e Proteção no Sistema de Gestão das CPCJ	14	1	CPCJ
	Igualdade de Género na Agenda Local	7	2	Universidade Beira Interior
	Formação Inicial Teórica para Técnicos da rede CLAIM	19	1	Alto Comissariado para as Migrações
	Aprofundamento da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo num Estudo de Caso	7	1	CNPDPJ
Gestão	Lei do Orçamento de Estado de 2018 - Implicações na Gestão dos Recursos Humanos	7	2	CIM RC

RPAS

Handwritten signatures and initials: AA, P, B, and others.

	Orçamento do estado para 2018 - Implicações financeiras e de gestão nas autarquias locais e outras entidades da administração local	7	3	CIM RC	
	Regulamento Geral de Proteção de Dados	7	4	CIM RC	
	Revisão do Código dos Contratos Públicos	7	4	ANMP	
	Seminário "CCP Revisto - Principais Efeitos Práticos"	7	1	CIM RC	
	Manual do Procedimento Concursal-Especificidades PREVPAP	1	14	Município de Arganil	
	SNC-AP - Contabilidade Orçamental e Financeira - Casos Práticos	12	4	ATAM	
	SNC - AP	160,5	4	INA / UNILEO	
	Gestão de Privacidade - RGPD	14	1	UNAVE	
	Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados	1,5	25	Município de Arganil	
	Regulamento e Proteção de Dados	25	11	Bestcenter	
	Circular+, Potenciar as Compras Públicas na CIM Região de Coimbra	7	2	CIM RC	
	Regulamento Geral de Proteção de Dados	7	17	CIM RC	
Suporte	Fotografia Digital - Área Audiovisuais e Produção dos Média	50	3	CEARTE	
	Inglês	50	4	Centro Qualifica	
	IIª Jornadas Gestão de Informação-Interação entre arquivistas e informáticos	7	1	BAD	
	Curso Direitos dos Consumidores 2018 - Despertar a atenção dos consumidores	7	1	DECO	
	Trimble Express	7	2	EA Campos, soluções para topografia e video	
	Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes - Formação Observada	14	2	ACN	
	Projeto ePaper	2,5	7	MIND	
	Espaços Cidadão: Pressupostos e Procedimentos	60	1	AMA	
	Solução de Gestão de Stocks - GES	14	7	AIRC	
	Registo de Cidadão da União Europeia	7	3	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	
	MYDoc Win - Gestão Documental: Perfil Administrador	7	4	AIRC	
	MYDoc Win - Gestão Documental: Perfil Regular	7	16	AIRC	
	X -arq	12	1	Mind	
	Questões Laborais	3,5	1	ACT	
	Sessão Flash - Temas Cadentes de Direito Autárquico	7	2	CCDR	
	Atendimento Balcão Único	93	5	AMA	
	Transporte Coletivo de Crianças, Formação Contínua para Motoristas de Pesados de Mercadorias, Formação Contínua para Motoristas de Pesados de Passageiros	41	6	IFR	
	Workshop Protocolo Oficial Avançado	7	3	IIP	
	Turismo, Cultura e Desporto	Vê Portugal - 5ª Forum de Turismo Interno	14	1	Turismo do Centro de Portugal
		Arqueologia, Museus e Comunidade (s)	14	1	CM Fundação
Jornadas do património@Arganil.com€		7	3	Município de Arganil	
Programa de Literacia Familiar Conto Contigo		11	1	DGLAB	
Treinador de Desporto de Natação Grau I		7	2	Federação Portuguesa de Natação	
Colóquio Futebol em Análise - Arganil 2018		8	3	Associação Nacional dos Treinadores de Futebol	
13º Congresso Nacional BAD		21	4	BAD	
Cimeira do Associativismo e Juventude - Mais Juventude		8	1	FNAJ	
Conferência do Plano Nacional de Leitura		7	1	PNL	
International Summit: Cultural Sustainable Destinations Without Border		21	2	Aldeias Históricas de Portugal	
41º Congresso APTN - Braga 2018		14	2	APTN	
Seminário Gestão de Piscinas		3	1	Portugal Aquatraining	
Modelo de Referência da FPN para o Ensino e Aperfeiçoamento Técnico		5	4	Federação Portuguesa de Natação	
II Encontro de Arqueologia de Lisboa		7	1	Centro de Arqueologia de Lisboa	
Ambiente e Urbanismo		XVIII Fórum Internacional de Desporto	7	1	Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física Universidade de Coimbra
	Eficiência Energética em Centros Históricos	7	2	DRCC	
	Jornadas Técnicas CTGA 2018	7	2	CTGA	
	Sensibilização no Âmbito do Ordenamento do Território	2,5	7	CCDR	
	Praia Acessível - Praia para todos!	3	2	APA-ARH Centro	
	XYLELLA FASTIDIOSA	7	2	DGAV	

Educação	As boas práticas em Vigilância de Transporte Coletivo de Crianças	1	5	Município de Arganil
	Breves Noções de Higiene e Segurança Alimentar para Manipuladores de Alimentos	2	6	Município de Arganil
	Projeto Realiza-te/Promoção da Educação Parental - Tec Sup	14	2	CIM RC
	Projeto Realiza-te/Promoção da Educação Parental - Ass Operacionais	14	4	CIM RC

3.6 Projetos no Âmbito das Medidas de Incentivo e Apoio ao Emprego do IIEFP

No ano de 2018 foi possível aceder a um conjunto de medidas que visaram estimular a criação de emprego e promover a inserção profissional de desempregados. Neste contexto, o Município de Arganil promoveu contratos emprego-inserção, medida direcionada a desempregados beneficiários de prestações de desemprego, subsídio social de desemprego ou rendimento social de inserção e pressupõe a realização de trabalho socialmente necessário durante um período máximo de 12 meses, tendo em vista promover as competências socioprofissionais e a manutenção do contato destes trabalhadores com o mercado do trabalho, evitando o seu risco de isolamento, desmotivação e marginalização. O Município de Arganil promoveu e desenvolveu no ano de 2018, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional, 4 projetos neste âmbito, num total de 13 trabalhadores ocupados.

Área de atividade promovida pelo projeto	Género e Nº de colaboradores objeto de candidatura		Medida de Apoio
	M	F	
Serviços Gerais	1	2	Contratos Emprego-Inserção
Serviços Gerais	3	3	Contratos Emprego-inserção +
Apoio à infância	1	3	
TOTAL	5	8	*

No âmbito da medida Emprego Apoiado em Mercado Aberto destinada a pessoas com deficiência e incapacidade, o Município de Arganil integrou 5 trabalhadores em contrato de trabalho a termo certo e também dirigido a este público-alvo, foi promovido 1 contrato emprego inserção +, nas seguintes áreas:

Área de atividade promovida pelo projeto	Género e Nº de colaboradores objeto de candidatura		Medida de Apoio
	M	F	
Serviços Gerais	1	0	Contratos Emprego-Inserção+
Serviços Gerais	0	1	Emprego Apoiado em Mercado Aberto
Limpeza e conservação de espaços públicos	3	0	
Edifícios e equipamentos	1	0	
TOTAL	5	1	*

RPMS
9/

B
\$
B
Lina Almeida
2018
H/

Estágios Profissionais e Curriculares

No ano de 2018 o Município de Arganil acolheu 19 estágios curriculares consolidando o papel social e educacional que a Autarquia detém e oferecendo, sempre que possível, oportunidade aos jovens para acrescerem a sua formação em contexto de trabalho através do contacto e do serviço na organização municipal. No ano transato não foram promovidos estágios profissionais em virtude de não ter sido lançada nova edição do Programa de Estágios Profissionais para a Administração Local.

Estágios		
Área do Estágio	Nº de estagiários	Entidade Formadora
Técnico de Informática, Instalação e gestão de redes	1	IEFP
Sapador Florestal	9	
Recursos Florestais	1	
Gestão Ambiental	1	Agrupamento de Escolas de Arganil
Turismo Ambiental e Rural	2	
Técnico de Multimédia	3	
Secretaria de Administração e Direção	1	ISCA Coimbra
Administração Público Privada	1	Faculdade Direito UC
TOTAL	19 *	

Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho

O Município de Arganil detém as áreas da higiene, segurança e saúde no trabalho contratualizadas externamente e de cujas prestações de serviços resultou a emissão de 81 fichas de aptidão para o trabalho (medicina no trabalho) e um investimento com as citadas estruturas no sentido do cumprimento das obrigações de saúde, higiene e segurança no trabalho de 3.288,09€.

Situação Económica/ Financeira

Introdução

O presente capítulo do Relatório de Gestão do Município de Arganil, vem dar cumprimento ao estipulado na Nota Técnica n.º 13 do POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, concretamente no que se refere à disponibilização de elementos relativos à atividade financeira e patrimonial da Autarquia, no exercício económico de 2018.

A análise desenvolvida no presente capítulo do Relatório de Gestão é suportada nos elementos constantes dos diversos documentos de prestação de contas, devidamente evidenciados nos quadros e gráficos que se apresentam, e permite uma reflexão sobre o modo como se operou a execução do orçamento e a posição financeira da Autarquia, através do estudo da evolução e da estrutura dos diferentes agregados contabilísticos, permitindo uma avaliação global e sucinta do desempenho económico e da situação patrimonial reportada ao exercício de 2018.

Tendo por base esta documentação, elaborada de acordo com as considerações técnicas explicitadas no POCAL, torna-se obrigatório sublinhar a problemática do endividamento, por força do disposto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro da Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e no Orçamento de Estado.

RPMS
//

* D
~~AAZ~~ P
di
W. Almeida
B. B. B.
A. Lopes

4. Análise da Execução Orçamental

O Orçamento do Município de Arganil para 2018 foi elaborado segundo as regras contabilísticas enunciadas no Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, e segundo o classificador orçamental definido no Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de fevereiro. Foi aprovado, nos termos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, pela Câmara Municipal e pela Assembleia Municipal, respetivamente, em 11 de dezembro e 16 de dezembro de 2017.

Os documentos previsionais e de planeamento, concretamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento, definiram para 2018, as principais escolhas de política de desenvolvimento para o concelho, identificando os projetos prioritários e mobilizando os recursos técnicos, humanos e financeiros necessários à sua execução.

4.1 Comparação entre Orçamento Inicial, Final e Executado

O Orçamento de 2018 do Município de Arganil foi aprovado com um valor de 22.989.382,00€, tendo registado um acréscimo de 988.363,00€ (4,49%), relativamente ao exercício de 2017.

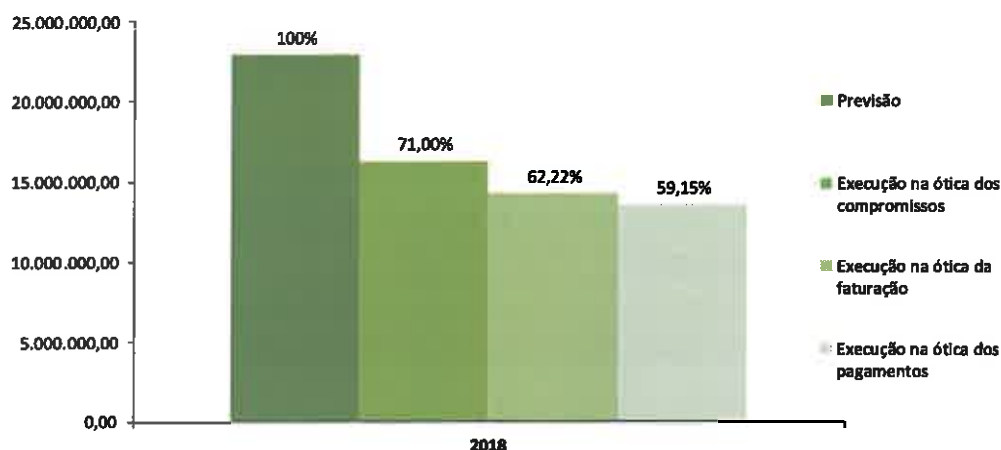
O Orçamento Inicial da Receita para 2018 foi aprovado com um valor total de 22.989.382,00€ dos quais 13.247.996,00€ diziam respeito ao montante de receitas correntes previstas e 9.741.386,00€ respeitavam à receita de capital estimada.

A receita total cobrada totalizou a importância de 14.225.648,79€ registando uma taxa de execução, relativamente ao valor orçamentado, de 85,13%.

O Orçamento da Despesa foi aprovado com um montante de 22.989.382,00€, correspondendo 11.191.212,00€ às despesas correntes e 11.798.170,00€ às despesas de capital. A taxa de execução dos pagamentos situou-se em 81,38%.

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite aferir da concretização das previsões realizadas, nomeadamente na angariação da receita estimada, visto que esta arrecadação é que condiciona a despesa.

A taxa de execução orçamental global, de cerca de 71,00%, verificada na ótica do compromisso (do exercício), demonstra que do total da despesa que inicialmente a autarquia se tinha proposto realizar, parte estava efetivamente em fase de finalização ou a decorrer à data de 31-12-2018. Devido à redução das transferências comunitárias e das transferências do Orçamento de Estado, que ao contrário do que era expectável, não têm acompanhado o esforço da autarquia, a execução na perspetiva do pagamento ficou nos 59,15% (em 2010 foi de 67,81%, em 2011 de 73,94%, em 2012 76,96%, em 2013 de 66,72%, em 2014 73,90%, em 2015 de 68,12%, 2016 61,29% e em 2017 58,70%).



Durante o ano de 2018, o Orçamento Municipal sofreu 30 modificações orçamentais, das quais 27 alterações e 3 revisões. Estas modificações originaram um decréscimo global do orçamento de 27,31%, isto é, entre o orçamento inicial e o orçamento corrigido existe uma diferença de -6.278.362,46€.

A diferença apurada deve-se sobretudo aos projetos relacionados com as candidaturas dos incêndios de 2017, que não foram objeto de execução conforme inicialmente previsto.

Execução Orçamental 2018

	Inicial	Orçamento Orçamento Final	Variação	Execução		
				Valor Executado	Desvio	%
Recelta						
01- Impostos diretos	1633.356,00	1633.356,00	0,00	1504.877,22	-128.478,78	92,13%
02- Impostos indiretos	81265,00	81265,00	0,00	86.522,60	5.257,60	106,47%
04 - Taxas multas e outras penalidades	375.922,00	375.922,00	0,00	388.021,80	12.099,80	103,22%
05 - Rendimentos de propriedade	1305.834,00	1216.313,71	89.520,29	107193,20	-144.400,51	88,13%
06 - Transferências correntes	7.171.275,00	6.043.772,42	1.127.502,58	6.175.405,42	131.633,00	102,13%
07 - Venda de bens e serviços correntes	2.611.125,00	2.611.125,00	0,00	2.334.763,84	-276.361,16	89,42%
08 - Outras receitas correntes	69.219,00	69.219,00	0,00	73.431,66	4.212,66	106,08%
Total das Receitas Correntes	13.247.996,00	12.030.973,13	1.217.022,87	11.634.936,74	-396.037,39	96,71%
09 - Venda de bens de capital	224.000,00	224.000,00	0,00	0,00	-224.000,00	0,00%
10 - Transferências de capital	9.515.886,00	4.191.833,80	5.324.052,20	2.242.164,04	-1949.669,76	53,49%
13 - Outras receitas de capital	1000,00	1000,00	0,00	80.533,48	79.533,48	8053,35%
Total das Receitas de Capital	9.740.886,00	4.416.833,80	5.324.052,20	2.322.697,62	-2.094.136,28	52,69%
14 - Rep. não abatidas aos pagamentos	500,00	500,00	0,00	5.302,92	4.802,92	1060,58%
15 - Saldo Gerência Anterior		262.712,61	-262.712,61	262.712,61	0,00	100,00%
Total da Recelta	22.989.382,00	16.711.019,64	6.278.362,46	14.226.648,79	-2.485.370,75	85,13%
Despesa						
01- Despesas com pessoal	3.866.192,00	3.738.125,20	128.066,80	3.620.288,30	-117.836,90	96,85%
02 - Aquisição de bens e serviços	5.598.943,00	4.824.779,54	774.163,46	4.114.879,04	-709.900,50	85,29%
03 - Juros e outros encargos	42.000,00	26.123,71	15.876,29	24.088,50	-2.035,21	92,21%
04 - Transferências correntes	1.148.577,00	850.343,19	298.233,81	829.063,15	-21.280,04	97,50%
06 - Outras despesas correntes	535.500,00	534.817,49	682,51	482.112,71	-52.704,78	90,15%
Total das despesas correntes	11.191.212,00	9.974.189,13	1.217.022,87	9.070.431,70	-903.767,43	90,94%
07 - Aquisição de bens de capital	9.691.679,00	4.604.238,87	5.087.440,13	2.723.482,63	-1.880.756,24	59,15%
08 - Transferências de capital	1.358.965,00	1.390.268,77	-31.303,77	1.071.902,76	-318.366,01	77,10%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	60.469,50	20.156,50	60.469,50	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	661.900,00	661.853,27	46,73	657.408,87	-4.444,40	99,33%
11- Outras Despesas de Capital	5.000,00	20.000,00	-15.000,00	15.473,20	-4.526,80	77,37%
Total das despesas de capital	11.798.170,00	6.736.830,41	5.076.339,59	4.628.736,96	-2.208.093,45	67,22%
Total da Despesa	22.989.382,00	16.711.019,64	6.293.362,46	13.699.168,66	-3.111.850,88	81,38%

RPMS
9/

Os agregados correntes da receita e da despesa, apresentaram níveis de execução na ótica dos pagamentos de 96,71% e 90,94% respetivamente, sendo taxas de concretização maiores que as registadas nas rubricas de capital.

Relativamente às modificações orçamentais ocorreram nas seguintes datas:

Alterações Orçamentais				Revisões Orçamentais	
Alterações Orçamentais	Data	Alterações Orçamentais	Data	Revisões Orçamentais	Data
1.ª Alteração	02-01-2018	16.ª Alteração	31-08-2018	1.ª Revisão	25-04-2018
2.ª Alteração	23-01-2018	17.ª Alteração	19-09-2018	2.ª Revisão	16-06-2018
3.ª Alteração	08-02-2018	18.ª Alteração	04-10-2018	3.ª Revisão	29-12-2018
4.ª Alteração	16-02-2018	19.ª Alteração	18-10-2018		
5.ª Alteração	05-03-2018	20.ª Alteração	07-11-2018		
6.ª Alteração	20-03-2018	21.ª Alteração	19-11-2018		
7.ª Alteração	23-03-2018	22.ª Alteração	03-12-2018		
8.ª Alteração	27-04-2018	23.ª Alteração	13-12-2018		
9.ª Alteração	17-05-2018	24.ª Alteração	18-12-2018		
10.ª Alteração	05-06-2018	25.ª Alteração	19-12-2018		
11.ª Alteração	21-06-2018	26.ª Alteração	29-12-2018		
12.ª Alteração	04-07-2018	27.ª Alteração	31-12-2018		
13.ª Alteração	17-07-2018				
14.ª Alteração	31-07-2018				
15.ª Alteração	31-08-2018				

As modificações orçamentais alteraram significativamente a sua estrutura, como é evidenciado no quadro seguinte:

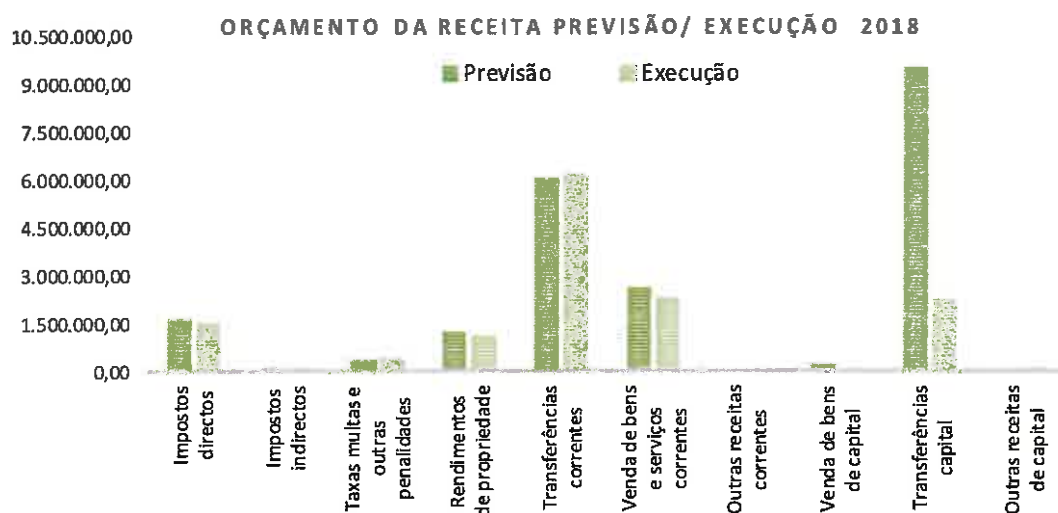
Modificações Orçamentais, por Natureza Económica

Designação	Dotação Inicial		Alterações		Dotação Final		Variação	
	Valor	%	Reforços	Anulações	Valor	%	Valor	%
1. Despesas Correntes	11.191.212,00	48,68%	1.112.282,89	2.329.305,76	9.974.189,13	59,69%	-1.217.022,87	-10,87%
1.1 Pessoal	3.866.192,00	16,82%	106.232,13	234.298,93	3.738.125,20	22,37%	-128.066,80	-3,31%
1.2 Aquisição de Bens	753.500,00	3,28%	506.852,14	118.366,20	1.141.985,94	6,83%	388.485,94	51,56%
1.3 Aquisição de Serviços	4.845.443,00	21,08%	407.859,00	1.570.508,40	3.682.793,60	22,04%	-1.162.649,40	-23,99%
1.4 Juros e Outros Encargos	42.000,00	0,18%		15.876,29	26.123,71	0,16%	-15.876,29	-37,80%
1.5 Transferências Correntes	1.148.577,00	5,00%	29.686,78	327.920,59	850.343,19	5,09%	-298.233,81	-25,97%
1.6 Outras Despesas Correntes	535.500,00	2,33%	61.652,84	62.335,35	534.817,49	3,20%	-682,51	-0,13%
2. Despesas de Capital	11.798.170,00	51,32%	2.150.250,56	7.211.590,15	6.736.830,41	40,31%	-5.061.339,59	-42,90%
2.1 Terrenos	30.000,00	0,13%	759.000,00	304.560,00	484.440,00	2,90%	454.440,00	1514,80%
2.2 Habitações/Edifícios	1.165.699,00	5,07%	176.327,36	733.905,00	608.121,36	3,64%	-557.577,64	-47,83%
2.3 Construções Diversas	7.262.020,00	31,59%	616.263,20	4.905.412,25	2.972.870,95	17,79%	-4.289.149,05	-59,06%
2.4 Material de Transporte	420.000,00	1,83%	128.660,00	398.400,00	150.260,00	0,90%	-269.740,00	-64,22%
2.5 Equipamento/ Software Informático	307.000,00	1,34%		111.911,58	195.088,42	1,17%	-111.911,58	-36,45%
2.6 Equipamento Administrativo	95.000,00	0,41%		34.472,36	60.527,64	0,36%	-34.472,36	-36,29%
2.7 Equipamento Básico	405.960,00	1,77%		278.030,50	127.929,50	0,77%	-278.030,50	-68,49%
2.8 Ferramentas e Utensílios	5.000,00	0,02%			5.000,00	0,03%	0,00	0,00%
2.9 Invest. Incorpóreos/ Artigos obj. valor	1.000,00	0,00%		999,00	1,00	0,00%	-999,00	-99,90%
2.10 Transferências de Capital	1.358.965,00	5,91%	455.000,00	423.696,23	1.390.268,77	8,32%	31.303,77	2,30%
2.11 Ativos Financeiros	80.626,00	0,35%		20.156,50	60.469,50	0,36%	-20.156,50	-25,00%
2.12 Passivos Financeiros	661.900,00	2,88%		46,73	661.853,27	3,96%	-46,73	-0,01%
2.13 Outras Despesas de Capital	5.000,00	0,02%	15.000,00		20.000,00	0,12%	15.000,00	300,00%
Total das Despesas (1)+(2)	22.989.382,00	100,00%	3.262.533,45	9.540.895,91	16.711.019,54	100,00%	-6.278.362,46	-27,31%

Verifica-se que ocorreram movimentações, representadas por reforços no valor de 3.262.533,45€ e por anulações de 9.540.895,91€.

É possível concluir ainda que as variações líquidas orçamentais mais significativas, em termos de valores absolutos, ocorreram no pessoal e aquisição de serviços, em termos correntes, e construções diversas e transferências de capital, em termos de capital.

Relativamente ao Orçamento Municipal, sendo um documento de natureza previsional, a sua execução implica naturalmente a existência de diferenças. Estas divergências, em cada uma das rubricas da Receita e da Despesa, encontram-se expostas nos gráficos seguintes.



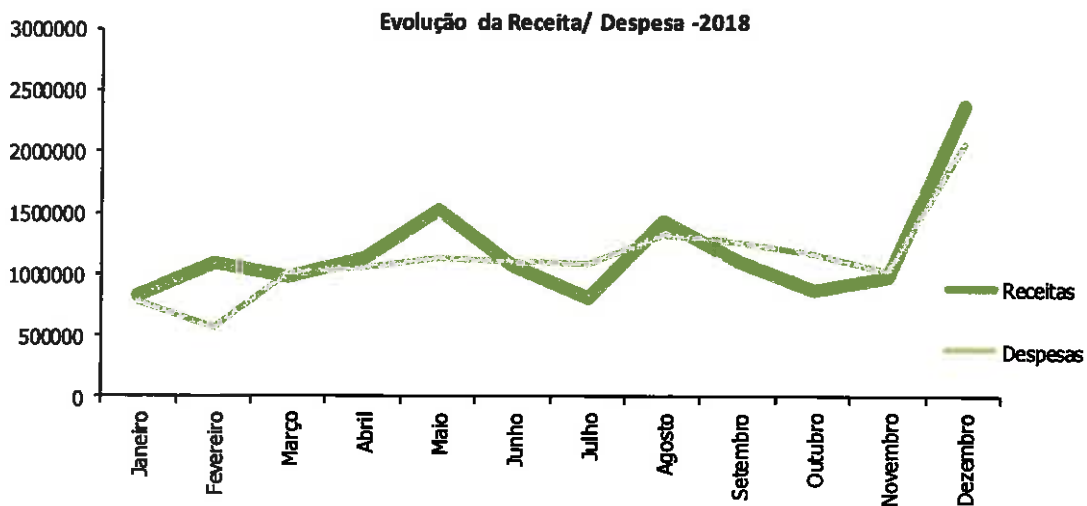
RPAS
9/

[Handwritten signatures and initials]

O quadro seguinte permite analisar a evolução da receita e da despesa ao longo do ano:

Evolução das Receitas e Despesas 2018

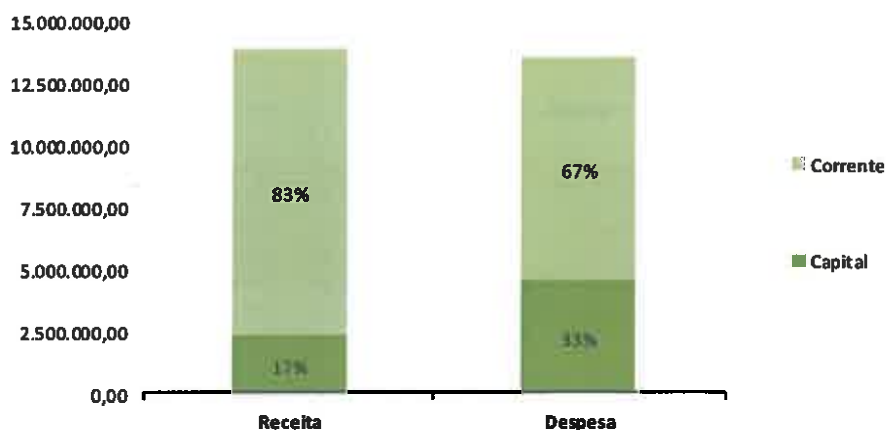
Mês	Receitas				Despesas		
	Correntes	Capital	Outras Receitas	Total	Correntes	Capital	Total
Janeiro	718.067,64	102.871,33	336,60	821.275,57	507.362,76	271.853,61	779.216,37
Fevereiro	731.290,93	364.278,49	0,00	1.095.569,42	372.974,55	188.061,29	561.035,84
Março	891.050,07	94.295,02	25,53	985.370,62	466.798,97	554.127,47	1.020.926,44
Abril	811.652,26	59.011,35	262.712,61	1.133.376,22	751.340,60	310.172,33	1.061.512,93
Mai	1.331.249,68	196.638,54	0,00	1.527.888,22	707.308,04	425.345,62	1.132.653,66
Junho	849.423,63	224.603,25	199,69	1.074.226,57	790.535,82	314.338,69	1.104.874,51
Julho	693.066,18	118.201,92	113,20	811.381,30	778.007,55	308.215,67	1.086.223,22
Agosto	1.385.095,73	50.761,00	224,40	1.436.081,13	833.406,43	492.711,40	1.326.117,83
Setembro	858.743,04	245.675,48	0,00	1.104.418,52	894.912,18	362.439,05	1.257.351,23
Outubro	746.830,28	127.262,48	0,00	874.092,76	779.933,96	390.155,92	1.170.089,88
Novembro	790.211,48	183.933,06	4.132,73	978.277,27	786.272,39	236.344,09	1.022.616,48
Dezembro	1.828.254,82	555.165,60	270,77	2.383.691,19	1.401.578,45	674.971,82	2.076.550,27
Total	11.634.935,74	2.322.697,52	268.015,53	14.225.648,79	9.070.431,70	4.528.736,96	13.599.168,66



Do quadro e gráfico acima é possível verificar que entre os valores da receita e da despesa paga houve oscilações durante o ano de 2018, sendo o da primeira superior ao da segunda.

O gráfico abaixo mostra a estrutura da Receita e da Despesa, segundo uma ótica corrente e de capital. As rubricas correntes são superiores às de capital, sendo a da receita superior à da despesa, com 83% e 17% respetivamente.

Estrutura da Receita e da Despesa



Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, previsto no Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, que instituiu o POCAL, disposto na alínea e) do ponto 3.1.1, obriga a que as autarquias cumpram o princípio do equilíbrio orçamental: “o orçamento prevê os recursos necessários para cobrir todas as despesas, e as receitas correntes devem ser pelo menos iguais às despesas correntes”. A aplicação desta regra permite a formação de poupança corrente, possibilitando a sua aplicação em despesas de investimento.

Da aplicação desta normativo legal, resultou no ano de 2018 uma poupança corrente de 2.564.504,04€; este montante é inferior em 240.284,01€ face ao registado no ano de 2017.

Analisando os últimos anos, regista-se um crescimento positivo refletindo uma evolução positiva na estrutura da execução orçamental, com um aumento do *superavit* corrente, para financiar o investimento.

Equilíbrio Orçamental							
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Receitas Correntes	6.737.788,80	7.508.189,11	7.585.728,55	7.990.460,39	7.826.470,81	7.761.962,00	7.844.002,60
Despesas Correntes	6.994.822,13	6.877.544,33	7.276.838,92	6.956.298,24	8.067.577,05	7.176.844,61	7.196.003,05
Poupança Corrente	-257.033,33	630.644,78	308.889,63	1.034.162,15	-241.106,24	585.117,39	647.999,55
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	
Receitas Correntes	9.211.341,22	9.923.469,62	10.236.348,98	10.273.811,84	10.499.102,48	11.634.935,74	
Despesas Correntes	7.280.083,85	7.744.409,68	7.571.554,13	7.939.712,44	8.174.882,45	9.070.431,70	
Poupança Corrente	1.931.257,37	2.179.059,94	2.664.794,85	2.334.099,40	2.324.220,03	2.564.504,04	

A Lei 73/2013 de 3 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também estipula uma regra de equilíbrio corrente, que se encontra prevista no seu artigo 40º, definindo que a receita corrente bruta deve ser pelo menos igual á despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. No exercício de 2018, a aplicação desta norma, e considerando as amortizações de empréstimos de médio e longo prazo pagas em 2018 traduziu-se num Saldo de Equilíbrio Orçamental de 1.941.349,08€ cumprindo-se com margem o limite legal.

**Equilíbrio Orçamental - nos termos da Lei das Finanças Locais
artigo 40º da Lei 73/2013 de 3 de setembro**

Rúbricas de 2018		
A	Receita corrente bruta	11.667.336,38
B	Despesas correntes	9.070.431,70
C	Amortizações empréstimos MLP	655.555,60
A-B-C	Saldo de equilíbrio orçamental	1.941.349,08

Caso fosse considerado as despesas correntes comprometidas para a aferição do equilíbrio orçamental o saldo seria 1.190.767,96€.

4.2 Receita

Estrutura e Evolução

A entrada em vigor já em 2012 da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso e o Decreto de Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, que veio estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma, vieram condicionar a atuação dos Municípios, restringindo as regras de assunção de compromissos.

No início da presente década os Municípios têm visto reduzidas, ou não aumentadas, de acordo com o previsto, as transferências do Orçamento de Estado, o que é bastante penalizador para as autarquias, nomeadamente as pequenas autarquias, como Arganil, para as quais as transferências do Orçamento do Estado representam cerca de 45% das receitas totais. Estas reduções provocam uma diminuição da sua capacidade financeira e de tesouraria. No ano de 2018 houve um aumento das transferências do Orçamento de Estado, contudo esses aumentos ainda não superaram as reduções verificadas em anos anteriores.

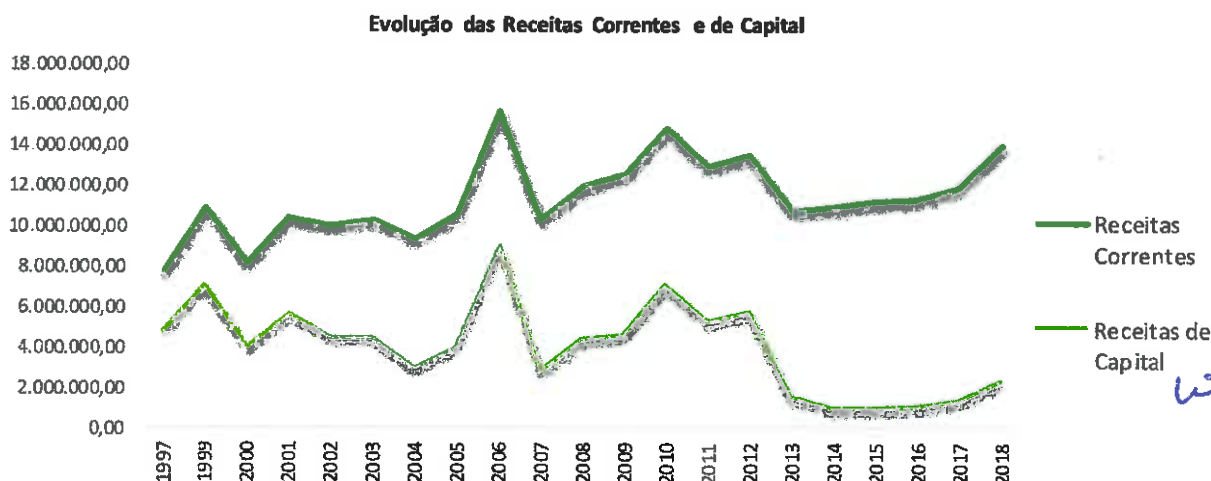
No quadro seguinte evidencia-se a evolução das transferências do OE:

Transferências Orçamento de Estado											Variação Valor		
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016		2017	2018
5.979.887,00	5.979.887,00	6.278.881,00	6.592.825,00	6.860.405,00	6.327.985,00	6.010.988,00	6.010.988,00	5.845.512,00	5.970.893,00	6.060.673,00	6.257.443,00	6.366.863,00	0,00
0,00%	0,00%	5,00%	5,00%	1,03%	-8,00%	-6,00%	0,00%	-2,75%	2,24%	1,41%	3,25%	1,69%	298.994,00
													313.844,00
													67.580,00
													-333.020,00
													-318.399,00
													0,00
													-165.474,00
													13.116,00
													83.980,00
													166.770,00
													99.420,00

No exercício de 2017, a receita arrecadada totalizou a importância de 13.957.633,26€ (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) e apresentou um acréscimo face a 2016 de 2.110.046,04€, que corresponde a cerca de 17,8%.

Analisando a evolução global das receitas, constata-se que no ano de 2018 a receita voltou, de forma mais acentuada face a anos anteriores, a crescer. Os picos das receitas verificaram-se em 2006 e em 2010 consequência da contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiros nesses dois anos.

RPAS
8/



Handwritten notes and signatures in blue ink, including a large signature and the name 'W. Almeida'.

No gráfico anterior é possível observar a tendência relativamente constante de crescimento das receitas correntes, apesar do pequeno decréscimo do ano de 2010 e 2011, ao contrário das receitas de capital que verificaram oscilações maiores ou menores.

O crescimento acentuado quer em 2013, quer em 2014 das receitas correntes resulta também do facto de naqueles anos terem ocorrido alterações na arrecadação do FEF em termos correntes e de capital (até 2012 FEF corrente – 60%; a partir de 2014 FEF corrente 90%).

Do total da receita arrecadada, 11.634.935,74€ (83,36%) dizem respeito à receita corrente e 2.322.697,52€ (16,64%), à receita de capital. Verifica-se, assim, que a estrutura da receita se mantém, revelando um peso superior das receitas correntes em relação às receitas de capital.

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada nos quadros seguintes, evidenciando-se nos mesmos a evolução verificada desde o ano de 2014, para melhor percepção do comportamento da receita.

Evolução das Receitas Municipais no período de 2014 a 2018

Designação	2014		2015		2016		2017		2018		Var. 17/2018		
	Valor	% Global	Valor	% Global	Valor	% Global	Valor	% Global	Valor	% Parcela r	% Global	Valor	%
Total da Receita Corrente	9.923.469,62	90,92%	10.236.348,98	91,34%	10.273.811,84	90,96%	10.499.102,48	88,62%	11.634.936,74	100,00%	83,36%	1.136.833,26	10,82%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1359.250,10	2,45%	1328.787,40	1186%	1216.146,43	10,76%	1.166.245,46	9,84%	1020.121,07	8,77%	7,31%	-146.124,39	-12,53%
Imp. Único de Circulação	219.775,74	2,01%	210.028,23	187%	217.989,58	193%	232.205,51	186%	250.271,87	2,15%	1,79%	18.086,36	7,78%
IM T	123.577,92	1,3%	231.790,64	2,07%	180.135,69	1,42%	210.747,68	1,78%	234.484,28	2,02%	1,68%	23.736,60	11,26%
Impostos indirectos e específicos das Autarquias	66.669,89	0,80%	87.379,19	0,78%	82.316,30	0,73%	87.060,13	0,73%	86.522,60	0,74%	0,62%	-537,53	-0,62%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	324.808,45	2,98%	321.862,32	2,87%	348.630,51	3,09%	416.388,29	3,5%	388.021,80	3,33%	2,78%	-27.366,49	-6,59%
Rendimentos de propriedades	1.152.679,76	10,56%	1.107.113,70	9,88%	1.108.183,99	9,82%	1.090.905,93	9,21%	1.071.191,20	9,21%	7,68%	-18.992,73	-1,74%
Participações do Município nos Impostos do Estado	5.288.824,00	48,55%	5.405.572,00	48,23%	5.481.154,00	48,53%	5.656.247,00	47,76%	5.747.725,00	49,40%	41,8%	89.478,00	1,58%
Outras Transferências	287.654,86	2,73%	313.292,95	2,80%	274.489,65	2,43%	348.967,84	2,95%	427.680,42	3,68%	3,06%	78.712,78	22,56%
Venda de bens e prestação de Serviços correntes	1062.769,08	9,74%	1208.828,24	10,79%	1227.391,21	10,87%	1218.683,37	10,29%	2.334.763,84	20,07%	18,73%	1.116.080,47	91,58%
Outras Receitas Correntes	18.361,92	0,17%	21.894,31	0,20%	15.384,48	1,39%	70.651,47	0,60%	73.431,66	0,63%	0,53%	2.780,19	3,94%
Total Receita de Capital	991.482,61	9,08%	970.608,88	8,86%	1.021.324,26	9,04%	1.348.484,74	11,38%	2.322.697,52	19,96%	16,64%	974.212,78	72,24%
Venda de Bens de Investimento	183.386,00	1,50%	0,00	0,00%	5.207,71	0,05%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%
Participações do Município nos Impostos do Estado	546.688,00	5,01%	571.121,00	5,10%	578.519,00	5,3%	599.186,00	5,06%	609.198,00	5,24%	4,36%	6.942,00	1,66%
Outras Transferências	256.301,03	2,35%	396.200,77	3,54%	404.110,89	3,58%	684.066,74	5,77%	1.633.026,04	14,04%	11,70%	948.959,30	78,72%
Passivos Financeiros	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00%
Outras Receitas de Capital	25.107,58	0,23%	3.287,11	0,03%	32.573,66	0,29%	65.222,00	0,55%	80.533,48	0,69%	0,58%	15.311,48	23,48%
Total das Receitas sem Reposições e sem Saldo Gerência Anterior	10.914.952,23	100%	11.206.957,86	100%	11.296.136,10	100%	11.847.587,22	100%	13.967.633,26	100%	100%	2.110.048,04	17,81%
Reposições não Abatidas nos Pagamentos/ Saldo de Gerência	1.211.644,79		1.224.767,17		1.374.408,36		1.263.350,99		268.016,53			-986.336,46	-78,79%
Total das Receitas	12.126.497,02		12.431.725,03		12.669.544,46		13.110.938,21		14.225.648,79			1.114.710,58	8,50%

RPAS

[Handwritten signature]

A estrutura das receitas de natureza corrente encontra-se representada no quadro seguinte:

[Handwritten initials]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Evolução das Receitas Correntes Cobradas no período de 2014 a 2018							
Designação	2014	2015	2016	2017	2018	Var 17/18	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Impostos Directos	1.702.803,76	1.770.606,27	1.593.251,70	1.609.198,65	1.504.877,22	-104.321,43	-6,48%
Imposto Municipal sobre Imóveis/ Contr. Autárquica	1359.250,10	1328.787,40	125.146,43	166.245,46	1020.12107	-146.124,39	-12,53%
Imp. Único de Circulação/ IMV	219.775,74	210.028,23	217.969,58	232.205,51	250.27187	18.066,36	7,78%
IMT	123.577,92	231790,64	160.135,69	210.747,68	234.484,28	23.736,60	11,28%
2. Impostos indirectos específicos das Autarquias	65.669,99	87.379,19	82.318,30	87.060,13	86.522,60	-537,63	-0,62%
Mercados e Feiras	2.953,60	3.618,64	6.862,76	3.148,55	2.349,44	-799,11	-25,38%
Loteamentos e Obras	11901,96	14.703,32	17.601,30	22.643,58	12.398,23	-10.245,35	-45,25%
Ocupação da Via Pública	6.181,60	5.183,36	5.585,37	4.853,01	7.339,86	2.486,85	51,24%
Publicidade	1845,83	1161,29	819,54	1.553,59	2.640,79	1087,20	69,98%
Saneamento empresas	42.755,20	62.698,68	51.922,93	54.825,50	59.026,59	4.201,09	7,66%
Outros	31,80	15,90	254,40	35,90	2.767,69	2.731,79	7609,44%
3. Taxas, Multas e Outras Penalidades	324.906,45	321.662,32	348.630,51	415.388,29	388.021,80	-27.366,49	-6,59%
Mercados e Feiras	40.435,11	40.059,36	35.426,52	37.583,36	33.138,57	-4.444,79	-11,83%
Loteamentos e Obras	43.410,10	13.994,68	24.143,58	35.719,58	35.569,35	-147,23	-0,41%
Ocupação da Via Pública	9.085,07	6.302,21	5.671,95	5.685,56	4.549,79	-1.145,77	-20,12%
Caça, uso e porte de arma	3,24	31,06	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Saneamento - Particulares	189.159,57	224.072,84	251.739,29	277.003,14	280.745,01	3.741,87	1,35%
Outras	16.510,57	13.249,16	12.437,96	11910,67	12.831,88	921,21	7,73%
Juros de Mora	15.392,70	16.565,72	13.035,02	40.687,33	4.440,96	-36.246,37	-89,09%
Juros compensatórios	2.319,27	800,95	904,71	1.569,49	1.541,96	-27,53	-1,75%
Coimas e Penalidades por contra ordenação	8.422,20	6.278,34	5.272,48	3.621,04	10.417,04	6.796,00	87,68%
Multas e Penalidades Diversas	168,62	308,00	0,00	1601,12	4.787,24	3.186,12	198,99%
4. Rendimentos da propriedade	1.162.679,76	1.107.113,70	1.109.183,99	1.090.905,93	1.071.913,20	-18.992,73	-1,74%
Bancos e Outras Instituições financeiras	1095,77	436,41	592,58	233,64	129,58	-104,06	-44,54%
Empresas Munic. e Inter./ Empresas Públicas	12.964,26	20.401,13	25.400,50	11.270,31	2.280,98	-8.989,33	-79,76%
Terrenos/ Edifícios	0,00	4.164,37	4.172,66	7.174,24	3.700,65	-3.473,59	-48,42%
Bens de Domínio Público	586.074,78	589.038,58	569.516,45	575.778,30	580.682,08	4.903,78	0,85%
Outros	552.544,95	513.073,21	509.501,80	496.449,44	485.119,91	-11.329,53	-2,28%
5. Transferências Correntes	5.596.478,66	5.718.864,95	5.755.853,65	6.007.214,84	6.175.405,42	168.190,78	2,80%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	4.920.185,00	5.140.090,00	5.215.672,00	5.392.765,00	5.482.243,00	89.478,00	1,66%
Fundo Social Municipal	199.598,00	265.482,00	265.482,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00%
Participação Variável no IRS	179.031,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Outras	82.920,11	17.036,11	43.638,55	76.194,45	119.588,11	43.393,66	56,95%
Estado-Particip.comunit.projectos co-financiados	1992,32	33.913,26	30.624,49	16.295,24	44.730,99	28.435,75	174,50%
Serviços e fundos autónomos	153.722,28	189.397,04	195.340,59	200.429,30	183.113,86	-17.315,44	-8,64%
Serv.fund.autón.-	48.775,72	62.213,85	48.804,02	41.400,49	61.489,13	20.088,64	48,52%
Subsist.prof.famil.polit.act.EFP	10.244,23	30.732,69	16.092,00	14.648,16	15.370,08	721,92	4,93%
Segurança social	0,00	0,00	0,00	0,00	3.388,25	3.388,25	-
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
6. Venda de Bens e Serviços Correntes	1.062.769,08	1.208.828,24	1.227.391,21	1.218.683,37	2.334.763,84	1.116.080,47	91,58%
Venda de Bens	411.160,48	455.663,11	466.244,86	445.346,67	462.222,50	16.875,83	3,79%
Venda de Serviços	602.079,07	673.241,57	698.011,45	738.127,41	831.196,80	93.071,39	12,61%
Rendas	49.529,53	79.923,56	63.134,90	35.209,29	104.134,25	106.633,25	2857,58%
7. Outras Receitas Correntes	18.361,92	21.894,31	157.384,48	70.651,47	73.431,66	2.780,19	3,94%
Total	9.923.469,62	10.236.348,98	10.273.811,84	10.499.102,48	11.634.935,74	1.135.833,26	10,82%

No exercício de 2017, as receitas correntes cresceram 10,82% (mais 1.135.833,26€), comparativamente a 2016, sendo as variações mais significativas provenientes das transferências correntes, consequência do aumento do FEF, e da venda de bens e serviços correntes, resultado da renda das Águas do Centro Litoral, relativa ao contrato de cedência de infraestruturas.

Os Impostos Diretos cobrados, no valor de 1.504.877,22€, totalizaram menos 104.321,43€ (6,48%) face a 2017. Este valor resulta da diminuição da receita de IMI (Imposto Municipal Sobre Imóveis), consequência da adoção da taxa mínima permitida por lei (0,3%) e do IMI familiar.

Os Impostos Indiretos são influenciados, em grande medida, pelo comportamento das receitas relacionadas com o serviço de loteamentos e obras. No ano de 2018, os Impostos Indiretos cobrados totalizaram a importância de 86.522,60€ representando menos 537,53€ (0,62%) do que no ano anterior.

Por sua vez as Taxas, Multas e Outras Penalidades registaram um decréscimo de 27.366,49€ (6,59%), como resultado da diminuição da cobrança da rubrica de juros de mora e mercados e feiras.

A rubrica Rendimentos de Propriedade totalizou a importância de 1.071.913,20€ (menos 18.992,73€ do que no período homólogo de 2017), tendo sido registado nesta rubrica, entre outras as seguintes receitas:

- A Renda relativa à concessão do património da rede de distribuição de energia elétrica em baixa tensão;
- Rendas das Eólicas.

As Transferências Correntes ascenderam a 6.175.405,42€, apresentando um aumento no valor de 168.190,78€ (+2,80%), relativamente a 2017. Este aumento resulta essencialmente, como já anteriormente foi referido, do aumento das transferências do FEF.

Sobre as Transferências Correntes importa ainda referir que este agregado constitui igualmente uma receita importante, apresentando um peso de 53%, relativamente às receitas de natureza corrente e de 42%, em relação ao total da receita.

O valor contabilizado em Venda de Bens e Serviços Correntes totalizou a importância de 2.334.763,84€, tendo verificado um acréscimo de 91,58%. Para este valor contribuíram todas as rubricas deste agregado, em especial a rubrica de outras rendas que inclui a renda das Águas do Centro Litoral, relativa ao contrato de cedência de infraestruturas.

As Outras Receitas Correntes verificaram também um acréscimo no montante de 2.780,19€ (3,94%).

No total, a receita corrente cresceu 10,82%, relativamente ao ano de 2017, sendo a maior dos últimos 20 anos.

A receita de capital cobrada no exercício de 2018 totalizou o valor de 2.322.697,52€, a que corresponde um aumento de 974.212,78€ (72,24%) face ao ano de 2017. Os aumentos ocorreram nas rubricas do FEF, nas transferências de projetos cofinanciados e nas outras receitas de capital.

APAS
9

Evolução das Receltas de Capital Cobradas no período de 2014 a 2018

Designação	2014	2015	2016	2017	2018	Var 17/18	
	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	Valor	%
1. Terrenos	87.066,00	0,00	5.420,71	0,00	0,00	0,00	-
2. Edifícios	76.330,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3. Outros Bens de Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
3. Transferências de Capital	802.889,03	967.321,77	983.629,88	1.283.262,74	2.242.164,04	958.901,30	74,72%
Sociedades e quase-sociedades não financeiras - Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Fundo de Equilíbrio Financeiro	546.688,00	571.210,00	579.519,00	599.196,00	609.138,00	9.942,00	166%
Cooperação Técnica e Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00	11.249,42	11.249,42	-
Outras	0,00	0,00	0,00	73.398,41	404.970,43	331.572,02	451,74%
Estado-Particip.comunitária project.co-financiados	254.513,02	392.113,49	401.959,42	606.328,03	1.215.506,93	609.178,90	100,47%
Administração local	1.788,01	4.087,28	2.614,7	4.340,30	12.99,26	-3.041,04	-70,07%
Segurança Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instituições sem fins lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Famílias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
4. Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
5. Outras receltas de capital	25.107,68	3.287,11	32.573,66	65.222,00	80.533,48	15.311,48	23,48%
Total	991.482,61	970.608,88	1.021.324,26	1.348.484,74	2.322.697,62	974.212,78	72,24%

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'APAS', 'B', and 'Aluísio']

As Transferências de Capital totalizaram a importância de 2.242.164,04€, apresentando um aumento de 958.901,30€ (74,72%), face ao ano económico de 2017. Do total das Transferências de Capital, 609.138,00€ correspondem ao valor da Participação do Município nos Impostos do Estado. Os restantes 1.633.026,04€ dizem respeito a receitas provenientes das seguintes entidades:

- 11.249,42€ da DGAL - Direção Geral das Autarquias Locais, referentes ao auxílio financeiro para "Reparação de Infraestruturas Rodoviárias Municipais Danificadas pelos Eventos Climáticos verificados em janeiro e fevereiro de 2016";
- 400.000,00€ da Agência Portuguesa do Ambiente, referente ao protocolo de colaboração, com vista a regular os termos e as condições de natureza operacional para a concretização das intervenções urgentes e inadiáveis de regularização fluvial;
- 4.970,43€ da DGAV - Direção Geral de Alimentação e Veterinária, referentes ao incentivo para a modernização dos centros de recolha oficiais;
- 54.581,41€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado " Extensão de Saúde de São Martinho da Cortiça".
- 140.016,31€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: "Reabilitação e Ampliação da Escola do 1º CEB e Jardim de Infância do Sarzedo";
- 130.435,17€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: "Casa das Coletividades";
- 61.733,17€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: "Região de Coimbra 2.X";
- 179.706,19€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: "Reabilitação da Antiga Cerâmica Arganilense";

- 25.287,24€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema SAR de Coja – Ligação Alta-Baixa e Extensão de Serviço (Rua do Outeiro)”;
- 37.956,62€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema SAR de Pombeiro da Beira”;
- 117.734,10€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema SAR de Barril do Alva”;
- 3.466,22€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Instalação de Rede de Defesa da Floresta contra Incêndios”;
- 42.489,12€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema de AA do Feijoal- Ligação Alta-Baixa (Feijoal-Bufalhão);
- 125.143,62€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema de AA da Cerdeira – Ligação Alta-Baixa (Cerdeira, Dreia, Deflores e Benfeita);
- 27.238,68€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do Sistema de AA de Celavisa – Ligação Alta-Baixa (Jurjais);
- 85.496,41€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Fecho do sistema de SAR de São Martinho da Cortiça – Ligação Alta-Baixa e Extensão de Serviço (S. Martinho da Cortiça, Vale de Moinho e Vale Matouco);
- 184.222,67€ da Agência para o Desenvolvimento e Coesão. IP, referentes à participação comunitária no projeto cofinanciado: “Reabilitação e Beneficiação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha – Melhoria da Qualidade da Massa de Água Associada”;
- 1.299,26€ a título de comparticipação das Juntas de Freguesia na instalação de braços de iluminação pública (BIP’s).

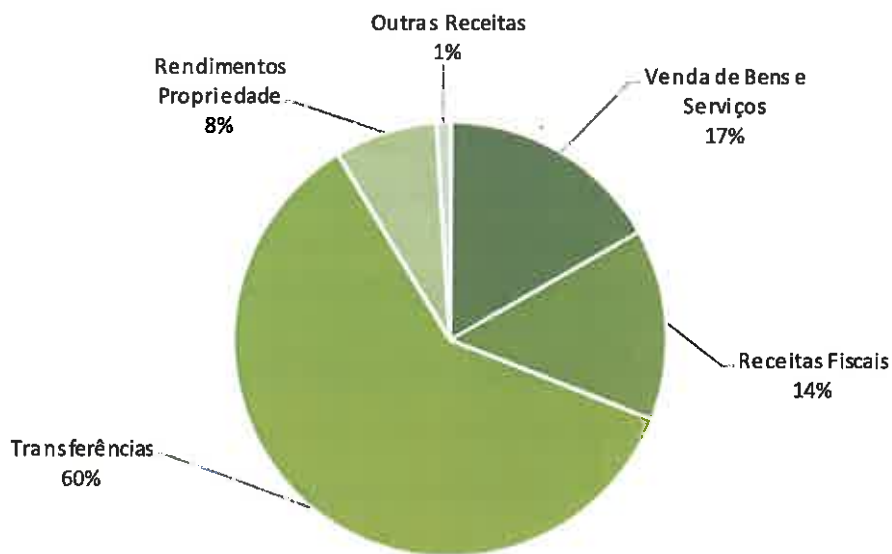
As Outras receitas de Capital registaram um acréscimo de 23,48%, relativamente a 2017, valor pouco relativo em termos absoluto (15.311,48€).

RPMS

9/

O gráfico seguinte ilustra a distribuição das receitas no ano de 2018:

Distribuição das Receitas 2018



[Handwritten marks]

[Handwritten signature]
Luis Almeida
2018
[Handwritten initials]

Execução Orçamental

A comparação da receita prevista com a receita cobrada permite determinar os correspondentes desvios e as respetivas taxas de execução.

O orçamento final das receitas de 2018 previa cobranças no valor global de 16.711.019,54€, contribuindo para esse montante: as receitas correntes com 12.030.973,13€ (72%), as receitas de capital com 4.416.833,80€ (26%) e outras receitas com 263.212,61€ (2%).

Os dados do quadro seguinte mostram que a cobrança total verificada na receita (não considerando as reposições não abatidas nos pagamentos e o saldo de gerência anterior) atingiu o montante de 13.957.633,26€, tendo-se arrecadado 11.634.935,74€ de receitas correntes e 2.322.697,52€ de receitas de capital.

Mapa Resumo da Execução Orçamental da Receita 2018

	Previsões Corrigidas	Receita cobrada	Desvio	Índice de Cobrança
Receitas Correntes	12.030.973,13	11.634.935,74	-396.037,39	96,71%
Receitas de Capital	4.416.833,80	2.322.697,52	-2.094.136,28	52,59%
Reposições não Abatidas aos Pagamentos	500,00	5.302,92	4.802,92	1060,58%
Saldo Gerência Anterior	262.712,61	262.712,61	0,00	100,00%
Total	16.711.019,54	14.225.648,79	-2.485.370,75	85,13%

Daqui resulta que os maiores desvios ocorreram na cobrança de receitas de capital, fruto do baixo nível das receitas com origem nas Transferências de Capital (Sociedades e quase sociedades não financeiras e transferências de fundos comunitários).

No quadro abaixo está representada a evolução das taxas de execução das receitas, num período mais alargado de 2005 a 2018:

Graus de Execução Orçamental da Receita

Receitas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Receitas Correntes	71,67%	82,30%	105,45%	81,52%	83,45%	90,04%	94,70%	96,88%	105,04%	104,25%	100,53%	88,86%	87,33%	96,71%
Receitas Capital	40,52%	78,23%	35,76%	39,18%	35,47%	56,16%	53,53%	61,78%	25,82%	23,82%	19,78%	17,73%	15,47%	52,59%
Receita Total	55,78%	79,23%	69,36%	58,35%	58,74%	70,07%	72,50%	79,02%	74,17%	81,70%	76,38%	67,79%	59,59%	85,13%

A taxa de execução da receita em 2018 foi 85,13% situando-se acima da verificada em 2017.

As receitas correntes apresentaram uma taxa de execução de 96,71%, valor acima do registado no ano de 2017.

RPMS

Os Impostos Diretos registaram uma taxa de execução de 92,13%. Desta receita destaca-se, pela negativa o Imposto Municipal sobre Imóveis que verificou uma diminuição de 199.034,93€ (-16,33%), relativamente ao previsto.

[Handwritten signature]

Em termos de receitas correntes os Impostos Indiretos Específicos das Autarquias, Taxas, Transferências Correntes e as Outras Receitas Correntes registaram taxas de execução acima dos 100%.

Quanto aos Rendimentos de Propriedade, cuja receita é constituída por: rendas de concessão, juros dos depósitos bancários, dividendos e rendas pagas pelos parques eólicos localizados dentro do perímetro do concelho de Arganil, sofreram em 2018 uma diminuição comparativamente a 2017. Em 2018 os Rendimentos de Propriedade representaram 7,5% de toda a receita arrecadada pelo Município de Arganil.

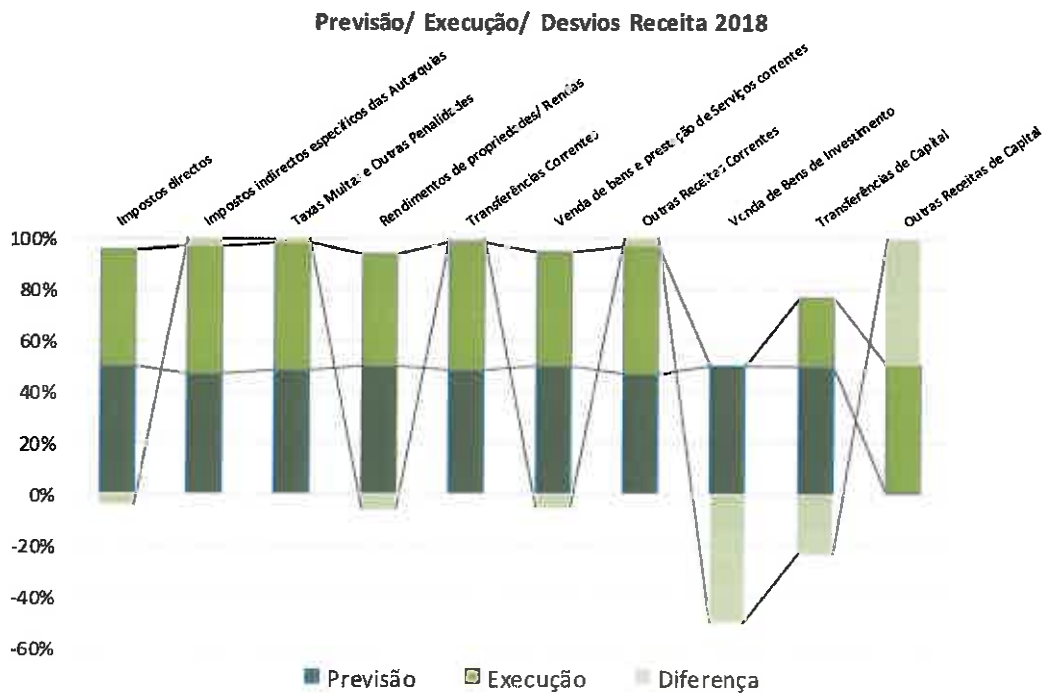
[Handwritten signature]

A Venda de Bens e Prestação de Serviços Correntes registou uma execução na ordem dos 89%. Nesta rúbrica destaca-se a renda da Águas do Centro Litoral que representa 44% do total da rúbrica.

[Handwritten signature]

As receitas de capital apresentaram uma taxa de execução de 52,59%, para esta situação contribuíram os seguintes fatores:

- O estado do mercado imobiliário, cuja situação de crise se manteve em 2018, dificultando a alienação de património municipal dispensável;
- A não concretização das transferências de capitais previstas, relativas a obras comparticipadas e Mecenato.



Execução Orçamental das Receitas 2018

Classificação da Receita	Previsão		Execução C	Desvios		Taxa de Execução
	Inicial A	Final B		Valor D=C-B	% E=D/B	
Impostos Directos	1.633.356,00	1.633.356,00	1.504.877,22	-128.478,78	-7,87%	92,13%
Imposto Municipal sobre Imóveis	1.219.156,00	1.219.156,00	1.020.121,07	-199.034,93	-16,33%	83,67%
Imposto Único de Circulação	222.089,00	222.089,00	250.271,87	28.182,87	12,69%	112,69%
IMT	192.111,00	192.111,00	234.484,28	42.373,28	22,06%	122,06%
Impostos Indirectos Especificos das Autarquias	81.265,00	81.265,00	86.522,60	5.257,60	6,47%	106,47%
Taxas	342.302,00	342.302,00	366.834,60	24.532,60	7,17%	107,17%
Multas e Outras Penalidades	33.620,00	33.620,00	21.187,20	-12.432,80	-36,98%	63,02%
Rendimentos da Propriedade/ Rendas	1.305.834,00	1.216.313,71	1.071.913,20	-144.400,51	-11,87%	88,13%
Transferências Correntes	7.171.275,00	6.043.772,42	6.175.405,42	131.633,00	2,18%	102,18%
Sociedades e quase sociedades não financeiras - privadas	500,00	500,00	0,00	-500,00	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.482.243,00	5.482.243,00	5.482.243,00	0,00	0,00%	100,00%
Fundo Social Municipal	265.482,00	265.482,00	265.482,00	0,00	0,00%	100,00%
Participação fixa no IRS	0,00	0,00	0,00	0,00	-	-
Outras	15,00	15,00	119.588,11	119.573,11	797154,07%	797254,07%
Estado Part. Projectos Co-Financ.	1.248.015,00	120.512,42	44.730,99	-75.781,43	-62,88%	37,12%
Serviços e Fundos Autónomos	140.000,00	140.000,00	183.113,86	43.113,86	30,80%	130,80%
Serv. Fundos Auton.- Subs.Prot. Família						
Pol. Act. EFP	20.000,00	20.000,00	61.489,13	41.489,13	207,45%	307,45%
Segurança Social	15.000,00	15.000,00	15.370,08	370,08	2,47%	102,47%
Instituições sem fins lucrativos	10,00	10,00	0,00	-10,00	-100,00%	0,00%
Famílias	10,00	10,00	3.388,25	3.378,25	33782,50%	33882,50%
Venda de Bens e Prestação de Serviços						
Correntes	2.611.125,00	2.611.125,00	2.334.763,84	-276.361,16	-10,58%	89,42%
Outras Receitas Correntes	69.219,00	69.219,00	73.431,66	4.212,66	6,09%	106,09%
Total Receitas Correntes	13.247.996,00	12.030.973,13	11.634.935,74	-396.037,39	-3,29%	96,71%
Venda de Bens de Investimento	224.000,00	224.000,00	0,00	-224.000,00	-100,00%	0,00%
Transferências de Capital	9.515.886,00	4.191.833,80	2.242.164,04	-1.949.669,76	-46,51%	53,49%
Sociedades e Quase-sociedades não financeiras	3.229.956,00	598.313,67	0,00	-598.313,67	-100,00%	0,00%
Fundo de Equilíbrio Financeiro	609.138,00	609.138,00	609.138,00	0,00	0,00%	100,00%
Outras	2.235.761,00	327.235,48	416.219,85	88.984,37	27,19%	127,19%
Estado - Partic. Comunitária projetos Co-	3.355.021,00	2.611.136,65	1.215.506,93	-1.395.629,72	-53,45%	46,55%
Administração Local	86.000,00	46.000,00	1.299,26	-44.700,74	-97,18%	2,82%
Instituições sem Fins Lucrativos	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Famílias	5,00	5,00	0,00	-5,00	-100,00%	0,00%
Outras Receitas de Capital	1.000,00	1.000,00	80.533,48	79.533,48	0,00%	8053,35%
Total Receitas de Capital	9.740.886,00	4.416.833,80	2.322.697,52	-2.094.136,28	-47,41%	52,59%
Total Reposições não Abatidas nos Pagamentos	500,00	500,00	5.302,92	4.802,92	960,58%	1060,58%
Saldo Gerência Anterior	0,00	262.712,61	262.712,61	0,00	0,00%	100,00%
Total das Receitas	22.989.382,00	16.711.019,54	14.225.648,79	-2.485.370,75	-14,87%	85,13%

RPMS

Saldo de Gerência Anterior

O Decreto-Lei 54-A/99, de 22 de fevereiro, na sua atual redação, que aprovou o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), dispõe na alínea e) do ponto 3.1.1, que a receita orçamental terá que cobrir a despesa orçamental, decorrendo daqui que a receita anual arrecadada terá que ser maior ou igual à despesa paga do ano. Deste modo, todos os anos deverá existir um excesso ou igualdade de receita em relação à despesa, e conseqüentemente um saldo orçamental (positivo ou nulo), que transita para o ano seguinte, e acresce ao do ano anterior, com a designação de Saldo da Gerência Anterior, podendo apenas ser contabilizado como receita orçamental, e conseqüentemente utilizado para liquidar despesa, no ano seguinte mediante a realização de uma revisão orçamental.

O Município de Arganil realizou em 2018, uma revisão orçamental, com vista a poder utilizar a poupança orçamental acumulada (Saldo da Gerência Anterior), para realizar pagamentos e incorporar esse mesmo valor nos Fundos Disponíveis, que totalizava 262.712,61€, conforme consta nos documentos aprovados de Prestação de Contas do exercício de 2017.

RPMS

RPMS

RPMS

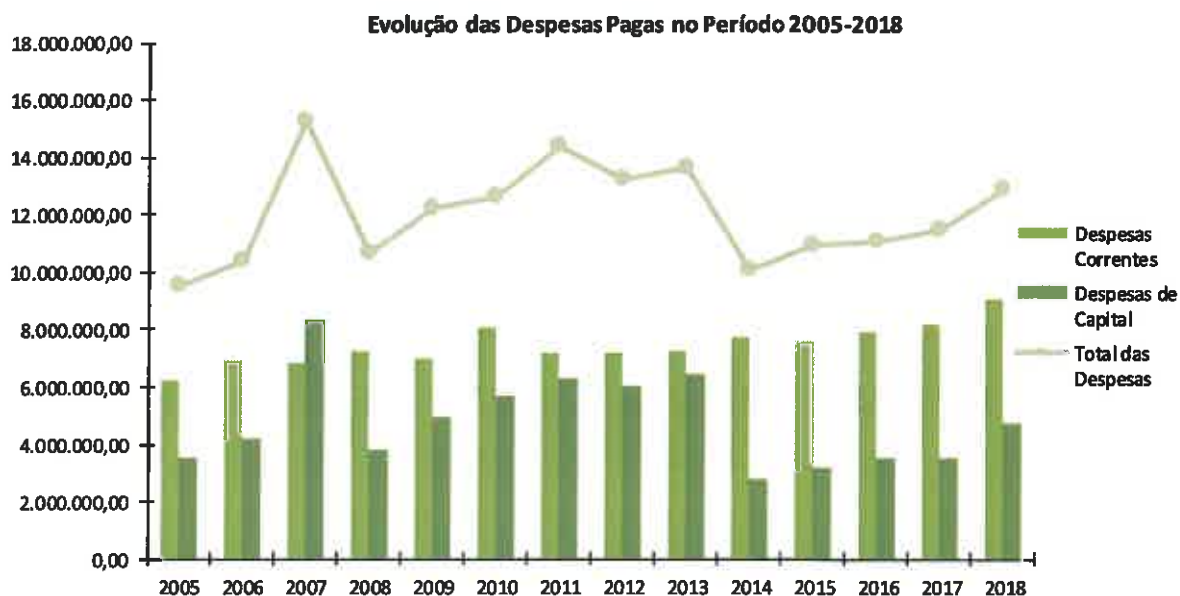
4.3 Despesa

Estrutura e Evolução

A Despesa Global do Município de Arganil totalizou, em 2018 13.599.168,66€, comparando com o valor do ano anterior de 12.913.638,44€, representa um acréscimo de 5%.

A despesa paga está associada à capacidade de solvência do Município, traduzida nas disponibilidades de tesouraria até 31 de Dezembro de cada exercício. Representa não só a despesa do ano, como a despesa transitada de anos anteriores, mas paga no ano económico em análise. É um mero dado acerca do volume de saída orçamental dos Fluxos de Caixa.

No período 2005-2018, registou-se alguma variação no comportamento da despesa. Verifica-se que os picos de despesa ocorreram nos anos de contratação de empréstimos de médio e longo prazo para saneamento financeiro (2006 e 2010).



Da despesa total paga, 9.070.431,70€ (67%) dizem respeito a despesa de natureza corrente e 4.528.736,96€ (33%) correspondem a despesas de capital.


RPAS
9

Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2018

Evolução das Despesas Municipais pagas no período de 2014 a 2018

Designação	2014		2015		2016		2017		2018		Var 2017/2018	
	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% global	Valor	% global	Valor	%
Total da Despesa Corrente	7.744.409,68	70,60%	7.571.594,13	68,29%	7.939.712,44	69,31%	8.174.882,45	63,30%	9.070.431,70	66,70%	895.549,25	10,95%
Pessoal	3.346.504,89	30,51%	3.224.675,71	29,09%	3.96.343,31	27,90%	3.271.391,04	25,33%	3.620.288,30	26,62%	348.897,26	10,67%
Aquisição de Bens e Serviços	3.275.958,46	29,87%	3.162.890,01	28,53%	3.382.217,96	29,53%	3.343.905,99	25,89%	4.146.879,04	30,26%	770.973,05	23,06%
Juros e Outros Encargos	107.397,75	0,98%	59.393,09	0,54%	43.533,02	0,36%	3.1488,13	0,24%	24.088,50	0,18%	-7.399,63	-23,50%
Transferências Correntes	671.495,72	6,12%	717.960,12	6,48%	832.483,88	7,27%	893.468,27	6,92%	829.063,15	6,10%	-64.395,12	-7,27%
Outras Despesas Correntes	343.052,86	3,13%	406.635,20	3,67%	485.514,27	4,24%	634.639,02	4,9%	482.121,71	3,55%	-152.526,31	-24,03%
Total da Despesa de Capital	3.224.460,30	29,40%	3.515.447,83	31,71%	3.515.911,05	30,59%	4.738.755,99	36,70%	4.528.738,96	33,30%	-210.019,03	-4,43%
Aquisição de Bens de Capital	1547.075,25	14,0%	1771.871,47	15,98%	1887.538,28	16,48%	2.963.103,48	22,95%	2.723.482,63	20,03%	-239.620,85	-8,09%
Transferências de Capital	700.077,43	6,38%	614.988,34	5,55%	657.523,80	5,74%	717.552,73	5,56%	1.071.902,76	7,88%	354.350,03	49,38%
Activos Financeiros	0,00	0,00%	161.252,00	1,45%	0,00	0,00%	80.626,00	0,62%	60.469,50	0,44%	-20.156,50	-25,00%
Passivos Financeiros	977.307,62	8,9%	987.336,02	8,72%	964.219,87	8,42%	989.779,59	7,5%	657.408,87	4,83%	-312.370,72	-32,27%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	5909,10	0,05%	7.684,19	0,06%	6.473,20	0,1%	7.779,01	101,0%
Total das Despesas	10.968.869,98		11.087.001,96		11.454.903,49		12.913.638,44		13.599.168,66		685.530,22	5,31%

Luís Almeida



38/90


No quadro seguinte apresenta-se a evolução da despesa corrente paga, no período de 2015 a 2018:

Evolução das Despesas Correntes Pagas no Período de 2015 a 2018

Designação	2015	2016	2017	2018	Var. 17/18 Valor	Var. 17/18 %
1. Despesas com Pessoal	3.224.675,71	3.196.343,31	3.271.391,04	3.620.288,30	348.897,26	10,67%
Remunerações certas e permanentes	2.371.727,68	2.395.026,91	2.445.182,22	2.704.502,91	259.320,69	10,61%
Abonos variáveis ou eventuais	154.176,05	88.647,01	94.982,03	107.957,00	12.974,97	13,66%
Segurança social	698.771,98	712.669,39	731.226,79	807.828,39	76.601,60	10,48%
2. Aquisição de Bens	526.424,27	519.978,64	612.942,53	1.002.742,97	389.800,44	63,59%
Matérias-primas e subsidiárias	32.242,39	20.883,08	35.169,95	24.269,42	-10.900,53	-30,99%
Combustíveis e lubrificantes	200.617,88	201.770,08	238.269,47	235.427,59	-2.841,88	-1,19%
Munições, explosivos e artificios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Limpeza e higiene	8.595,77	9.240,70	10.788,31	10.349,71	-438,60	-4,07%
Alimentação-Refeições confeccionadas	135.106,67	126.182,80	164.100,43	127.473,80	-36.626,63	-22,32%
Alimentação-Géneros para confeccionar	1.816,94	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Vestuário e artigos pessoais	8.441,10	11.945,33	2.781,44	461,62	-2.319,82	-83,40%
Material de escritório	12.237,64	12.189,94	12.176,28	13.581,71	1.405,43	11,54%
Produtos químicos e farmacêuticos	1.353,69	15.484,86	13.522,95	12.181,03	-1.341,92	-9,92%
Produtos vendidos nas farmácias/ Material de consumo clínico						
Material de transporte-Peças	43.476,70	40.802,92	52.894,82	44.854,43	-8.040,39	-15,20%
Material de consumo hoteleiro	1.341,86	40,48	1.279,09	2.317,46	1.038,37	81,18%
Outro material-Peças	29.317,12	29.710,61	31.751,20	29.851,69	-1.899,51	-5,98%
Prémios, condecorações e ofertas	7.544,97	14.464,90	7.523,73	12.836,27	5.312,54	70,61%
Mercadorias para venda	0,00	0,00	0,00	437.433,68	437.433,68	-
Ferramentas e utensílios	2.882,16	4.188,91	2.460,87	2.000,77	-460,10	-18,70%
Livros e documentação técnica	965,23	461,46	888,03	741,97	-146,06	-16,45%
Artigos honoríficos e de decoração	239,44	232,96	177,13	301,35	124,22	70,13%
Material de educação, cultura e recreio	9.986,85	10.936,22	9.826,15	23.969,74	14.143,59	143,94%
Outros bens	30.257,86	21.443,39	29.332,68	24.690,73	-4.641,95	-15,83%
3. Aquisição de Serviços	2.636.465,74	2.862.239,32	2.730.963,46	3.112.136,07	381.172,61	13,96%
Encargos das Instalações	1.063.177,36	1.048.500,88	1.122.265,31	907.060,34	-215.204,97	-19,18%
Conservação de bens	36.005,66	47.106,39	42.963,24	44.616,44	1.653,20	3,85%
Comunicações	115.236,65	106.011,32	132.044,36	113.933,05	-18.111,31	-13,72%
Transportes	577.285,55	578.951,67	535.922,23	550.695,58	14.773,35	2,76%
Representação dos serviços	3.581,43	2.857,01	4.214,28	820,61	-3.393,67	-80,53%
Seguros	69.422,05	89.942,74	87.800,57	87.890,03	89,46	0,10%
Deslocações e estadas	0,00	409,00	928,02	208,00	-720,02	-77,59%
Estudos, pareceres, projectos e consultadoria	47.316,87	50.718,34	42.352,81	119.260,28	76.907,47	181,59%
Formação	6.395,50	4.709,11	1.676,57	4.478,00	2.801,43	167,09%
Publicidade	27.344,64	27.593,70	30.759,36	34.661,41	3.902,05	12,69%
Vigilância e segurança	3.605,12	4.511,02	3.543,33	3.559,94	16,61	0,47%
Assistência técnica	35.865,56	47.484,01	48.184,02	37.883,63	-10.300,39	-21,38%
Outros trabalhos especializados	434.063,92	611.007,05	407.537,29	768.206,38	360.669,09	88,50%
Serviços de saúde	4.187,75	4.776,62	4.574,91	2.996,04	-1.578,87	-34,51%
Encargos de cobrança de receitas	78.595,23	76.161,56	74.518,55	72.419,03	-2.099,52	-2,82%
Outros serviços	134.382,45	161.498,90	191.678,61	363.447,31	171.768,70	89,61%
4. Juros e Outros Encargos	59.393,09	43.153,02	31.488,13	24.088,50	-7.399,63	-23,50%
Empréstimos de médio e longo prazos	59.129,89	43.153,02	31.433,14	23.738,97	-7.694,17	-24,48%
Outros juros	263,20	0,00	54,99	349,53	294,54	535,62%
5. Transferências Correntes	717.960,12	832.483,88	893.458,27	829.063,15	-64.395,12	-7,21%
Estado	5.700,00	11.343,72	0,00	0,00	0,00	-
Serviços e fundos autónomos	0,00	0,00	4.370,00	7.175,00	2.805,00	64,19%
Freguesias	197.736,99	225.277,85	300.611,91	323.122,99	22.511,08	7,49%
Associações de municípios	8.717,39	16.221,41	30.737,80	30.319,04	-418,76	-1,36%
Instituições sem fins lucrativos	366.838,00	426.572,86	467.603,25	379.336,74	-88.266,51	-18,88%
Famílias	138.967,74	153.068,04	90.135,31	89.109,38	-1.025,93	-1,14%
6. Outras Despesas Correntes	406.635,20	485.514,27	634.639,02	482.112,71	-152.526,31	-24,03%
Impostos e taxas	16.332,20	26.070,14	14.380,65	16.913,50	2.532,85	17,61%
Outras	390.303,00	459.444,13	620.258,37	465.199,21	-155.059,16	-25,00%
Total	7.571.554,13	7.939.712,44	8.174.882,45	9.070.431,70	895.549,25	10,95%

RPAS
9

A análise da estrutura das despesas correntes permite realçar a importância das Despesas com o Pessoal, que representam 40% das despesas correntes pagas. Este agregado, em conjunto com as Aquisições de Bens e Serviços, representam 85% da despesa corrente paga.

No ano de 2018, as Despesas com o Pessoal totalizaram a importância de 3.620.288,30€, apresentando um aumento relativamente a 2017 de 348.897,26€ (10,67%). Este valor resultou, em parte, dos procedimentos concursais de recrutamento que ficaram concluídos, relativos ao Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública.

Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior significado são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações (CGA) e Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários, vulgarmente conhecida como "ADSE". Quanto a esta matéria, é de referir que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas. A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuados em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município.

A Aquisição de Bens registou um aumento, no valor de 389.800,44€. Este aumento decorre sobretudo do incremento da rubrica de Mercadorias para Venda – Água, resultante da aquisição de água à entidade Águas do Centro Litoral.

Relativamente à Aquisição de Serviços registou-se um aumento da despesa paga, determinada essencialmente pelo acréscimo da rubrica dos outros trabalhos especializados. Nesta rubrica destacam-se os montantes pagos à Águas do Centro Litoral e à ERSUC no valor total de 666.116,23€.

Registaram-se, também, acréscimos dos valores pagos na rubrica de estudos, pareceres, projetos e consultoria e outros serviços.

Nos Juros e Outros Encargos são contabilizados os juros dos empréstimos de médio e longo prazos e outros juros. No ano económico em apreço, foi registada uma redução neste agregado no valor de 7.399,63€ (-23,50%), relativamente a 2017.

As Transferências Correntes totalizaram menos 64.395,12€ (-7,21%) do que no ano anterior.

Os valores registados nesta rubrica de Transferências Correntes englobam as transferências efetuadas para as diversas Associações Culturais e Desportivas do Concelho, Juntas de Freguesia, bem como as quotas da ADESA, Associação Nacional de Municípios Portugueses e outras entidades.

4/2
~~RPAS~~
L. Almeida
2018
B. Lopes

A rubrica Outras Despesas Correntes que engloba, nomeadamente, os montantes relativos à Ficabeira/ Feira do Mont'Alto, Feira das Freguesias entre outras verificou uma diminuição de 24,03% relativamente ao ano de 2017.

O gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa corrente no ano de 2017 e 2018.



Como é possível verificar do gráfico supra a estrutura da despesa corrente manteve-se relativamente constante.

Da observação do quadro seguinte, verifica-se que a despesa de capital paga registou uma diminuição, em termos homólogos, de 4,43%.

Na Aquisição de Bens de capital a componente de maior expressão é a rubrica Terrenos, onde se inclui a aquisição de terrenos para Ampliação da Zona Industrial da Relvinha.

Na rubrica Construções Diversas, o que apresenta maior peso, são os Sistemas de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais e a Captação e Distribuição de Água, onde estão inseridas as obras do Fecho do Sistema SAR de Barril do Alva, Fecho do sistema de SAR de São Martinho da Cortiça, Reabilitação e Beneficiação da ETAR da Zona Industrial da Relvinha e Fecho do Sistema de AA da Cerdeira.

Na rubrica de maquinaria e equipamento destaca-se o valor do Equipamento/Software Informático consequência da modernização e capacitação da administração pública.

As transferências de capital, onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia relativas a contratos de delegação de competências e contratos programa, registaram um aumento relativamente a 2017, na ordem dos 18,07%. De destacar ainda os apoios às Famílias, onde se reflete o custo do Município com empreitadas de demolição de diversos imóveis afetados pelos incêndios de outubro de 2017.

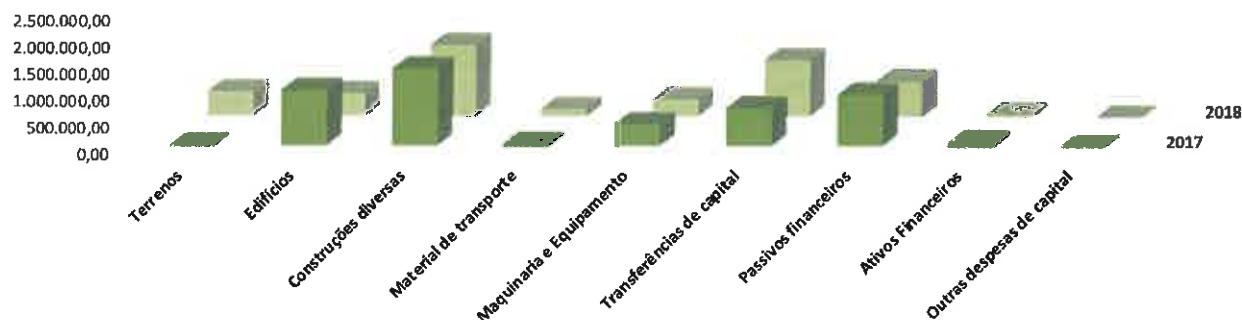
As amortizações dos empréstimos contratados pelo Município, ocorridas em 2018, encontram-se contabilizadas na rubrica Passivos Financeiros, totalizando a importância de 655.555,60€.

Evolução das Despesas de Capital Pagas no Período de 2015 a 2018

Designação	2015	2016	2017	2018	Var. 17/18 Valor	Var. 17/18 %
1. Terrenos	12.132,50	77.674,47	9.673,11	472.163,20	462.480,09	4781,09%
2. Edifícios	144.229,92	316.947,70	1.062.676,45	434.625,06	-618.051,40	-68,71%
Instalações de serviços	135.331,22	271.255,12	455.777,69	612.69,65	-394.508,04	-86,56%
Instalações desportivas e recreativas	6.598,91	20.077,83	57.490,67	17.175,34	-40.315,33	-70,12%
Escolas	2.299,79	25.614,75	539.408,09	351.209,63	-188.198,46	-34,89%
Outros	0,00	0,00	0,00	4.970,43	4.970,43	-
3. Construções diversas	1.488.421,76	1.258.898,06	1.452.385,63	1.339.261,06	-113.124,67	-7,79%
Viadutos, arruamentos e obras complementares	283.965,67	17.758,19	290.955,84	10.346,30	-280.609,54	-96,44%
Sistemas de drenagem de águas residuais	33.795,53	19.624,84	73.751,01	42.766,14	339.015,13	459,68%
Estações de tratamento de águas residuais	96.305,92	13.099,50	53.635,82	236.992,52	183.356,70	341,85%
Iluminação pública	58.124,37	0,00	0,00	0,00	0,00	-
Instalações desportivas e recreativas	3.137,00	9.922,12	9.499,05	4.690,86	-4.808,19	-50,62%
Captação e distribuição de água	47.959,69	54.715,93	106.414,89	325.411,59	219.996,70	205,80%
Viação rural	723.744,67	1086.469,70	830.568,55	265.930,42	-564.638,13	-67,98%
Sinalização e trânsito	40.177,86	6.501,34	5.933,09	12.990,09	7.057,00	118,94%
Cemitérios	0,00	0,00	0,00	3.985,20	3.985,20	-
Outros	201211,05	50.806,44	81.627,38	66.147,94	-15.479,44	-18,96%
4. Material de transporte	17.841,94	2.508,71	30.077,44	145.486,25	115.388,81	383,64%
5. Maquinaria e Equipamento	108.345,35	231.609,34	418.290,85	331.977,07	-86.313,78	-20,63%
Equipamento/ Software informática	41.789,25	21.459,97	16.896,25	153.835,78	36.939,53	316,0%
Equipamento administrativo	2.856,93	11.295,81	15.147,57	58.634,73	43.487,16	287,09%
Equipamento básico	61.579,57	196.786,20	277.775,47	114.535,92	-183.238,55	-58,77%
Ferramentas e utensílios/ Artigos, Objectos de valor	2.119,80	2.068,36	8.471,56	4.970,64	-3.500,92	-41,33%
6. Investimentos incorpóreos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-
7. Transferências de capital	614.988,34	657.523,80	717.552,73	1.071.902,76	354.350,03	49,38%
Sociedades e quase sociedades não financeiras	0,00	11.448,42	9.131,62	7.740,87	-1.390,75	-15,23%
Freguesias	532.722,60	554.464,94	567.816,51	670.393,96	102.577,45	18,07%
Instituições sem fins lucrativos	82.265,74	91.610,44	140.604,60	86.363,50	-54.241,10	-38,58%
Famílias	0,00	0,00	0,00	307.404,43	307.404,43	-
8. Passivos financeiros	967.336,02	984.219,87	969.779,59	657.408,87	-312.370,72	-32,21%
9. Ativos financeiros	161.262,00	0,00	80.626,00	60.469,50	-20.156,50	-25,00%
10. Outras despesas de capital	0,00	5.909,10	7.694,19	16.473,20	7.779,01	101,10%
Total	3.514.547,83	3.515.191,06	4.738.755,99	4.528.736,96	-210.019,03	-4,43%

O Gráfico seguinte ilustra a estrutura da despesa de capital nos anos 2017 e 2018.

Estrutura da Despesa de Capital 2017/2018



Como já supra referido, na rubrica de transferências de capital, com um peso de 10,39% no total das despesas de capital, estão incluídos os contratos programa celebrados com as Freguesias, que totalizaram o montante pago em 2018 de 470.393,97€ (337.007,29€ referente a contratos programa de 2018 e 133.386,68€ referente a contratos

programa de anos anteriores). No quadro seguinte evidencia-se os contratos programa celebrados com as Freguesias em 2018:

Contratos Programa - 2018				
Entidade	Objeto	Valor Total	Valor Pago	Valor por executar em 31/12/2018
Freguesia de Arganil	Reabilitação do espaço envolvente à antiga escola da Nogueira	38.160,00	19.080,00	19.080,00
	Aquisição de viatura	5.000,00	5.000,00	0,00
União das Freguesias de Côja e Barril do Alva	Reabilitação da Praça de Côja, daquelha do mercado velho, de arruamento no Bairro da Coutada, do Miradouro da Coutada e jardim do Vale, Reabilitação do Pátio dos Músicos, em Barril de Alva e Construção de campo escutista em Côja.	16.875,00	16.875,00	0,00
	Silvicultura Preventiva nas freguesias	2.637,81	2.637,81	0,00
	Animação de verão e intervenção na Praia Fluvial - acessibilidade a pessoas com mobilidade condicionada/reduzida.	32.000,00	32.000,00	0,00
Freguesia da Benfeita	Construção de Miradouro em Luadas	25.000,00	12.500,00	12.500,00
	Aquisição de carrinha	5.000,00	5.000,00	0,00
	Silvicultura preventiva	2.602,80	2.602,80	0,00
Freguesia de Celavisa	Requalificação do sistema de defesa contra incêndios da freguesia de Celavisa	18.000,00	9.000,00	9.000,00
União das Freguesias de Cepos e Teixeira	Beneficiação de calçada na Rua Dr. Fernando Vale, em Teixeira, dois chafarizes em Cepos e arruamentos em Porto Castanheiro	20.700,00	10.350,00	10.350,00
	Silvicultura preventiva nas freguesias	4.386,00	4.386,00	0,00
	Cobertura dos edifícios de apoio ao Parque de Campismo de Chãs da Cabeça	4.000,00	2.000,00	2.000,00
União das Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	Muro de suporte e acesso ao recinto de festas, reabilitação dos lavadouros em casarais, canalização das águas pluviais em Relva Velha e calçetamento da zona envolvente ao campo de futebol em Moura da Serra.	28.975,00	24.060,21	4.914,79
	Silvicultura preventiva nas freguesias	3.147,07	3.147,07	0,00
	Colocação de paralelos na rua, muro de suporte, junto ao Parque de Merendas	26.160,00	13.075,00	13.075,00
	Aquisição de viatura com Kit de primeira intervenção	5.000,00	5.000,00	0,00
Freguesia de Folques	Calçetamento do Largo da Calçada e Rua do Alagão em Mancelavisa	16.600,00	7.800,00	7.800,00
	Recuperação do jardim S. António, em Folques, e pavimentação da Rua do Outeiro, no Salgueiro	10.000,00	5.000,00	5.000,00
Freguesia de Plódão	Reconstrução do edifício da cantina, balneários e áreas envolventes à antiga escola	20.000,00	10.000,00	10.000,00
	Silvicultura preventiva na freguesia	3.988,30	3.988,30	0,00
	Reconstrução do edifício da cantina, balneários e áreas envolventes à antiga escola - 2ª fase	20.000,00	10.000,00	10.000,00
Freguesia de Pomares	Reconstrução da capela do Cemitério de Pomares, abertura de novo acesso, portão e construção de arrecadação e Gradeamento na escola de Pomares	13.250,00	6.625,00	6.625,00
	Silvicultura preventiva na freguesia	3.759,44	3.759,44	0,00
	Calçada do Outeiro e reabilitação do Largo da Sociedade de Melhoramentos de Pomares e 1ª fase da construção do novo Parque Infantil em Pomares.	10.000,00	6.779,70	3.220,30
Freguesia de Pombreiro da Beira	Calçetamento da Rua das Eiras e da Rua das Flores, em Servo, e da Quelha do Bento, na Murganheira.	22.169,05	22.169,05	0,00
	Aquisição de carrinha	5.000,00	5.000,00	0,00
	Calçetamento da Rua da Difrória e arranjo da valeta e serventias, em Pombreiro da Beira, e arranjo de valetas e serventia na rua do Chafariz, na Lomba.	10.000,00	10.000,00	0,00
Freguesia de S. M. Cortiça	Reparação do telhado do edifício da Junta de Freguesia e reabilitação e limpeza de fontes e fontenários	20.559,46	20.559,46	0,00
	Aquisição de carrinha	5.000,00	5.000,00	0,00
	Silvicultura preventiva na freguesia	3.470,00	3.470,00	0,00
	Construção de muro para futuro alargamento da Rua da Escola das Pombreiras	13.000,00	6.500,00	6.500,00
Freguesia de Sarzedo	Arranjo de caminho em tuvenan (cerca de 65 m) junto aos Barreiros, reabilitação de rede de águas pluviais e passeios desde o restaurante "O Engenho" até à fonte (estrada da Fonte de Cima); alargamento na Rua da Machufa; instalação de assador na praia fluvial; pintura do Cemitério e Pintura exterior do edifício da junta.	21739,50	10.869,75	10.869,75
	Silvicultura preventiva na freguesia	103190	103190	0,00
Freguesia de Secarias	Aquisição de carrinha	5.000,00	5.000,00	0,00
União das Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	Reparação da fonte chafurda e zona envolvente em Casal de S. João e calçetamento da estrada do casal, em vinhó até à quinta da quartedeira	15.741,00	15.741,00	0,00
	Aquisição de carrinha	5.000,00	5.000,00	0,00
	Silvicultura preventiva nas freguesias	1000,00	1000,00	0,00
	Intervenção na Praia Fluvial	5.000,00	5.000,00	0,00
Total		467.942,13	337.007,29	130.934,84

RPAS 21

No total a despesa paga em 2018 apresenta a seguinte estrutura:

Estrutura da Despesa Paga - 2018

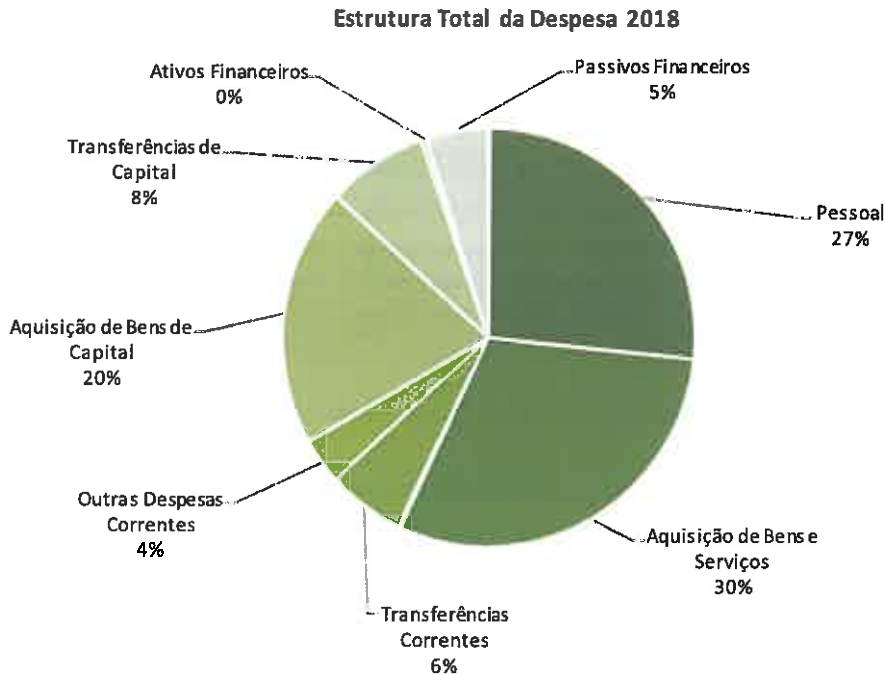
Classificação da Despesa	Execução	%
Despesas Correntes		
Pessoal	3.620.288,30	26,62%
Aquisição de Bens e Serviços	4.114.879,04	30,26%
Juros e Outros Encargos	24.088,50	0,18%
Transferências Correntes	829.063,15	6,10%
Outras Despesas Correntes	482.112,71	3,55%
Total Despesas Correntes	9.070.431,70	66,70%
Despesas de Capital		
Aquisição de Bens de Capital	2.723.482,63	20,03%
Transferências de Capital	1.071.902,76	7,88%
Passivos Financeiros	657.408,87	4,83%
Ativos Financeiros	60.469,50	0,44%
Outras Despesas Capital	15.473,20	0,11%
Total Despesas de Capital	4.528.736,96	33,30%
Total das Despesas	13.599.168,66	100,00%

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
L. Almeida
BPP

[Handwritten signature]

Do quadro anterior destaca-se o peso das despesas com pessoal e aquisição de bens e serviços.



Execução Orçamental Despesa

O orçamento final da despesa de 2018 ascendeu a 16.711.019,54€, dos quais 9.974.189,13€ são afetos a despesas correntes (60%) e 6.736.830,41€ (40%) a despesas de capital.

A análise da sua execução permite verificar que as despesas totais ascenderam a 13.599.168,66€, sendo 9.070.431,70€ (66,70%) despesas de natureza corrente e 4.528.736,96€ (33,30%) despesas de capital, o que se traduz num desvio de 3.111.850,88€, relativamente ao valor orçamentado e num índice de pagamento de 81,38%.

As despesas correntes contribuíram mais para o grau de execução das despesas totais, com uma taxa de 90,94%, do que as despesas de capital, as quais se situaram num índice de 67,22%.

Mapa Resumo da Execução Orçamental da Despesa 2018

Designação	Dotações Corrigidas	Despesas Pagas	Desvio	Execução
Despesa corrente	9.974.189,13	9.070.431,70	-903.757,43	90,94%
Despesa capital	6.736.830,41	4.528.736,96	-2.208.093,45	67,22%
Total	16.711.019,54	13.599.168,66	-3.111.850,88	81,38%

O quadro seguinte apresenta a evolução dos índices de pagamento da despesa, no período de 2005 a 2018.

Grau de Execução Orçamental da Despesa

Despesa	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesa Corrente	68,29%	84,86%	93,80%	89,02%	80,26%	92,82%	87,57%	86,48%	84,99%	88,61%	83,95%	85,35%	85,43%	90,94%
Despesa de Capital	41,61%	72,83%	50,96%	40,19%	44,78%	50,44%	62,44%	68,52%	42,68%	52,83%	48,45%	37,45%	38,12%	67,22%
Despesa Total	54,24%	77,72%	72,23%	59,62%	59,20%	67,81%	73,94%	76,96%	66,72%	73,90%	68,12%	61,29%	58,70%	81,38%

Do quadro anterior podemos aferir que a taxa de execução da despesa de 2018 foi a mais elevada, do período de 2005 a 2018.

Os quadros a seguir apresentados, comparam os valores previstos, com os valores pagos da despesa.

Como tem acontecido em todos os anos, atendendo à respetiva natureza, o agregado despesas com Pessoal apresentou um índice de execução elevado (96,85%).

Da leitura dos quadros verifica-se que em termos correntes a Aquisição de Bens e Serviços apresenta, em termos absolutos, o maior desvio relativamente ao valor orçamentado (-709.900,50€).

RPAS

No que respeita às despesas de capital, verifica-se que o respetivo valor pagou totalizou menos 3.111.850,88€, do que a previsão final corrigida, para o que, à semelhança de anos anteriores, muito contribuiu o diferencial registado na componente Aquisição de Bens de Capital.

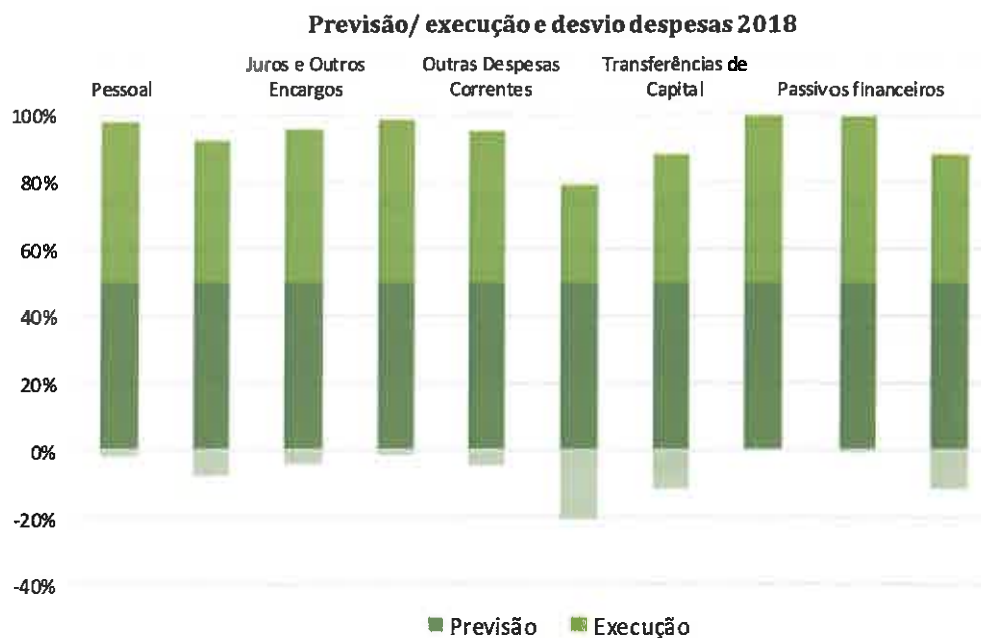
Para este desvio contribuíram os atrasos na execução de alguns projetos nomeadamente: Redes Wi-Fi – AHP Smart Lands, ETAR da Zona Industrial da Relvinha, Fecho do sistema de SAR de S. Martinho da Cortiça – Ligação alta-baixa e extensão de serviço, entre outros, como é possível ver na Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos, nos documentos anexos a este relatório.

Handwritten initials: J.B., A.M., P.

Handwritten signature: W. Almeida
Handwritten initials: A.M.P.

Execução Orçamental da Despesa 2018

	Orçamento Inicial	Orçamento Final	Varição	Valor Executado	Desvio	%
Despesa						
01 - Despesas com pessoal	3.866.192,00	3.738.125,20	128.066,80	3.620.288,30	-117.836,90	96,85%
02 - Aquisição de bens e serviços	5.598.943,00	4.824.779,54	774.163,46	4.114.879,04	-709.900,50	85,29%
03 - Juros e outros encargos	42.000,00	26.123,71	15.876,29	24.088,50	-2.035,21	92,21%
04 - Transferências correntes	1.148.577,00	850.343,19	298.233,81	829.063,15	-21.280,04	97,50%
06 - Outras despesas correntes	535.500,00	534.817,49	682,51	482.112,71	-52.704,78	90,15%
Total das despesas correntes	11.191.212,00	9.974.189,13	1.217.022,87	9.070.431,70	-903.757,43	90,94%
07 - Aquisição de bens de capital	9.691.679,00	4.604.238,87	5.087.440,13	2.723.482,63	-1.880.756,24	59,15%
08 - Transferências de capital	1.358.965,00	1.390.268,77	-31.303,77	1.071.902,76	-318.366,01	77,10%
09 - Ativos Financeiros	80.626,00	60.469,50	20.156,50	60.469,50	0,00	100,00%
10 - Passivos financeiros	661.900,00	661.853,27	46,73	657.408,87	-4.444,40	99,33%
11 - Outras Despesas de Capital	5.000,00	20.000,00	-15.000,00	15.473,20	-4.526,80	77,37%
Total das despesas de capital	11.798.170,00	6.736.830,41	5.076.339,59	4.528.736,96	-2.208.093,45	67,22%
Total da Despesa	22.989.382,00	16.711.019,54	6.293.362,46	13.599.168,66	-3.111.850,88	81,38%



Execução das GOP's (Grandes Opções do Plano)

As Grandes Opções do Plano (GOP's) para 2018, estimaram-se inicialmente em 17.792.690,00€, sendo o montante corrigido em 31 de Dezembro de 11.669.467,00€.

Apresentaram uma execução financeira de 75,14%, sendo que, 59,15% correspondem ao Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e 85,56% às Atividades Mais Relevantes (AMR).

O quadro seguinte mostra de forma resumida esta situação:

Grau de Execução das GOP's				
Designação	Montante previsto	Montante Corrigido	Montante Executado	Nível de Execução
Plano Plurianual de Investimentos	9.691.679,00	4.604.238,87	2.723.482,63	59,15%
Actividades Mais Relevantes	8.101.011,00	7.065.228,13	6.045.098,64	85,56%
Total	17.792.690,00	11.669.467,00	8.768.581,27	75,14%

Na execução das GOP's destacam-se os seguintes projetos:

RPAS

Projectos das GOP's

Designação	Realizado e pago em Anos Anteriores	Realizado em 2018 mais valores realizados em anos anteriores e não pagos	Realizado Total	Pago em 2018	Pago Total
Projectos do PPI					
Reabilitação e Ampliação da Escola do 1.º CEB e Jardim de Infância do Sarzedo	528.711,83	222.754,37	751.466,20	199.230,62	727.942,45
Extensão de Saúde de S. Martinho da Cortiça	168.613,90	11.818,98	180.432,88	11.818,98	180.432,88
Fecho de Sistema de SAR de Pombeiro da Beira	71.343,26	46.153,42	117.496,68	46.153,42	117.496,68
Fecho de Sistema de AA de Celavisa	0,00	46.038,26	46.038,26	46.038,26	46.038,26
Casa das Coletividades	256.550,66	4.014,79	260.565,45	4.014,79	260.565,45
Rede Viária Oeste	306.361,11	57.758,21	364.119,32	57.748,21	364.109,32
Sub- Total	1.331.580,76	388.538,03	1.355.999,47	365.004,28	1.332.475,72
Projectos das AMR's					
Fornecimento de energia elétrica	3.126.321,83	926.440,99	4.052.762,82	859.487,65	3.985.809,48
Transportes escolares		535.906,68	535.906,68	518.672,88	518.672,88
Fornecimento de refeições 1.º CEB e Pré-Escolar		139.095,75	139.095,75	130.981,39	130.981,39
Aquisição de Água para Abastecimento Público		467.220,84	467.220,84	437.433,68	437.433,68
Custos Funcionamento - ERSUC		158.631,69	158.631,69	135.612,20	135.612,20
Apoio ao Associativismo		121.212,52	121.212,52	119.500,00	119.500,00
Transferências para as Freguesias		859.332,15	859.332,15	846.245,97	846.245,97
Ficabeira		190.671,13	190.671,13	190.556,74	190.556,74
Sub-Total	3.126.321,83	3.398.511,75	6.524.833,58	3.238.490,51	6.364.812,34
Total	4.457.902,59	3.787.049,78	7.880.833,05	3.603.494,79	7.697.288,06

Das obras acima referidas importa destacar, pela sua importância em termos financeiros e pelos valores pagos em 2018:

- Reabilitação e Ampliação da Escola do 1.º CED e Jardim de Infância do Sarzedo (taxa de execução do ano de 86,42%);
- Os Transportes Escolares, projeto das AMR's, cujo nível de execução anual se cifrou nos 96,66%;
- As Transferências para as Freguesias, integradas nas Atividades Mais Relevantes, onde estão incluídos a Delegação de Competências, os Contratos Programa e as Transferências Correntes.

Analisam-se agora algumas rubricas da despesa que pela sua importância requerem uma análise mais detalhada.

Despesa com o Pessoal

No que concerne aos limites com despesas com pessoal a Lei do Orçamento de Estado para 2018 não previu qualquer limite para esse ano.

No entanto o n.º 5 do art. 78º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, refere que trimestralmente as Autarquias devem remeter informação:

- Das Despesas com Pessoal, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares;
- Do número de admissões de pessoal, a qualquer tipo, e de aposentações, rescisões e outras formas de cessação de vínculo laboral;
- Fundamentação de eventuais aumentos de despesa com pessoal, que não resulte de atualizações salariais, cumprimento de obrigações legais ou transferência de competências da administração central.

No quadro seguinte averiguamos que em 2018 verificou-se um aumento, relativamente a 2017, das despesas com pessoal no valor de 348.897,26€:

	2017	2018	Diferença
Despesas com pessoal	3.271.391,04	3.620.288,30	348.897,26
Exceções ao abrigo da alínea a), n.º 5 artigo 62º da LEO 2015			
Total			348.897,26

Independentemente de não ter sido fixado qualquer limite, uma gestão eficiente de recursos aconselha a sua contenção.

Os gastos com Pessoal correspondem a 26,62% da Despesa Global do Município, mantendo-se em níveis em que não representam um constrangimento para a execução dos restantes compromissos da despesa.

As Remunerações Certas são o grupo com maior relevância no total das despesas com Pessoal (74,70%), e verificaram relativamente a 2017 um acréscimo de 10,61%.

Deste grupo destaca-se o aumento da rubrica Remunerações Pessoal Contratado a Termo e Remunerações Pessoal do Quadro consequência de novos procedimentos concursais de recrutamento e das valorizações remuneratórias na Função Pública (Art. 18º da lei nº114/2017, de 29 de dezembro), destaca-se ainda, o aumento da rubrica de Pessoal em Regime de Tarefa e Avença.

RPMS
9

Do agregado Abonos Variáveis fazem parte as despesas com as senhas de presença dos eleitos, o trabalho suplementar bem como outros abonos aos funcionários. Neste capítulo todas as rubricas registaram um aumento comparativamente a 2017, exceto a rubrica de Subsídio Trabalho Noturno.

A B
AAA

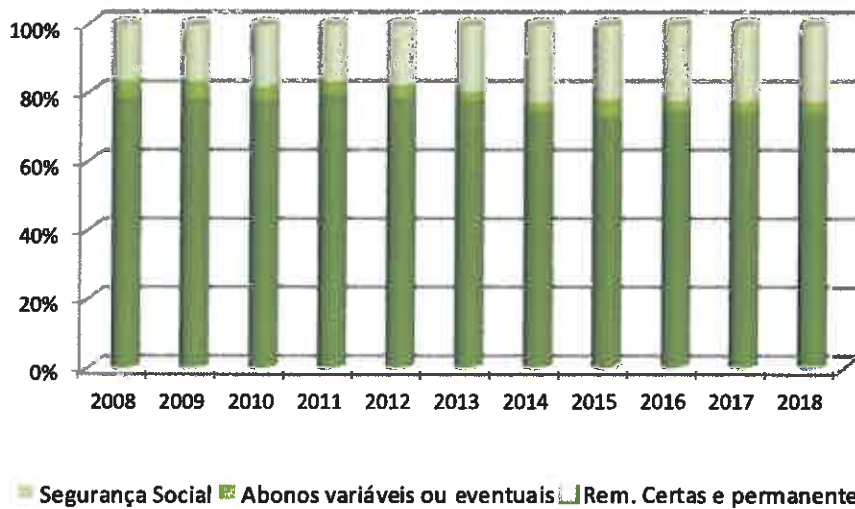
Na rubrica Segurança Social, as despesas com maior relevância financeira são: as contribuições da autarquia, como entidade patronal, para a Caixa Geral de Aposentações e Instituto de Gestão de Financeira da Segurança Social, e as despesas com Saúde dos funcionários.

No que respeita aos custos suportados com a saúde é de referir, que são as Autarquias que suportam, de facto, todos os encargos com a saúde dos seus funcionários e agregados familiares. A ADSE, funciona apenas como intermediária com os estabelecimentos de saúde (Hospitais, Clínicas e Centros de Saúde) e outros prestadores de cuidados de saúde, no pagamento destas despesas.

W
Lis A
2018
Byloj

A partir de 2010, como consequência das alterações legislativas introduzidas pelo Orçamento de Estado e Decreto-Lei de Execução Orçamental, as autarquias passaram a pagar por conta (antecipadamente, com base numa estimativa), as despesas com cuidados médicos efetuadas em estabelecimentos pertencentes ao S.N.S. pelos trabalhadores do Município. No ano de 2018 o montante pago a este título totalizou os 54.764.58€, registado na rubrica "Encargos com a Saúde".

Estrutura das Despesas com Pessoal



Do gráfico anterior verifica-se que a estrutura das despesas com pessoal tem-se mantido relativamente constante ao longo dos 11 anos evidenciados.

Evolução das Despesas com Pessoal 2013-2018

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Estru.%	Var.%	2017	2018	Var.%
Rem. Certas e permanentes											
Rem. órgãos autárquicos	143.343,83	63.602,03	68.317,52	63.329,73	173.705,42	170.242,94	4,95%	-5,25%	173.705,42	170.242,94	-2,34%
Rem. pessoal do quadro	1735.424,04	1608.615,90	1497.757,21	1540.439,93	1558.079,18	1687.055,83	46,60%	1,18%	1558.079,18	1687.055,83	8,24%
Rem. pessoal contratado a termo	141332,08	83.122,28	59.801,00	66.084,51	116.785,86	166.691,08	4,33%	7,15%	116.785,86	166.691,08	47,87%
Pessoal em regime de férias ou avança	13.572,85	13.284,00	12.177,00	13.284,00	9.983,00	23.383,98	0,65%	-25,00%	9.983,00	23.383,98	134,77%
Pessoal aguardando aposentação	2.767,86	33.483,99	9.888,51	1804,16	1708,77	2.295,49	0,06%	-5,29%	1708,77	2.295,49	34,34%
Pessoal em qualquer outra situação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.299,32	0,26%	-	0,00	9.299,32	-
Representação	18.963,84	28.825,95	29.002,46	30.372,99	30.005,31	24.787,04	0,68%	-12,1%	30.005,31	24.787,04	-17,36%
Subsídio de refeição	206.668,00	165.447,01	176.558,44	177.186,88	193.449,03	213.829,22	5,90%	9,27%	193.449,03	213.829,22	10,43%
Subsídio de férias e de natal	357.310,24	351.376,89	327.821,33	317.327,53	320.883,20	356.988,49	9,88%	1,2%	320.883,20	356.988,49	11,25%
Rem. por doença maternidade/ paternide	47.829,80	56.451,83	90.404,21	63.247,36	40.002,44	51.119,46	14,1%	-36,75%	40.002,44	51.119,46	27,79%
Sub-total	2.667.212,34	2.514.209,88	2.371.727,68	2.395.026,91	2.446.182,22	2.704.502,91	74,70%	2,03%	2.446.182,22	2.704.502,91	10,61%
Abonos variáveis ou eventuais											
Gratificações variáveis ou eventuais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-	0,00	0,00	-
Horas extraordinárias	41786,82	33.419,01	32.756,57	42.889,84	54.480,57	55.348,98	1,53%	27,05%	54.480,57	55.348,98	1,57%
Ajuda de custo	13.490,67	12.266,69	10.757,57	11.801,99	11354,85	18.191,34	0,45%	1,55%	11354,85	18.191,34	61,62%
Abono para falhas	9.774,10	9.444,37	8.084,49	12.321,15	12.802,44	13.336,86	0,37%	3,97%	12.802,44	13.336,86	4,17%
Subsídio trabalho noturno	5.080,02	3.978,98	3.835,93	4.583,99	4.639,99	3.825,79	0,11%	100%	4.639,99	3.825,79	-17,24%
Subsídio de turno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-	0,00	0,00	-
Indemnizações por cessação de função:	0,00	0,00	83.289,91	0,00	0,00	0,00	0,00%	-100,00%	0,00	0,00	-
Outros suplementos e prémios	18.045,67	17.508,16	15.351,58	17.861,04	11.694,18	19.566,05	0,53%	-33,79%	11.694,18	19.566,05	68,87%
Sub-total	88.205,38	76.614,21	154.176,05	88.647,01	94.982,03	107.957,00	2,98%	7,15%	94.982,03	107.957,00	13,66%
Segurança Social											
Encargos com a saúde	74.340,99	69.916,51	61.112,08	52.343,04	53.429,91	54.784,58	1,57%	2,08%	53.429,91	54.784,58	2,50%
Outros encargos com a saúde	25.044,26	23.474,46	32.953,13	25.189,02	22.961,10	28.447,87	0,78%	-8,84%	22.961,10	28.447,87	23,90%
Subsídio familiar a crianças e jovens	25.582,55	23.300,98	20.345,97	16.076,77	16.789,39	11041,18	0,30%	-19,7%	16.789,39	11041,18	-29,98%
Outras Prestações Familiares	6.050,00	2.363,70	1401,18	6.623,72	5.030,58	16.221,39	0,42%	-24,05%	5.030,58	16.221,39	222,58%
ADSE	14.870,09	2.120,94	46.544,01	55.961,44	67.421,58	77.483,84	2,14%	20,48%	67.421,58	77.483,84	14,89%
Segurança social dos funcionários públi	348.462,21	436.745,81	381073,08	378.667,54	365.232,56	352.526,97	9,74%	-3,55%	365.232,56	352.526,97	-3,48%
Segurança social regime geral	65.823,59	151655,51	137.832,88	161510,55	178.490,02	244.828,15	6,78%	10,57%	178.490,02	244.828,15	37,17%
Outras pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%	-	0,00	0,00	-
Seguros	17.804,95	27.018,89	18.099,89	18.297,31	22.891,65	23.538,43	0,65%	40,46%	22.891,65	23.538,43	2,82%
Sub-total	667.378,64	755.680,80	698.771,98	712.669,39	731.226,79	807.828,39	22,31%	2,80%	731.226,79	807.828,39	10,48%
Total	3.422.796,36	3.346.504,89	3.224.676,71	3.196.343,31	3.271.391,04	3.620.268,30	100,00%	2,35%	3.271.391,04	3.620.268,30	10,67%

RPAS
8

Analisando agora a evolução das despesas de pessoal em proporção das despesas totais, verificamos que o peso das despesas de pessoal nas despesas totais aumentou relativamente a 2017.

Despesa Pessoal / Despesa Total 2008-2018

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Despesas com Pessoal	3.671.249,51	3.718.987,93	3.836.955,39	3.805.062,28	3.255.283,82	3.422.798,36	3.346.504,89	3.224.675,71	3.196.343,31	3.271.381,04	3.820.288,30
Despesas Totais	12.248.382,12	12.827.764,39	14.380.458,96	13.241.108,25	13.625.746,63	10.057.590,47	10.968.868,08	11.087.001,86	11.454.803,49	12.813.638,44	13.598.168,88
Desp. Pessoal/ Totais	29,97%	29,45%	26,88%	27,23%	23,89%	34,03%	30,51%	29,08%	27,90%	25,33%	28,02%

[Handwritten signature]

Neste capítulo, importa referir a despesa relacionada com o pessoal afeto às Juntas de Freguesia, que consta do quadro seguinte:

N.º Funcionários da Câmara Municipal afetos às Juntas de Freguesia

	N.º de Funcionários	Valor
Arganil	0	0,00
Benfeita	2	18.789,64
Celavisa	1	11.002,82
Folques	1	9.853,71
Píódão	3	31.579,36
Pomares	2	18.940,07
Pombeiro Beira	3	20.478,16
S.Martinho Cortiça	0	0,00
Sarzedo	0	0,00
Secarias	0	0,00
União Freguesias de Cepos Teixeira	1	9.198,29
União Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra	2	18.919,30
União Freguesias de Coja e Barril de Alva	1	9.473,20
União Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz	1	9.658,93
Total	17	157.893,48

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

Refere-se ainda que, a título de Adenda aos Contratos de Delegação de Competências foram transferidos os seguintes valores:

- União de Freguesias de Coja e Barril de Alva – 37.832,28€;
- União de Freguesias de Vila Cova de Alva e Anseriz – 22.433,48€;
- União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra – 11.216,72€;
- União de Freguesias de Cepos e Teixeira – 11.216,72€;
- Freguesia S. Martinho da Cortiça – 33.650,28€;
- Freguesia Folques – 11.216,72€;
- Freguesia da Benfeita – 11.216,72€;
- Freguesia do Sarzedo – 22.433,48€;
- Freguesia das Secarias – 11.216,72€;
- Freguesia de Pomares – 11.216,72€;
- Freguesia de Celavisa – 11.216,72€;

- Freguesia de Pombeiro da Beira – 11.216,72€
 - Freguesia de Arganil – 11.216,72€
- Num total de 217.300,00€.

RAM
9/

Fundo Social Municipal

O Fundo Social Municipal (F.S.M.), introduzido pela primeira vez em 2007, consiste na consignação de uma receita transferida e quantificada através do Orçamento de Estado, a despesas associadas a funções sociais.

Para o ano de 2018 a Lei de Orçamento de Estado dispõe no n.º 4 do artigo 77º que *“O montante do FSM indicado na alínea b) do n.º 1 destina-se exclusivamente ao financiamento de competências exercidas pelos municípios no domínio da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a distribuir de acordo com os indicadores identificados na alínea a) do n.º 1 do artigo 34.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, e dos transportes escolares relativos ao 3.º ciclo do ensino básico, conforme previsto no n.º 3 do artigo 9.º do Decreto - Lei n.º 144/2008, de 28 de julho, que desenvolve o quadro de transferência de competências para os municípios em matéria de educação, na sua redação atual, a distribuir conforme o ano anterior.”*

Deste modo, e nos termos das regras em vigor do F.S.M. para 2018, o Município de Arganil esteve obrigado a realizar pagamentos na área da Educação no montante mínimo de 265.482,00€ (valor definido na Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, Orçamento de Estado para 2018), sob pena de lhe virem a ser subtraídas nas transferências de 2018 os valores em falta.

A Despesa Municipal com Educação enquadrável nas regras definidas em 2018 para o Fundo Social Municipal atingiu um total de 816.969,29€, existindo uma insuficiência das transferências do exterior para comparticipar estes encargos de 387.497,51€.

No quadro seguinte podemos verificar os montantes pagos durante o ano de 2018 relativos ao funcionamento do 1.º CEB, Pré – Escolar e transportes escolares 3.º ciclo:

FSM 2018					
Despesas com Educação	Financiamento				Despesa Suportada pelo Município
	Despesa Municipal	Comparticipação Estado	Protocolos com a DGEstE	Famílias	
Transportes Escolares	393.392,08				
Refeições Escolares	28.235,79				
Prolongamento horário	25.599,95	265.482,00	92.492,96	71.496,82	387.497,51
Pessoal Auxiliar	174.676,43				
Outras Despesas de Fun. Corrente	95.065,04				
Total	816.969,29	265.482,00	92.492,96	71.496,82	387.497,51

Constata-se que do total da Despesa Municipal na Educação existe um *deficit* de 47%, que é diretamente comparticipado pelo Município, sendo o valor total de todas as transferências insuficiente em cerca de 387 mil euros, para fazer face aos encargos do Município de Arganil, com despesas de funcionamento corrente da educação do 1.º CEB, Pré-Escolar e transportes escolares do 3.º ciclo.

A autarquia de Arganil atribui benefícios aos alunos inseridos em agregados familiares caracterizados por uma situação socioeconómica de carência. Estes apoios concretizam-se em atribuição de auxílios económicos através da aquisição de livros escolares, reduções e isenções nas refeições escolares, nos lanches escolares e prolongamento de horário. O valor da aquisição de livros escolares, não considerado no quadro acima, totalizou a importância de 2.326,26€.

Relativamente a este assunto é ainda de destacar que foi aprovado em reunião de Câmara, de 15 de Junho de 2008, a isenção de custos de transportes escolares todos os alunos residentes no concelho de Arganil.

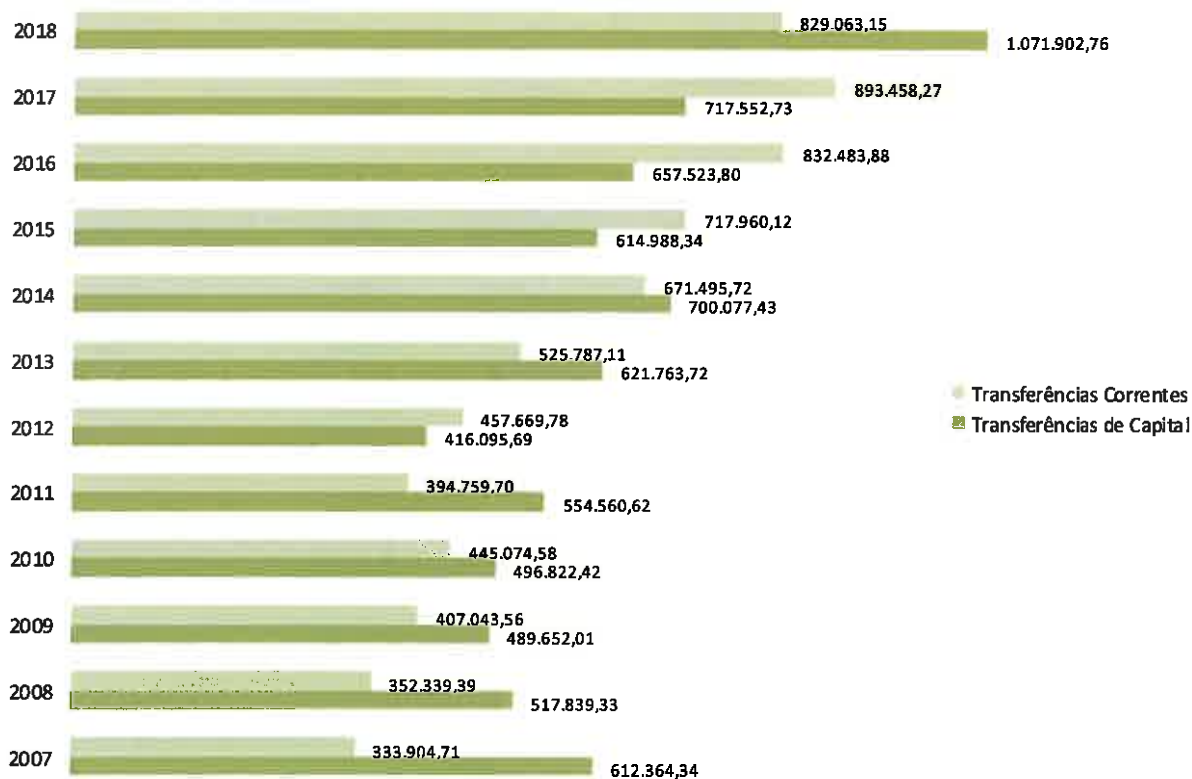
Transferências Correntes e de Capital

Os apoios financeiros constituem uma importante fonte de despesa autárquica, deste modo analisa-se de seguida a evolução das transferências nos últimos doze anos.

[Handwritten signatures and initials]
Luís Almeida

Evolução das Transferências Correntes e de Capital

	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Transferências Correntes	333.904,71	352.339,39	407.043,56	445.074,58	394.759,70	457.669,78	525.787,11	671.495,72	717.960,12	832.483,88	893.458,27	829.063,15
Transferências de Capital	612.364,34	517.839,33	489.652,01	496.822,42	554.560,62	416.095,69	621.763,72	700.077,43	614.988,34	657.523,80	717.552,73	1.071.902,76



Do gráfico e quadro acima podemos verificar que em 2017 as transferências correntes verificaram o maior valor de sempre. Em 2018 verificou-se um decréscimo das transferências correntes face a 2017 no valor de 64.395,12€

Das Transferências Correntes destacam-se os valores transferidos: para o apoio ao associativismo que representa 16,49% das mesmas e para as Juntas de Freguesia com 38,97%.

As Transferências para as Freguesias, no âmbito dos Contratos e Acordos de Delegação de Competências e dos Contratos Programa realizados representam 62,54% das transferências de capital.

Do valor das transferências de capital para Instituições sem Fins Lucrativos destacam-se os valores transferidos para os Bombeiros Voluntários do Concelho, de Arganil e Coja, para a Associação Filarmónica Progresso Pátria Nova de Coja e Associação Atlética de Arganil.

Montantes Recebidos pelas Juntas de Freguesia

No quadro seguinte evidencia-se o montante total recebido por cada uma das Freguesias do Concelho, quer de forma direta (transferência), quer de forma indireta (pessoal ao serviço da Freguesia pago pela Câmara Municipal):

Montantes Recebidos directa e indirectamente pelas Juntas de Freguesia

Freguesia	Delegação de Competências	Adendas aos contratos de Delegação Comp.	Contratos Programa	Outras Apoios	Pessoal	Total
Arganil	25.000,00	11.216,72	56.080,00		0,00	92.296,72
Benfeita	11.042,45	24.873,78	29.766,78		18.789,64	84.472,65
Celavisa	8.000,00	11.216,72	9.000,00		11.002,82	39.219,54
Folques	9.854,33	11.216,72	33.320,39		9.853,71	64.245,15
Piódão	12.176,71	0,00	28.908,30		31.579,36	72.664,37
Pomares	15.119,84	11.216,72	41.527,14		18.940,07	86.803,77
Pombeiro Beira	18.675,41	24.209,13	45.956,10		20.478,16	109.318,80
S. Martinho Cortiça	21.587,28	53.255,66	35.529,46		0,00	110.372,40
Sarzedo	11.702,82	22.433,48	29.225,98	11.857,00	0,00	75.219,28
Secarias	8.000,00	11.216,72	9.182,00		0,00	28.398,72
União Freg. de Cepos Teixeira	12.642,80	11.216,72	16.736,00	10.594,45	9.198,29	60.388,26
União Freg. de Cerdeira e Moura da Serra	10.915,70	32.220,41	45.282,28		18.919,30	107.337,69
União Freg. de Coja e Barril de Alva	22.235,15	37.832,28	69.267,93		9.473,20	138.808,56
União Freg. de Vila Cova de Alva e Anseriz	13.047,50	22.433,48	36.724,61		9.658,93	81.864,52
Total	199.999,99	284.558,54	486.506,97	22.451,45	157.893,48	1.151.410,43

Do quadro anterior destacam-se os seguintes aspetos:

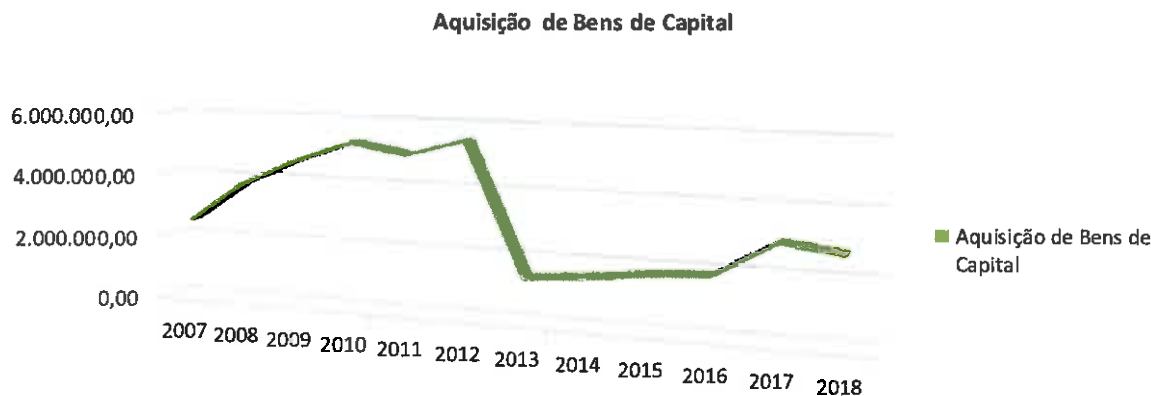
- O valor do pessoal afeto às Juntas de Freguesia representa 4,36% do pessoal total do Município;
- O valor dos contratos programa, corrente e capital, refere-se apenas ao valor pago;
- Os valores pagos às Freguesias de S. Martinho da Cortiça e Pombeiro da Beira relativos às adendas à Delegação de Competências no âmbito da drenagem de águas residuais totalizaram:
 - S. Martinho da Cortiça – 19.605,38€;
 - Pombeiro da Beira – 12.992,41€.
- Os valores pagos à União de Freguesias de Cerdeira e Moura da Serra e à Freguesia da Benfeita relativo às adendas de delegação de competências no âmbito da gestão de sistemas de abastecimento de água perfizeram:
 - Cerdeira e Moura da Serra – 21.003,69€;
 - Benfeita – 13.657,06€.

RPAS
91

Aquisição de Bens de Capital

No quadro seguinte podemos ver a evolução das despesas de capital nos últimos doze anos.

Aquisição de Bens de Capital												
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Aquisição de Bens de Capital	2.574.290,19	3.830.536,49	4.841.643,16	5.283.902,16	4.984.118,23	5.491.895,86	1.406.213,47	1.547.075,25	1.771.871,47	1.887.538,28	2.963.103,48	2.723.482,83



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and the text 'Lec. Alentejo' and '8/10/2018'.

Os montantes pagos, em termos de Bens de Capital, verificaram um decréscimo relativamente ao ano de 2017. A Aquisição de Bens de Capital atingiu no ano de 2012 o valor de 5.491.895,86€, nunca sendo possível até à data atingir esse mesmo valor. A justificação desta situação prende-se com a entrada em vigor da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso que, a sua aplicação, apesar de ser extremamente positiva tem aspetos práticos, que carecem de aperfeiçoamento e que de alguma forma condicionam a atuação do Município nas suas opções de despesa, bem como os atrasos relacionados com projetos cofinanciados por fundos comunitários.

Destaca-se que das despesas de capital ficaram por pagar 450.179,80€, pelo que a menor execução destas despesas se deve à sua não realização.

Refira-se, ainda, que a rubrica Aquisição de Bens de Capital representa 20,03% das Despesas Totais.

Análise da Despesa Faturada	2015			2016			2017			2018		
	Orçamentado	Fat. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fat. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fat. Total	Tx Exec. %	Orçamentado	Fat. Total	Tx Exec. %
Despesas Correntes												
Pessoal	3.552.687,00	3.230.342,46	90,93%	3.424.287,00	3.196.343,31	93,34%	3.486.107,00	3.274.462,62	93,93%	3.738.235,20	3.623.067,70	96,92%
Aquisição de Bens e Serviços	4.164.000,00	3.345.624,88	80,35%	4.339.300,00	3.484.829,48	80,31%	4.270.788,00	3.544.012,35	82,98%	4.824.779,54	4.330.563,58	89,76%
Juros e Outros Encargos	72.000,00	59.393,08	82,49%	59.500,00	43.163,02	72,53%	39.200,00	31.488,13	80,33%	26.123,71	24.088,50	92,21%
Transferências Correntes	767.100,00	718.610,91	93,68%	940.060,00	840.370,61	89,40%	1081.020,00	898.573,17	83,12%	850.343,19	845.256,84	99,40%
Outras Despesas Correntes	463.700,00	415.830,07	89,68%	539.500,00	486.494,26	90,18%	692.000,00	649.817,47	93,90%	534.817,49	502.060,90	93,88%
Total Despesas Correntes	9.018.487,00	7.769.801,41	86,14%	9.302.647,00	8.061.190,68	86,55%	9.589.237,00	8.398.363,74	87,78%	9.974.189,13	9.326.037,52	93,49%
Despesas de Capital												
Aquisição de Bens de Capital	5.331.774,00	1.793.748,90	33,64%	7.407.100,00	1.854.924,39	25,04%	10.086.346,00	3.125.738,90	30,99%	4.604.238,87	3.173.455,17	68,92%
Transferências de Capital	793.000,00	614.988,34	77,55%	913.000,00	684.010,46	74,92%	1.285.250,00	718.227,95	55,89%	1.390.268,77	1.072.101,02	77,12%
Ativos Financeiros	1.125,00	1.125,00	100,00%	80.526,00	0,00	0,00%	80.526,00	80.526,00	100,00%	80.469,50	80.469,50	100,00%
Passivos Financeiros	970.000,00	967.336,02	99,73%	965.000,00	964.219,87	99,92%	970.560,00	969.779,59	99,92%	66.1853,27	657.408,87	99,33%
Outras Despesas de Capital	0,00	0,00	700,00%	20.000,00	5.909,10	800,00%	9.000,00	7.694,19	85,49%	20.000,00	5.473,20	77,37%
Total Despesas de Capital	7.256.026,00	3.637.325,26	48,75%	9.385.726,00	3.509.063,82	37,39%	12.431.822,00	4.902.067,63	39,43%	6.736.830,41	4.978.916,76	73,91%
Total das Despesas	16.275.513,00	11.307.126,67	69,47%	18.688.373,00	11.560.254,50	61,86%	22.001.019,00	13.300.421,37	60,46%	16.710.919,54	14.303.954,28	85,60%

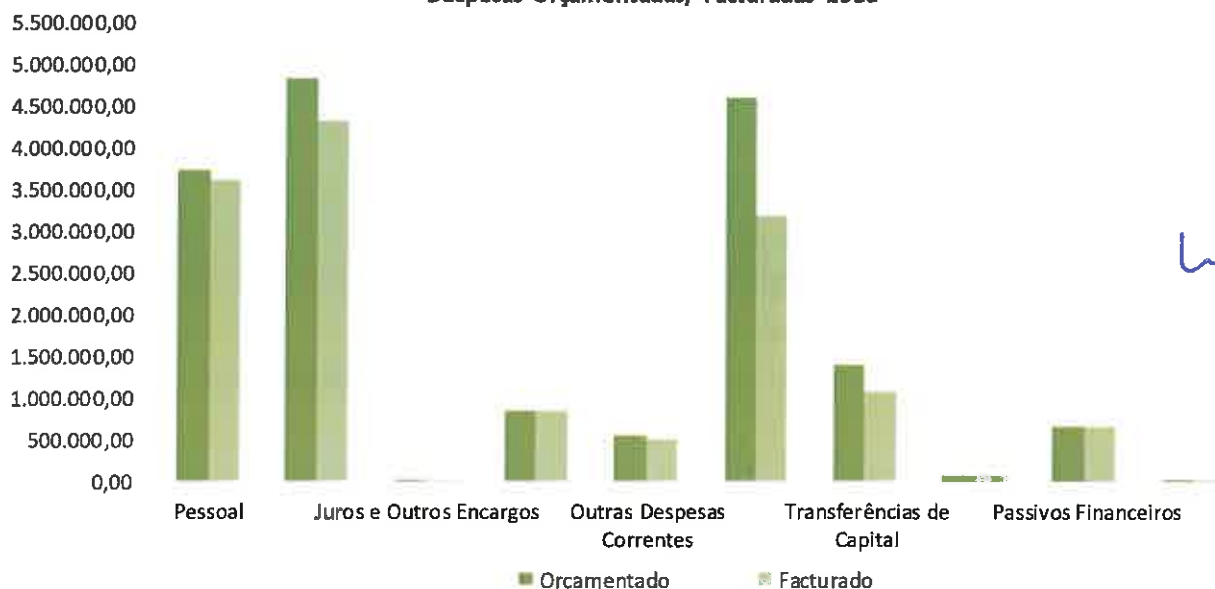
RPAS
81

Quadro Evolutivo da Despesa

	2013	2014	Var%	2015	Var%	2016	Var%	2017	Var%	2018	Var%
Orçamentado	15.073.753,00	14.843.218,00	-1,53%	16.275.513,00	9,65%	18.688.373,00	14,83%	22.001.019,00	17,73%	16.711.019,54	-24,04%
Cabimentado	11.569.226,29	12.364.331,00	6,87%	12.387.787,36	0,19%	12.864.303,55	3,85%	15.386.205,91	27,38%	16.370.128,60	-0,10%
Faturado	10.590.125,53	11.182.804,63	5,60%	11.307.126,67	1,11%	11.560.254,50	2,24%	13.300.421,37	15,05%	14.303.954,28	7,54%
Executado	10.057.590,47	10.968.869,98	9,06%	11.087.001,96	1,08%	11.454.903,49	3,32%	12.913.638,44	12,73%	13.599.168,66	5,31%

RPAS
81

Despesas Orçamentadas/ Facturadas 2018



RPAS
81

Quadro demonstrativo das diferentes fases da despesa em 2018

Designação	Orçamentada	Comprometida do exercício	Realizada	Paga	Realizado e não pago	Comprometido por realizar
1. Despesas Correntes	9.974.189,13	9.821.012,82	9.325.037,52	9.070.431,70	254.606,82	495.975,30
11 Pessoal	3.738.125,20	3.626.520,96	3.623.067,70	3.620.288,30	2.779,40	3.453,26
12 Aquisição de Bens	1.419.85,94	1.139.713,44	1.068.893,33	1.002.742,97	66.150,36	70.820,11
13 Aquisição de Serviços	3.682.793,60	3.651.261,85	3.261.670,25	3.112.136,07	149.534,18	389.591,60
14 Juros e Outros Encargos	26.123,71	26.067,67	24.088,50	24.088,50	0,00	1.979,17
15 Transferências Correntes	850.343,19	847.458,68	845.256,84	829.063,15	16.193,69	2.201,84
16 Outras Despesas Correntes	534.817,49	529.990,22	502.060,90	482.112,71	19.948,19	27.929,32
2. Despesas de Capital	6.736.830,41	6.501.317,41	4.978.916,76	4.528.736,96	450.179,90	1.522.400,65
2.1 Terrenos Habitações e Edifícios	1.092.561,36	1.073.025,68	960.457,20	906.778,25	53.678,95	112.568,48
2.2 Construções Diversas	2.972.870,95	2.772.563,65	1.731.204,11	1.339.261,06	391.943,05	1.041.359,54
2.3 Material de Transporte	150.260,00	150.037,58	147.965,52	145.466,25	2.499,27	2.072,06
2.4 Equipamento e Software Informático	195.088,42	194.302,71	153.911,67	153.835,78	75,89	40.391,04
2.5 Equipamento Básico e Administrativo	188.457,14	186.579,96	174.946,03	173.170,65	1.775,38	11.633,93
2.6 Outros Investimentos	5.001,00	4.970,64	4.970,64	4.970,64	0,00	0,00
2.7 Transferências de Capital	1.390.268,77	1.386.484,22	1.072.110,02	1.071.902,76	207,26	314.374,20
2.8 Ativos Financeiros	60.469,50	60.469,50	60.469,50	60.469,50	0,00	0,00
2.9 Passivos Financeiros	661.853,27	657.410,27	657.408,87	657.408,87	0,00	1,40
2.10 Outras Despesas de Capital	20.000,00	15.473,20	15.473,20	15.473,20	0,00	0,00
Total de Despesas (1+2)	16.711.019,54	16.322.330,23	14.303.954,28	13.599.168,66	704.785,62	2.018.375,95

Dos quadros e gráfico acima podemos tirar as seguintes conclusões:

- O valor da despesa faturada totalizou a importância de 14.303.954,28€, representando mais 1.003.352,91€ do que no ano de 2017;
- O valor da despesa faturada por liquidar em 2018, que transitou para o exercício de 2019, foi de 704.785,62€;
- O valor das despesas correntes cabimentadas, comprometidas e faturadas ficou próximo do valor previsto;
- O valor dos encargos comprometidos no ano de 2018, nos termos das respetivas contratualizações e que não se concretizaram em obrigações, pela não realização ou finalização da atividade correspondente ascendeu a 2.018.375,95€;
- A taxa de execução das despesas realizadas foi:
 - Despesas correntes – 93,49%;
 - Despesas de capital – 73,91%;

Valores estes superiores à execução medida com base nas despesas efetivamente pagas.

RPA

4.4 Saldo de Gerência – Resumo dos Fluxos de Caixa

O mapa resumo dos Fluxos de Caixa apresenta os recebimentos e pagamentos orçamentais, assim como as operações de tesouraria. Os valores de operações de tesouraria referem-se a retenções que a autarquia faz aos próprios funcionários e aos eleitos locais em regime de permanência, relativas a: C.G.A., I.R.S., I.G.F.S.S., Sindicatos, etc., sendo estes montantes entregues no mês seguinte às respetivas entidades, de acordo com os prazos legais estipulados. Estão também incluídos em Operações de Tesouraria os valores retidos em dinheiro pela autarquia referentes a cauções e garantias, relativos a fornecimentos e empreitadas.

Do resultado dos movimentos financeiros efetuados durante a gerência de 2018 verifica-se que as entradas de fundos ascenderam a 14.743.846,50€. Deste montante, 13.995.336,82€ são provenientes de receitas orçamentais e 748.509,68€ correspondem a entradas de fundos por Operações de Tesouraria.

Por seu lado, as saídas de fundos ascenderam a 14.350.742,11€, repartidas pelas despesas orçamentais (13599.168,66€) e pela despesa de Operações de Tesouraria (751.573,45€).

Desta forma, partindo de um saldo proveniente do exercício de 2017, no valor total de 761.156,75€, o saldo a transitar para o ano económico de 2019, será de 1.154.261,14. Este saldo da gerência de 2018 decompõe-se em 658.880,77€, como saldo de operações orçamentais, e em 495.380,37€, como saldo de operações de tesouraria.

Saldo de Gerência

	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria
2018		
Saldo da gerência anterior (2017)	262.712,61	498.444,14
Receitas	13.995.336,82	748.509,68
Despesas	13.599.168,66	751.573,45
Saldo para gerência seguinte	658.880,77	495.380,37

[Handwritten marks]

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

4.5 Indicadores Económico - Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética, que devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados, transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Por outro lado, em termos de comparabilidade, e devido à especificidade de cada Município, nomeadamente na forma como se organiza, para dar cumprimento às suas atribuições e competências, não permitem a equiparação de realidades autárquicas diferentes.

O quadro seguinte refere os indicadores de maior significado, no sentido de se proceder a uma avaliação da gestão das atividades levadas a efeito pela Autarquia.

Indicadores														
Designação	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Impostos Directos/ Receitas Correntes	13,90%	15,99%	16,45%	18,02%	14,35%	15,35%	17,29%	16,83%	17,51%	17,16%	17,30%	15,51%	15,33%	12,93%
Venda de Bens e Serviços/ Receitas Correntes	10,56%	11,63%	10,64%	10,98%	10,13%	10,22%	11,59%	13,62%	11,15%	10,71%	11,81%	11,95%	11,61%	20,07%
Transfêrências Correntes/ Receitas Correntes	61,79%	57,70%	56,38%	58,70%	56,78%	58,61%	54,33%	51,68%	55,78%	56,40%	55,87%	56,02%	57,22%	53,08%
Receitas Correntes/ Receitas Totais	61,95%	42,94%	73,39%	63,29%	63,77%	52,67%	59,78%	56,07%	82,38%	81,83%	82,34%	81,09%	80,08%	81,79%
Receitas Capital/ Receitas Totais	38,05%	57,06%	26,61%	36,70%	36,18%	47,29%	40,04%	40,55%	13,67%	8,18%	7,81%	8,06%	10,29%	16,33%
Pessoal/ Despesas Correntes	48,55%	48,85%	49,72%	47,28%	47,21%	46,12%	47,82%	45,24%	45,83%	43,22%	41,58%	39,70%	38,99%	38,85%
Aqui. Bens e Serviços/ Despesas Correntes	35,84%	35,43%	36,32%	38,02%	39,22%	40,85%	39,13%	41,01%	41,82%	43,49%	43,06%	43,28%	42,20%	46,44%
Investimentos/ Despesas de Capital	82,29%	67,88%	70,40%	78,97%	88,08%	85,14%	83,65%	85,41%	51,94%	48,58%	50,71%	52,86%	63,76%	63,74%
Passivos Financeiros/ Despesas de Capital	12,32%	27,83%	14,34%	10,54%	6,18%	7,33%	7,68%	8,11%	26,08%	29,96%	27,35%	27,48%	19,78%	13,20%
Despesas Correntes/ Despesas Totais	50,03%	46,93%	63,14%	58,72%	47,86%	53,62%	52,64%	52,81%	72,46%	70,83%	68,72%	69,65%	63,14%	65,19%
Despesas Capital/ Despesas Totais	49,97%	53,07%	36,86%	41,28%	52,14%	46,38%	47,36%	47,19%	27,54%	29,17%	31,28%	30,35%	36,86%	34,81%
Pessoa/ Receitas Correntes	54,97%	54,90%	47,56%	48,55%	47,39%	49,44%	49,85%	41,50%	37,63%	33,73%	31,56%	31,11%	31,16%	31,14%
Fundos/ Despesas Totais	41,83%	37,01%	52,30%	47,33%	39,35%	42,57%	43,78%	44,11%	57,59%	52,27%	52,86%	52,43%	42,54%	40,18%
Amortizações+Juros/ Receitas Totais	12,30%	17,02%	8,30%	6,98%	4,12%	4,38%	5,51%	4,96%	7,53%	8,74%	8,26%	7,95%	7,64%	4,78%
Receitas Correntes/ Despesas Correntes	87,98%	88,98%	104,55%	97,39%	99,63%	93,29%	102,01%	109,00%	121,80%	125,29%	131,75%	127,61%	125,01%	124,77%
Receitas Capital/ Despesas Capital	54,11%	104,55%	64,91%	80,34%	51,89%	96,85%	75,96%	88,23%	53,18%	30,39%	27,44%	29,11%	27,51%	46,65%

Nota: os valores destes indicadores foram calculados com base nas despesas faturadas.

RPAS
9/

4.6 Endividamento

Em matéria de endividamento o ano de 2018 está sujeito ao previsto na Lei das Finanças Locais - Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a qual veio estabelecer o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais.

Assim, no que concerne à questão do endividamento, o n.º 1 do artigo 52.º do referido diploma legal estabelece que: “A dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

O n.º 2 do mesmo artigo vem ainda esclarecer que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais.

De acordo com o n.º 3 do mesmo artigo, sempre que um município:

- a) Não cumpra o limite previsto no n.º 1, deve reduzir, no exercício subsequente, pelo menos 10 % do montante em excesso, até que aquele limite seja cumprido;
- b) Cumpra o limite previsto no n.º 1, só pode aumentar, em cada exercício, o valor correspondente a 20 % da margem disponível no início de cada um dos exercícios.

O artigo 56º da Lei supra referida vem estabelecer que:

1 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informados os membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, bem como os presidentes dos órgãos executivo e deliberativo do município em causa, que informam os respetivos membros na primeira reunião ou sessão seguinte.

2 - Sempre que, na informação reportada à DGAL, a dívida total prevista no artigo 52.º atinja ou ultrapasse 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores, são informadas as entidades referidas no número anterior, bem como o Banco de Portugal.

Assim, considerando que a dívida total de operações orçamentais no período “n” corresponde ao total das dívidas de terceiros do balanço no período “n” (dívidas a terceiros de médio e longo prazo + dívidas a terceiros de curto prazo, que constitui o total da dívida do Município no período “n”), menos as dívidas resultantes de operações não orçamentais no final do período “n” (que incluem, para além das cauções em posse do Município, os valores que estejam em dívida no final de cada período de operações de tesouraria), evidencia-se no quadro seguinte o limite de endividamento para o ano de 2017, bem como a situação face ao mesmo limite:

Handwritten notes and signatures in blue ink on the right margin, including a large signature and some illegible scribbles.

Dívida total de operações orçamentais e limite		
Receita corrente líquida cobrada ano 2015		10.236.348,98
Receita corrente líquida cobrada ano 2016		10.273.811,84
Receita corrente líquida cobrada ano 2017		10.499.102,48
Média receita		6.836.720,27
Limite dívida total de operações orçamentais = 1,5 x média da receita		
	A	10.255.080,41
Dívida Total de Operações Orçamentais do Município Arganil 31-12-2017		
		2.986.176,42
Dívida total de Operações Orçamentais das Entidades Participadas pelo Mun. Arganil 31-12-2017		
		43.951,07
Total dívida total de operações orçamentais 31-12-2017	B	3.030.127,49
Margem dívida total de op. orçamentais (alínea b) do n.º 3 do art. 52º)		
	C=(A-B)x20%	1.444.990,58
Limite da dívida total de operações orçamentais a 31-12-2018		
	D=C+B	4.475.118,07
Valor dívida operações orçamentais em 31-12-2018		
	E	2.696.617,06
Valor dívida operações orçamentais das entidades participadas pelo Mun. Arg. em 31-12-2018 *		
	F	67.187,00
Margem dívida total de operações orçamentais		
	D-E-F	1.711.314,01

* Informação disponível à data de elaboração do presente relatório

Sobre o quadro supra refere-se que o Orçamento de Estado para 2018 prevê que o montante referente à contribuição de cada Município para o Fundo de Apoio Municipal não releva para o limite da dívida total, pelo que, o total desse valor (60.469,50€) não está incluído no valor da dívida orçamental em 31-12-2018.

O montante em dívida das operações orçamentais das entidades participadas corresponde aos seguintes valores por entidade:

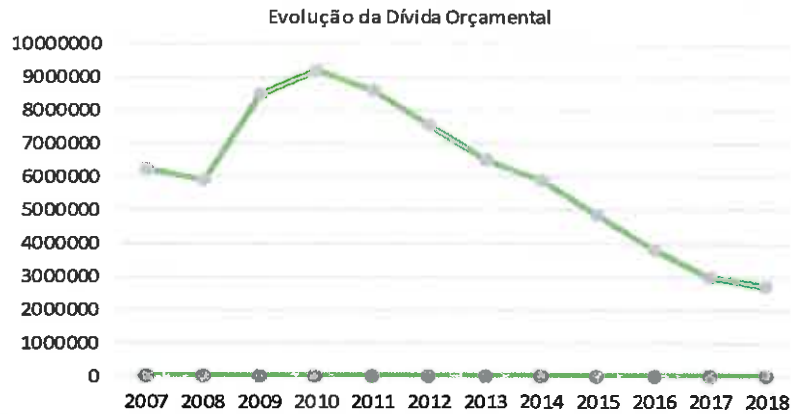
- AIRC – Associação Informática da Região Centro – 16.528,88€;
- ADESA – Serra do Açor - Associação de Desenvolvimento Regional – 46.274,20€;
- CIM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra – 4.383,92€;

Atendendo aos valores supra referidos podemos verificar que, em 31-12-2018, o Município de Arganil cumpre o novo limite, bem como existe larga margem até ao mesmo.

No quadro seguinte apresentamos a evolução da dívida orçamental nos últimos 12 anos:

RPM
9

Dívida Orçamental	
2007	6.255.856,60
2008	5.929.422,73
2009	8.482.145,70
2010	9.210.820,86
2011	8.620.255,51
2012	7.568.541,02
2013	6.503.463,89
2014	5.890.437,01
2015	4.852.421,47
2016	3.801.074,70
2017	2.986.176,42
2018	2.696.617,06



Handwritten notes and signatures on the right side of the page, including a large signature and several initials.

Salienta-se que no valor de 2018 está incluído o valor da dívida à ADSE, gerado entre 1978 e 2005 e objeto de plano prestacional, no montante de 348.058,80€; durante o ano de 2018 foram pagos 50.000,00€, por conta do plano prestacional.

Da análise da informação anterior podemos concluir que o valor da dívida orçamental tem vindo progressivamente a diminuir desde de 2010.

Para melhor evidenciarmos esta situação efetuamos de seguida a análise do endividamento calculado de acordo com a fórmula utilizada até final de 2013, em que, "O montante de endividamento líquido municipal, compatível com o conceito de necessidade de financiamento do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais (SEC95), é equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores, e a soma dos ativos, nomeadamente o saldo de caixa, os depósitos em instituições financeiras, as aplicações de tesouraria e os créditos sobre terceiros".

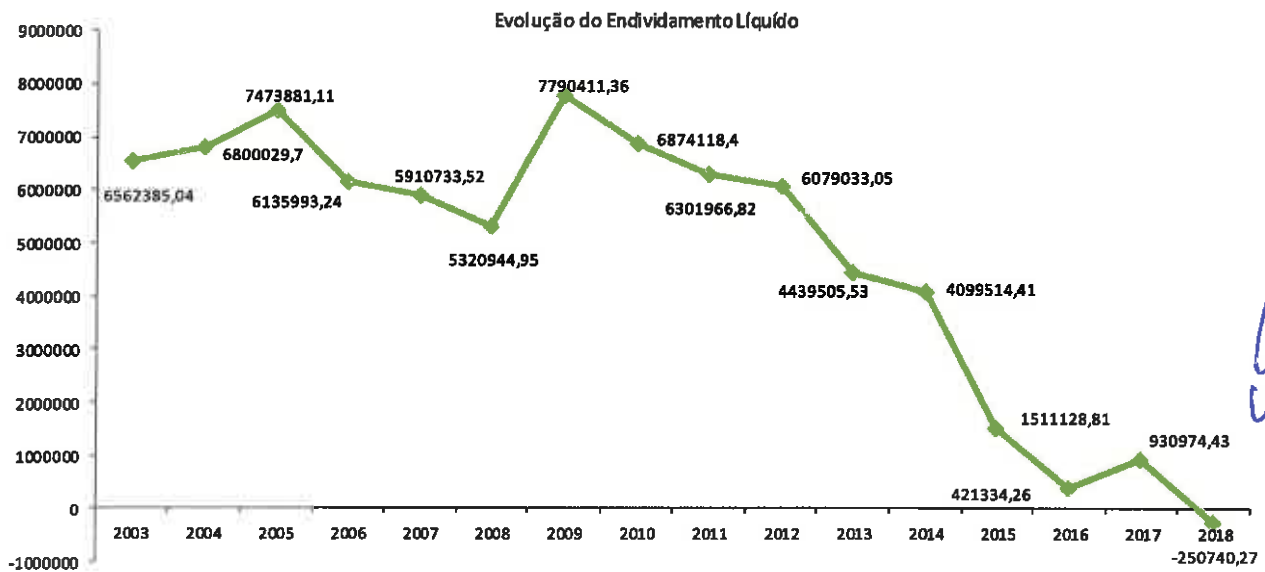
Município de Arganil
Relatório de Gestão – 2018

Evolução do endividamento líquido		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Var. %
Passivos Financeiros (1)														
Média e Longo Prazos														
Empréstimos		4.902.342,21	4.360.353,85	3.819.949,93	7.394.365,04	6.872.613,01	6.123.083,19	5.145.775,96	4.178.439,95	3.214.220,07	2.250.000,20	1.594.444,90	1.138.889,00	-38,57%
Form. Sistema Locação Finan.		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00								
Outros Credores														
Curto Prazo														
Empréstimos		577.306,07	541.988,35	532.155,31	525.584,89	521.752,03	749.529,82	977.307,62	967.336,01	964.219,87	964.219,87	655.555,60	455.555,60	-30,51%
Fornecedores (c/c e inobitilizado)		647.678,02	968.270,01	3.980.366,89	1.079.291,13	1.116.939,87	648.473,70	320.446,34	219.254,10	218.892,17	123.587,92	330.792,07	736.497,29	122,65%
Estado e Outros Entes Públicos		41.327,38	36.567,11	37.059,87	59.215,22	55.863,53	34.021,57	49.331,15	40.909,11	18.307,65	20.652,44	18.917,80	22.899,10	21,05%
Administração Autárquica		97.236,70	24.434,36	22.041,11	50.839,25	38.914,37	15.705,20	14.719,00	18.799,92	0,00	32.968,32	0,00	0,00	*
Outros Credores		365.361,55	363.262,30	418.780,31	449.001,36	449.201,60	398.413,97	424.836,47	445.133,33	363.652,63	456.899,40	567.356,61	483.725,65	-14,74%
Acréscimos e Diferimentos*		417.287,79	402.794,96	421.521,51	447.233,22	292.457,05	307.538,13	415.483,06	390.299,15	405.493,62	416.032,91	414.807,47	612.157,73	47,58%
Total Passivos Financeiros		7.048.539,72	6.697.670,94	9.231.874,92	10.005.576,11	9.347.741,46	8.276.765,58	7.347.899,60	7.226.701,14	6.040.685,56	5.009.845,63	4.222.103,30	3.858.252,67	-8,62%
Activos Financeiros (2)														
Caixa		7.402,66	1.577,74	8.186,85	2.118,57	2.665,30	3.397,93	2.212,48	3.130,44	4.085,13	3.214,69	2.294,29	2.525,37	10,07%
Depósitos Instituições Financeiras		776.825,69	561.392,25	459.792,21	990.274,18	856.539,15	782.601,88	1.568.116,73	1.565.072,96	1.740.581,56	1.644.706,54	758.862,46	1.151.735,77	51,77%
Clientes/ Adiantamentos fornecedores		26.963,97	24.639,23	37.062,56	25.268,12	41.137,43	138.599,85	213.807,06	178.495,18	201.454,87	257.511,05	237.878,66	284.223,59	10,22%
Estado e Outros Entes Públicos		37.153,74	39.437,97	34.237,65	0,00	0,00	0,00	34.296,52	77.162,99	134.691,84	59.856,70	129.679,17	177.723,48	37,05%
Outros Devedores		0,00	340.775,74	577.660,30	1.507.650,44	1.350.384,53	477.217,38	244.746,95	299,66	749,36	114.839,38	8.047,84	526.945,01	6440,20%
Acréscimos e Diferimentos		51.103,19	178.028,08	93.659,02	375.221,42	564.173,25	565.050,51	594.339,35	507.774,35	1.652.786,82	1.720.405,86	1.346.591,30	1.385.229,74	2,87%
Investimentos Financeiros		238.356,95	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	230.874,98	795.257,15	795.257,15	787.775,15	787.775,15	581.209,98	-25,22%
Total dos Activos Financeiros		1.137.806,20	1.378.725,99	1.441.663,57	3.131.407,71	3.045.774,64	2.197.752,53	2.908.394,07	3.127.186,73	4.529.586,75	4.588.311,37	3.291.128,87	4.108.992,94	24,89%
Endividamento Líquido (1)-(2)		5.910.733,52	5.320.944,95	7.790.411,36	6.874.118,40	6.301.966,82	6.079.013,05	4.439.505,53	4.099.514,41	1.511.128,81	421.334,26	930.974,43	-250.740,27	-126,93%

* Para cálculo do end. líquido não entram as contas 2745 e 2749.

RPAS

Evidencia-se de seguida em termos gráficos a evolução do endividamento líquido:



Do quadro e gráfico supra podemos tirar as seguintes conclusões:

- Regista-se uma diminuição de 126,93% do endividamento líquido, relativamente ao final do ano de 2017, valor este que em termos absolutos representa menos 1.181.714,70€;
- Esta redução resulta de uma diminuição dos passivos na ordem dos 9 %, e do aumento dos ativos de 25%;
- Valor da dívida de médio e longo prazo tem vindo a diminuir fruto das amortizações dos empréstimos;
- O valor em médio e longo prazo de outros credores respeita ao registo do acordo de pagamento de dívida antiga à ADSE e do registo da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal;
- Verifica-se um aumento da dívida a fornecedores na ordem dos 123%, que em valores absolutos se traduz em mais 405.705,22€;
- O aumento da rubrica Outros Devedores deve-se ao contrato de cedência de infraestruturas, com a Águas do Centro Litoral.
- 53% do endividamento concentra-se no médio e longo prazo.

Relativamente aos empréstimos analisamos de seguida a evolução do serviço da dívida:

Evolução dos Encargos do Serviço da Dívida - Empréstimos Médio Longo Prazo										
Descrição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	%
Amortização de Capital	532.155,31	525.584,89	521.752,04	749.529,43	977.307,62	967.336,02	964.219,87	964.219,87	655.555,60	97%
Encargos Financeiros	84.218,05	184.636,39	166.144,94	92.440,78	82.481,29	59.129,89	43.153,02	31.433,14	23.738,97	3%
Serviço da Dívida	616.373,36	710.221,28	687.896,98	841.970,21	1.059.788,91	1.026.465,91	1.007.372,89	995.653,01	679.294,57	100%

O total do serviço da dívida em 2018 ascendeu a 679.294,57€.

No decurso do ano foram pagos juros, no montante de 23.738,97€, e foram efetuadas amortizações, no valor de 655.555,60€, as quais representam 97% do valor total do serviço da dívida.

Refira-se ainda que no final do ano de 2018, venceu-se o empréstimo contraído no valor de 6.000.000,00€, com a finalidade de saneamento financeiro.

RPMS

No quadro seguinte apresentam-se as entidades participadas pelo Município de Arganil, em 31-12-2018, bem como a contribuição de cada uma para a dívida do Município:

[Handwritten initials]

Participações do Município de Arganil em 31-12-2018

Entidade Participada		Tipo de entidade	% da participação	Resultado Líquido antes de impostos em 31-12-2018	Contribuição para a dívida bruta do Município	Observações
Denominação	N.I.P.C.					
Águas do Centro Litoral, SA	513606181	Societária	0,47%	4.235.789,65	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ERSUC - Resíduos Sólidos do Centro	503004405	Societária	0,64%	249.519,00	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
WRC - Agência de Desenvolvimento Regional, SA	506053628	Societária	0,36%	-	0,00	Dissolução da entidade a 31/12/2018
Município - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação E. M.	504475606	Societária	0,15%	139.256,21	0,00	Cumprido o disposto na alínea c) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
AIRC - Associação de Informática da Região Centro	501378669	Não societária	2,49%	442.861,69	16.528,88	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADESA - Associação de Desenvolvimento Regional da Serra do Açor	503508780	Não societária		-5.414,00	46.274,20	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ANMP - Associação Nacional de Municípios	501627413	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Não contribui para a dívida bruta ao abrigo do n.º 1 do art. 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
COM RC - Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra	508354617	Não societária		4.446,69	4.383,92	Contribui para a dívida bruta ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
ADXTUR - Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias de Xisto	507925270	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro
Associação de Desenvolvimento Turístico das Aldeias Históricas de Portugal	507709705	Não societária		Sem informação à data da elaboração do presente documento	0,00	Excluída ao abrigo do disposto na alínea e) do n.º 1 do art. 54º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro

[Handwritten notes and signatures]

Considerando os dados existentes à data da elaboração do presente relatório verifica-se que, as entidades participadas pelo Município de Arganil contribuem em 67.187,00€ para a dívida bruta do Município de Arganil.

5. Balanço e Demonstração de Resultados

5.1 Balanço

O Balanço é o mapa contabilístico que apresenta a posição financeira e patrimonial da autarquia, é normalmente reportado ao final do exercício económico e apresenta de forma agrupada os ativos, os passivos e os fundos próprios.

O valor que a seguir se apresentam, estão naturalmente limitados à aplicação dos princípios contabilísticos no POCAL, muito concretamente no que se refere ao princípio do Custo Histórico, que determina que os registos contabilísticos devem basear-se em custos de aquisição ou produção.

O conjunto de Bens e Direitos que compõem o Ativo do Município totalizavam, em 31 de Dezembro de 2018, 52.828.441,03€.

Do quadro a seguir apresentado podemos verificar que a variação da estrutura do balanço de 2017 para 2018 aumentou 920.873,24€ (1,77%).

Após o pico registado em 2012, em que se atingiram os valores mais altos dos últimos 7 anos, verifica-se uma quebra resultado em parte das amortizações.

A estrutura do Balanço, evidencia que o Ativo Fixo, ou seja, os bens duradouros e as participações do Município noutras entidades, representam a grande maioria do Ativo (93,15%). Esta estrutura reflete o elevado peso da política de investimento Municipal, que tem existido ano após ano, e a sua consequente materialização em bens duradouros.

No ano 2018, verificou-se o aumento do ativo circulante, onde estão registados um conjunto de dívidas de terceiros, nas quais se incluem as receitas liquidadas e não cobradas, nomeadamente dos serviços de água, saneamento e recolha de resíduos sólidos, educação, entre outras, a dívida resultante do contrato de cedência de infraestruturas com a Águas do Centro Litoral, as matérias-primas e os depósitos em instituições financeiras e caixa.

O valor dos acréscimos e diferimentos, do lado do ativo, respeita a: acréscimo de proveitos - proveitos a reconhecer no próprio exercício, cuja receita só venha a obter-se em exercício ou exercícios posteriores; e custos diferidos – custos que devem ser reconhecidos nos exercícios seguintes, ainda que as despesas respetivas tenham ocorrido em 2018.

RPMS
9

O aumento significativo desta rubrica, e como já foi referido anteriormente, resulta da contabilização como acréscimo de proveitos do IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) de 2018 a receber apenas em 2019.

Os Fundos Próprios diminuíram 2,79% relativamente ao ano de 2017, são constituídos maioritariamente pelo Património e a sua variação resulta igualmente da aplicação dos resultados de exercícios anteriores.

Assim, o valor do Património respeita por um lado ao cumprimento do aprovado pela Assembleia Municipal, da aplicação do Resultado Líquido do Exercícios anteriores, e por outro a regularizações quer do Balanço Inicial, quer de exercícios anteriores;

O resultado líquido foi negativo no valor de 1.042.270,27€, registando uma diminuição relativamente a 2017 de 888.300,07€.

O Passivo do Município de Arganil é principalmente de curto prazo, fazendo, deste modo, pressão imediata sobre a tesouraria, assumindo também um peso elevado quando comparado com o valor dos Fundos Próprios.

É de salientar que estão refletidos no Passivo, tal como em Disponibilidades, 495.551,47€ de cauções retidas a terceiros e de operações de tesouraria.

A aplicação do Princípio da Especialização, de acordo com o estipulado no POCAL, implica o registo contabilístico de todos os custos e proveitos referentes ao exercício, mesmo que sejam apenas suportados/recebidos em diferentes exercícios económicos.

Em relação aos subsídios recebidos pelo Município para comparticipação no investimento em bens corpóreos, só deverão ser reconhecidos como proveitos na medida em que forem contabilizadas as depreciações (amortizações) do imobilizado a que dizem respeito.

Enquanto tal, estes valores têm que estar refletidos na rubrica de Acréscimos e Diferimentos. Em suma, os 13.131.758,34€ que figuram no lado do Passivo no Balanço não correspondem a nenhuma forma de dívida do Município, sendo 95% correspondentes ao diferimento de proveitos (comparticipações ao investimento), os quais serão amortizados de acordo com a vida útil dos respetivos bens, e os restantes 5% referem-se à previsão de diversos custos respeitantes a 2018, que à data de 31-12-2018 não se encontravam registados na contabilidade.

Conclui-se que ao respeitar o Princípio Contabilístico do Acréscimo, o Município apresenta uma imagem real e fidedigna da sua situação económica e financeira.

AB

AAA

O

Wic Almd

BBB

No passivo o valor dos empréstimos de médio e longo teve uma redução que se traduz no montante transferido para curto prazo, respeitante às amortizações de capital com exigibilidade de curto prazo.

O valor, de outros credores, considerado em dívidas de 3.ºs de médio e longo prazo respeitam ao plano de pagamentos da ADSE e ao já anteriormente referido da contabilização da contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal.

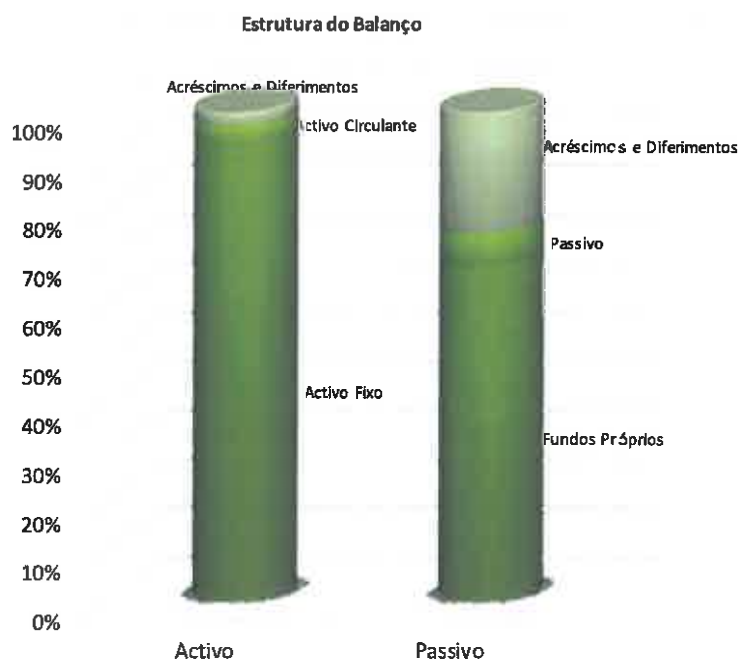
RPAS

Estrutura e Evolução Patrimonial da Autarquia

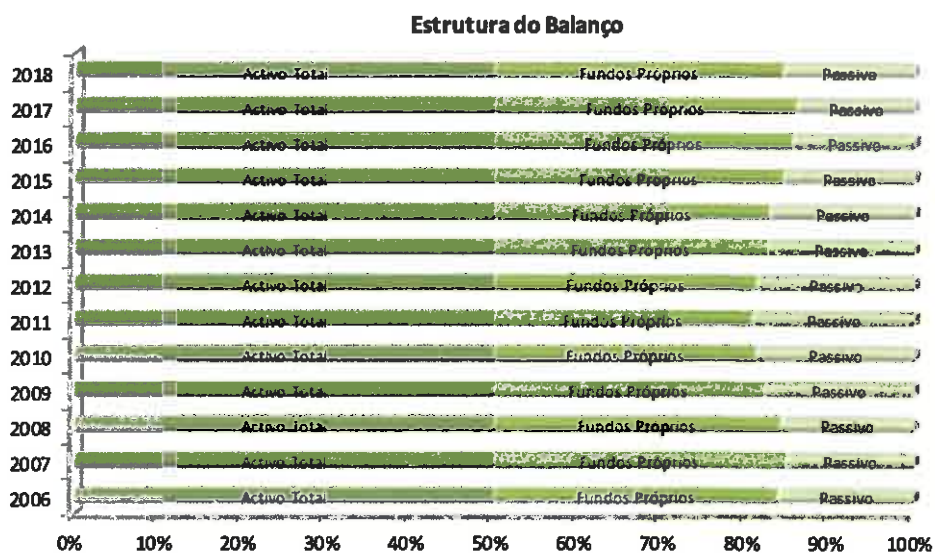
Designação	2014		2015		2016		2017		2018		Variação 18/17	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
1. Imobilizado	51.096.167,63	96,52%	50.106.103,97	92,94%	49.066.726,74	92,67%	49.328.137,83	95,03%	49.210.692,63	93,15%	-117.441,5,20	-0,24%
1.1 Bens do Domínio Público	22.988.310,01	42,94%	22.568.916,14	41,86%	22.119.842,03	41,79%	21.758.463,27	41,92%	21.347.258,66	40,41%	-411.204,61	-1,89%
1.2 Imobilizações Incorpóreas	156.330,13	0,29%	103.645,49	0,19%	62.117,45	0,12%	66.112,7	0,13%	17.161,10	0,03%	105.451,63	159,39%
1.3 Imobilizações Corpóreas	27.176.260,34	50,80%	26.638.288,19	49,41%	26.085.991,11	49,28%	26.715.738,14	51,47%	27.101.610,89	51,32%	394.872,75	1,48%
1.4 Investimentos Financeiros	795.257,15	1,49%	795.257,15	1,48%	787.775,15	1,49%	787.775,15	1,52%	581.209,98	1,10%	-206.565,17	-26,22%
2. Circulante	1.888.277,35	3,63%	2.164.914,48	4,00%	2.169.892,35	4,08%	1.232.838,66	2,39%	2.232.519,55	4,23%	999.681,0,00	81,09%
2.1 Matrizes Próprias, Subsidiárias e de Consumo	64.122,12	0,12%	73.401,70	0,14%	79.761,99	0,15%	76.076,24	0,15%	89.965,44	0,17%	13.889,20	16,26%
2.2 Dívidas de Terceiros - Curto prazo	255.951,83	0,48%	336.896,09	0,62%	432.207,13	0,82%	395.805,67	0,76%	988.292,08	1,87%	592.886,41	149,82%
2.3 Depósitos em Instituições Financeiras e Caixa	1.568.203,40	2,93%	1.744.616,69	3,24%	1.647.923,23	3,17%	761.566,75	1,47%	1.54.261,14	2,98%	389.104,39	51,65%
3. Acréscimos e Diferimentos	507.774,35	0,96%	1.652.786,82	3,07%	1.720.406,86	3,25%	1.346.591,30	2,59%	1.385.229,74	2,62%	38.638,44	2,87%
Activo (+2+3)	53.492.209,33	100,00%	53.913.805,27	100,00%	52.936.023,95	100,00%	51.907.567,79	100,00%	52.828.441,03	100,00%	920.873,24	1,77%
4. Património	34.411.931,13	64,20%	34.462.704,95	63,93%	36.334.617,71	68,84%	36.814.078,96	70,93%	36.814.078,96	70,00%	0,00	0,00%
5. Reservas	576.451,71	1,05%	579.124,02	1,05%	679.292,65	1,25%	754.247,45	1,45%	754.247,45	1,43%	0,00	0,00%
6. Resultados Transitados	0,00	0,00%	1.398.918,44	2,58%	0,00	0,00%	-111.853,22	-0,21%	-266.823,42	-0,50%	-153.970,20	-0,29%
7. Resultado Líquido do Exercício	53.449,13	0,10%	604.454,23	1,12%	504.696,05	0,95%	-163.970,20	-0,31%	-1.042.270,27	-1,97%	-888.300,07	-1,66%
Fundos Próprios (4+5+6+7)	35.041.928,97	65,34%	37.045.201,64	68,71%	37.816.606,41	71,45%	37.302.602,99	71,87%	36.260.232,72	68,64%	-1.042.270,27	-2,79%
8. Provisões para Riscos e Encargos	305.100,00	0,56%	277.311,94	0,51%	183.811,94	0,35%	183.811,94	0,35%	183.811,94	0,35%	0,00	0,00%
9. Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo	5.144.975,52	9,61%	4.070.129,64	7,55%	2.995.283,77	5,66%	2.234.673,76	4,30%	1.547.417,30	2,93%	-687.256,45	-13,37%
9.1 Dívidas a Instituições de crédito	4.178.439,95	7,83%	3.214.220,07	5,96%	2.250.000,20	4,25%	1.594.444,60	2,88%	1.138.889,00	2,15%	-455.555,60	-28,57%
9.2 Outros Credores	966.535,57	1,79%	855.908,57	1,59%	745.283,57	1,41%	640.229,15	1,22%	408.528,30	0,77%	-231.700,85	-36,19%
10. Dívidas a terceiros - Curto prazo	1.691.426,47	3,14%	1.665.062,30	3,07%	1.598.328,95	3,02%	1.572.622,08	3,01%	1.705.220,73	3,23%	132.598,65	8,43%
10.1 Empréstimos de curto prazo	967.336,01	1,81%	964.219,87	1,79%	964.219,87	1,81%	655.555,60	1,26%	455.555,60	0,86%	-200.000,00	-30,51%
10.2 Fornecedores, c/c	219.254,10	0,41%	204.940,74	0,38%	195.507,50	0,37%	216.255,11	0,41%	288.197,48	0,55%	69.932,37	32,04%
10.3 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
10.4 Fornecedores de Imobilizado, c/c	40.909,11	0,08%	13.941,43	0,03%	18.080,42	0,03%	12.536,96	0,02%	448.309,81	0,87%	335.772,85	298,37%
10.5 Estado e outros entes públicos	19.793,92	0,04%	18.307,63	0,03%	20.652,44	0,04%	18.977,80	0,04%	22.899,10	0,04%	3.981,30	21,05%
10.6 Administração autárquica	0,00	0,00%	0,00	0,00%	32.969,32	0,06%	0,00	0,00	6.543,09	0,01%	6.543,09	
10.7 Outros credores	445.133,33	0,83%	363.652,63	0,67%	456.899,40	0,86%	567.356,61	1,09%	483.725,65	0,91%	-83.630,96	-14,74%
11. Acréscimos e Diferimentos	11.308.878,37	21,12%	10.956.099,75	20,32%	10.639.992,88	20,09%	10.613.967,03	20,44%	15.131.768,34	28,64%	2.617.801,31	23,72%
Passivo (8+9+10+11)	18.450.380,36	34,34%	16.868.603,63	31,10%	15.417.417,64	29,13%	14.606.064,80	28,14%	16.568.208,31	31,36%	1.963.143,51	13,44%
Fundos Próprios e Passivo	53.492.209,33	100,00%	53.913.805,27	100,00%	52.936.023,95	100,00%	51.907.567,79	100,00%	52.828.441,03	100,00%	920.873,24	1,77%

74/90

[Handwritten signatures and initials]



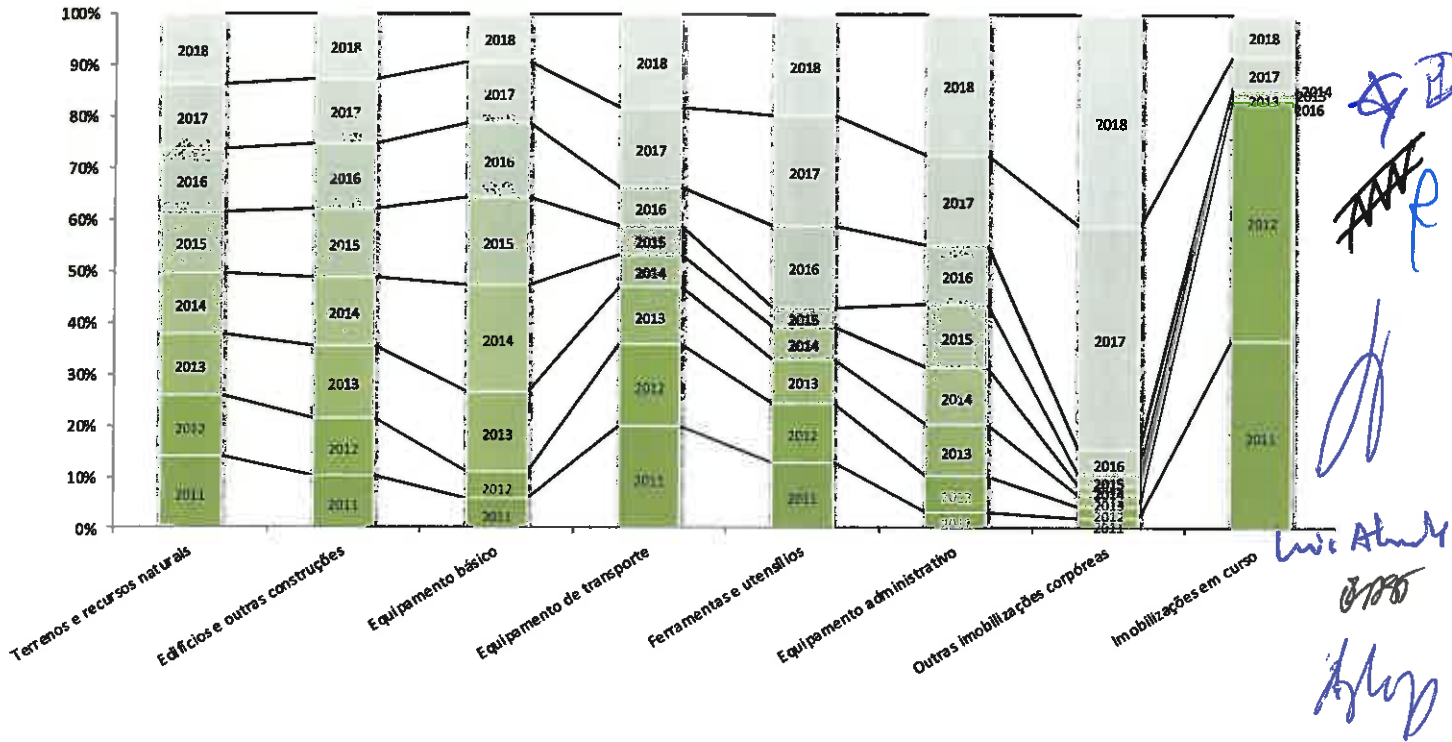
No gráfico seguinte é possível ver que nos últimos 13 anos a estrutura do Balanço, do Município de Arganil, não sofreu grandes alterações:



Nos gráficos e quadros seguintes podemos observar a evolução das Imobilizações Corpóreas e dos Bens do Domínio Público, nos últimos 8 anos:

RPMS
9/

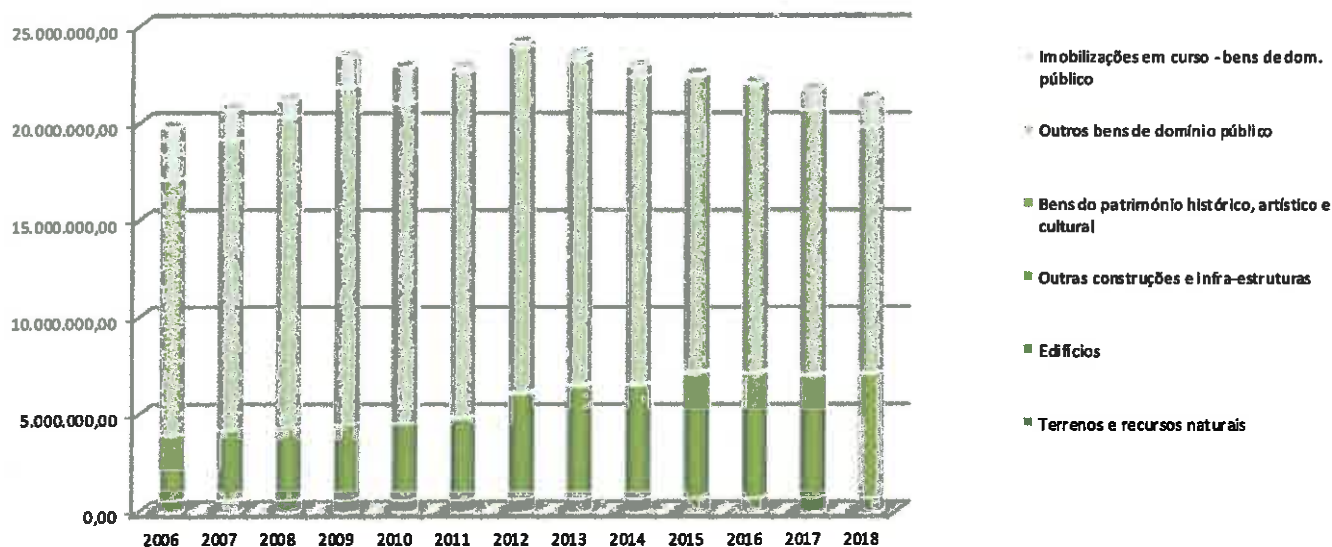
Evolução do Investimento - Imobilizações Corpóreas



Evolução do investimento - Imobilizações Corpóreas

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Terrenos e recursos naturais	4.370.957,96	3.829.537,83	3.732.732,33	3.804.073,91	3.804.073,91	3.872.921,64	3.922.641,64	4.419.230,88
Edifícios e outras construções	15.583.726,54	18.387.818,93	22.851.949,95	21.717.523,86	21.361.091,74	20.904.472,80	20.654.283,36	20.342.538,42
Equipamento básico	376.918,36	357.527,06	1.063.334,55	1.380.621,91	1.168.894,66	967.905,69	792.364,45	637.914,17
Equipamento de transporte	378.831,18	311.237,67	210.240,72	127.516,76	103.661,60	111.845,09	297.451,58	353.933,95
Ferramentas e utensílios	7.426,48	6.740,58	4.945,69	3.536,99	2.267,77	9.178,82	12.321,16	115.115,4
Equipamento administrativo	31.073,93	67.066,40	96.004,24	106.322,41	117.288,68	112.148,19	167.930,24	261.972,06
Outras imobilizações corpóreas	813,42	813,42	876,58	813,42	813,42	1.959,98	17.182,83	16.282,80
Imobilizações em curso	4.792.112,76	6.164.307,35	43.863,23	35.851,08	80.196,41	75.558,90	65.1562,88	1.067.227,07
Total	26.551.860,63	29.125.049,24	28.003.947,29	27.176.260,34	26.638.288,19	26.085.991,11	26.715.738,14	27.110.610,89

Evolução Investimento - Bens do domínio público



Evolução do investimento - Bens de Domínio Público

	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Terrenos e recursos naturais	614.395,47	675.800,40	675.800,40	675.800,40	687.932,90	696.949,01	707.057,29	707.088,07
Edifícios	5.668,33	5.382,77	5.060,57	4.738,37	4.415,17	4.093,97	3.771,77	3.449,57
Outras construções e infra-estruturas	4.173.590,95	5.377.735,24	5.760.424,93	5.801.830,57	6.421.681,75	6.374.219,53	6.266.509,67	6.343.352,66
Bens do património histórico, artístico e cultural	103.754,51	106.691,90	105.034,38	105.034,38	105.034,38	105.034,38	120.334,38	120.334,38
Outros bens de domínio público	17.738.641,55	17.691.979,78	16.682.773,28	15.778.470,98	15.170.855,46	14.808.865,61	13.571.555,60	12.588.920,56
Imobilizações em curso - bens de dom. público	290.643,48	355.559,69	371.979,71	582.435,31	58.992,48	110.680,53	1079.234,56	1574.103,42
Total	22.936.684,29	24.223.149,78	23.621.073,27	22.968.310,01	22.668.913,14	22.119.842,03	21.758.463,27	21.347.268,66

RPAS
9/

5.2 Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados constitui o mapa financeiro que apresenta os resultados económicos da atividade do Município durante o exercício. Os custos e as perdas e os proveitos e os ganhos são classificados de acordo com a respetiva natureza, originando resultados operacionais, financeiros, extraordinários e líquidos.

A Demonstração de Resultados é elaborada tendo em conta o Princípio Contabilístico da Especialização do Exercício, em que, os proveitos e os custos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento, devendo incluir-se nas demonstrações financeiras dos períodos a que respeitem.

A atividade desenvolvida ao longo do ano 2018 registou total de custos, no valor de 13248981.99 €, e um total de proveitos no valor de 12.206711,72€, que originaram um resultado líquido de -1.042.270,27€.

Designação	2013	2014	2015	2016	2017	2018	Variação	
							Valor	%
Resultados Operacionais	-633.467,06	-1223.124,12	-646.261,19	-696.401,58	-1279.695,56	-1913.145,32	-633.449,76	49,50%
Resultados Financeiros	994.622,37	1074.397,05	1069.927,39	1.138.762,11	1.016.334,96	1064.388,70	48.053,74	4,73%
Resultados Correntes	361.155,31	-148.727,07	423.666,20	442.360,53	-263.360,60	-848.756,62	-585.396,02	222,28%
Res. Líquido do Exercício	723.572,16	53.446,13	604.454,23	504.696,05	-153.970,20	-1042.270,27	-888.300,07	576,93%

Do quadro acima verifica-se que todos os resultados do exercício verificaram uma diminuição relativamente a 2017.

No ano de 2018 mais uma vez os proveitos operacionais foram inferiores aos custos operacionais originando um resultado operacional negativo.

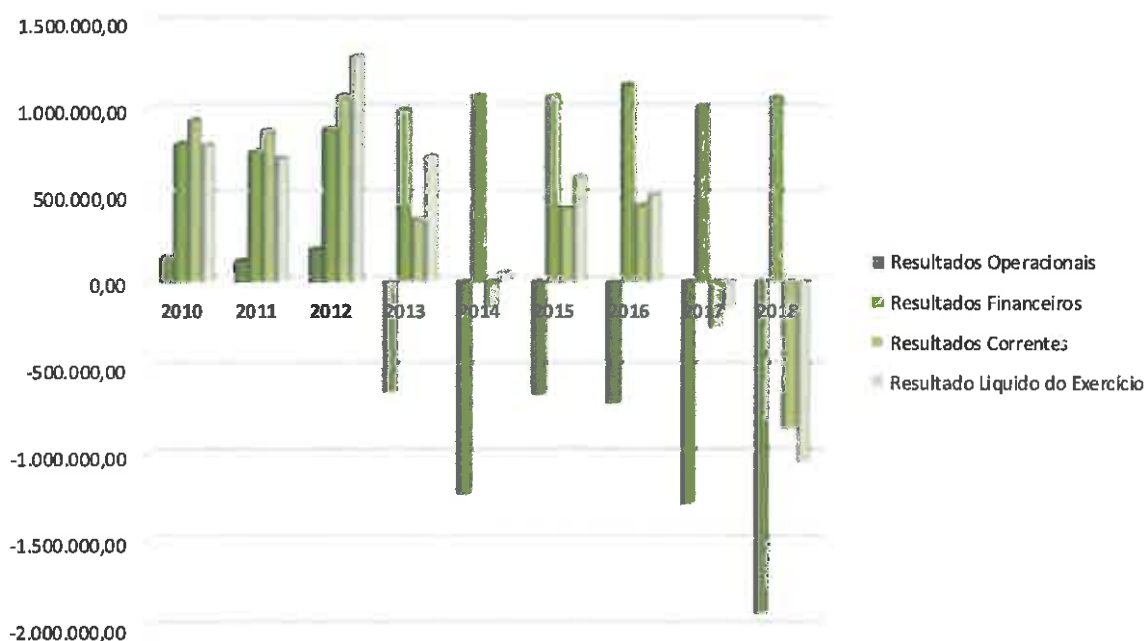
Para esta situação contribuiu:

- O aumento dos custos, nomeadamente:
 - A aquisição de água para abastecimento público, originou um aumento face a 2017 de 426.397,87€;
 - Pessoal, fruto do descongelamento de carreiras e do programa de regularização extraordinária de vínculos precários na administração pública – mais 391.680,72€;
 - Transferências e subsídio corrente concedido onde estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia e para Instituições Sem Fins Lucrativos, no total mais 230.604,91€ do que em 2017;
 - Amortizações do exercício – mais 48.660,14€ do que em 2017.

Os resultados extraordinários tiveram uma evolução negativa registando o valor em 2018 de 193.513,65€.

O resultado líquido do exercício, como atrás já referido foi de -1.042.270,27€ que traduz a capacidade do município em gerar proveitos para fazer face aos seus custos.

O Resultado Líquido, em consequência das opções políticas seguidas pelo executivo, não está na forma de disponibilidades (Depósitos à Ordem ou Caixa), mas encontra-se traduzido em Investimento Autárquico.



Custos

À semelhança dos anos anteriores, as parcelas mais representativas dos custos incorridos pelo Município (não considerando as Amortizações do Exercício) foram os Custos com o Pessoal e os custos com Fornecimentos e Serviços Externos, com pesos de 29,57% e 28,05%, respetivamente.

Relativamente à rubricas das amortizações ela registou o valor de 2.868.072,24€ a qual reflete os investimentos realizados em anos anteriores.

A aplicação da contabilidade de custos permitiu aferir de forma real o valor do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas no ano de 2018 que ascendeu a 122.507,51€.

RPAS
9/

A rúbrica de custos e perdas financeiras verificou uma diminuição no ano de 2018, em resultado da diminuição dos juros dos empréstimos.

Os custos e perdas extraordinárias verificaram um aumento relativamente a 2017. Nesta rúbrica estão incluídas as transferências para as Juntas de Freguesia a título de, contratos de delegação de competências e contrato programa.

Proveitos

A atividade desenvolvida originou um total de proveitos de 12.206.711,72€, os quais cresceram 5,17% comparativamente a 2017.

A Venda bens e prestação de serviços representam 12,05% dos proveitos contabilizados e registaram um acréscimo de 18,72% relativamente a 2017.

Dos proveitos operacionais destaca-se ainda o peso das transferências e subsídios obtidos, que representam 55,69% dos proveitos totais.

O valor dos Proveitos e Ganhos Financeiros cifrou-se em 1.095.538,55€.

O valor dos proveitos extraordinários representa 6,91% do total da estrutura dos proveitos.

~~AAA~~ P
B \$
Luis Almeida
8/10/18
Bryp

Demonstração de Resultados

ANO: 2018

Código das Contas POCAL	Exercícios			
	2018		2017	
Custos e Perdas				
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
61				
62	Mercadorias	426.397,87	0,00	
616	Matérias	122.507,51	548.905,38	120.002,77
62	Fornecimentos e serviços externos	3.909.754,48		3.875.081,52
Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	2.959.646,90		2.635.023,52
643 a 648	Encargos sociais	756.095,01	7.625.496,37	689.037,67
63	Transf. e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	1044.589,55	1044.589,55	813.984,64
66	Amortizações do exercício	2.868.072,24		2.819.412,10
67	Provisões do exercício	12.375,18	2.880.447,42	8.041,69
65	Outros custos e perdas operacionais	81108,36	81108,36	48.234,18
	(A)		12.180.547,08	11.008.818,07
68	Custos e perdas financeiras	31149,85	31149,85	34.814,15
	(C)		12.211.696,93	11.043.632,22
69	Custos e perdas extraordinárias	1037.285,06	1037.285,06	717.298,68
	(E)		13.248.981,99	11.760.930,90
88	Resultado líquido do exercício	0,00	-1042.270,27	0,00
			12.206.711,72	11.606.960,70
Proveitos e Ganhos				
Vendas e prestações de serviços:				
7111	Vendas de mercadorias	0,00		0,00
7112+7113	Vendas de produtos	470.441,97		443.000,94
712	Prestações de serviços	833.391,73		714.622,87
713	Outros Serviços	124.897,16		12.745,05
715	Reembolsos e Restituições	-2.880,08		-3.115,30
716	Anulações	0,00		-29,56
714	Outras Receitas Correntes	44.550,39	1470.401,17	71282,17
72	Impostos e taxas	1999.091,67		1873.644,03
	Variação da produção	0,00		0,00
75	Trabalhos para a própria entidade	0,00		7.985,45
73	Proveitos suplementares	0,00		0,00
74	Transferências e subsídios obtidos	6.797.908,92		6.608.986,86
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	8.797.000,59	0,00
	(B)		10.267.401,76	9.729.122,51
78	Proveitos e ganhos financeiros	1095.538,55	1095.538,55	1051.149,11
	(D)		11.362.940,31	10.780.271,62
79	Proveitos e ganhos extraordinários	843.771,41	843.771,41	826.689,08
	(F)		12.206.711,72	11.606.960,70

Resumo:

Resultados Operacionais: (B)- (A)		-1913.145,32	-1279.695,56
Resultados Financeiros: (D-B)- (C-A)		1064.388,70	1016.334,96
Resultados Correntes: (D)- (C)		-848.756,62	-263.360,60
Resultado Líquido do Exercício: (F)- (E)		-1042.270,27	-153.970,20

RPAS
9

6. Aplicação de Resultados

Face às imposições do Ponto 2.7.3 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, o valor do Resultado Líquido é transferido para o exercício seguinte, para a conta Resultados Transitados (conta 59). E se o saldo da conta 59 for positivo, o seu valor pode ser repartido para reforço do património e para constituição ou reforço de reservas. O disposto nos Pontos 2.7.3.4 e 2.7.3.5 obriga a que se reforce o património, até que o valor contabilístico da conta 51 corresponda a 20% do Ativo Líquido, e a que se reforce a conta 571 – Reservas Legais, no valor mínimo de 5% do Resultado Líquido do Exercício.

Deste modo, e uma vez que, o Resultado Líquido é negativo propõe-se que o mesmo seja transferido para a conta de Resultados Transitados.

Conta resultados transitados	
Saldo da conta 59	-265.823,42
RLE 2018	-1.042.270,27
Total	-1.308.093,69

~~AAA~~
B
D
Luis Alde
BPA
A/lop

7. Factos Relevantes ocorridos Após o Exercício

De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, na sua atual redação, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2019 não foi registado qualquer movimento com relevância para as contas desse exercício.

8. Contabilidade de Custos

Tendo em conta que a informação proporcionada pelas demonstrações financeiras tradicionais se torna limitada e que o controlo orçamental dos organismos públicos está sujeito a medidas mais restritivas, fundamentalmente no que diz respeito à despesa, a contabilidade de custos assume um papel determinante como medida de análise e controlo, auxiliando o processo de tomada de decisões dos gestores públicos.

De modo a dar cumprimento ao determinado no ponto 2.8.3 do POCAL, continuámos a utilizar e a aprofundar o sistema de Contabilidade Analítica, o que permitiu apurar custos por bens e serviços, funções, centros de responsabilidade e proveitos.

Considerando que um dos objetivos da contabilidade analítica é aplicar métodos de imputação que transformem, o mais possível, os custos indiretos em diretos, em 2018 reforçámos a atenção neste aspeto imputando custos, que anteriormente tinham sido considerados indiretos, em diretos a bens ou serviços.

Com a implementação e o constante aperfeiçoamento deste instrumento, constata-se que a tomada de decisões, apoiadas pela análise e informação obtida através do recurso à contabilidade de custos, apresentam um maior grau de certeza face à anteriormente obtida, tornando-se num mecanismo de gestão que potencializa a eficiência dos recursos existentes e utilizados, proporcionando uma informação cada vez mais pormenorizada e aproximada do real, podendo proporcionar uma tomada de decisão mais correta.

8.1 Análise de Custos

O ponto 2.8.3.1 do POCAL estabelece que *“a contabilidade de custos é obrigatória no apuramento dos custos das funções e dos custos subjacentes à fixação de tarifas e preços de bens e serviços”*.

O custo das funções, dos bens e serviços corresponde aos respetivos custos diretos e indiretos relacionados com a produção, distribuição, administração geral e financeiros, conforme estipula o ponto 2.8.3.2 do POCAL. Para a soma dos custos diretos concorrem os custos de materiais, de mão-de-obra direta, o custo das máquinas e viaturas e outros custos diretos.

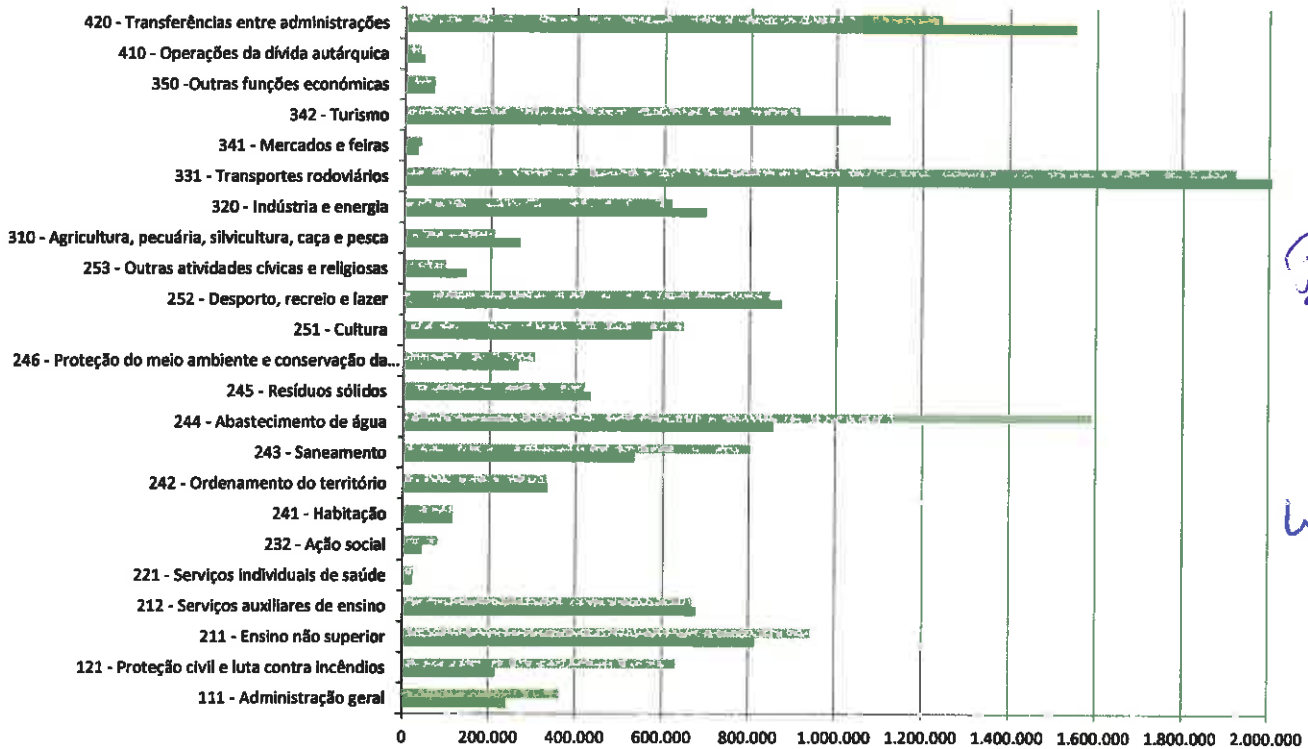
Na tabela e gráfico 1 lista-se a distribuição dos custos por funções do ano 2018, comparando com o ano de 2017.

~~XXXX~~
B
Luis Alencar
GPT
Aylyp

Quadro Comparativo - Classificação Funcional 2017 - 2018					
Classificação Funcional		2018		2017	
		Custo por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	993.145,49 €	7,70%	454.616,18 €	3,77%
110	Serviços gerais de administração pública	363.283,32 €	2,81%	240.426,26 €	1,99%
111	Administração geral	363.283,32 €	2,81%	240.426,26 €	1,99%
120	Segurança e ordem públicas	629.862,17 €	4,88%	214.189,92 €	1,78%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	629.862,17 €	4,88%	214.189,92 €	1,78%
2	Funções sociais	6.866.806,25 €	53,21%	5.682.081,88 €	47,12%
210	Educação	1.609.884,09 €	12,47%	1.490.041,45 €	12,36%
211	Ensino não superior	942.753,23 €	7,30%	813.285,29 €	6,74%
212	Serviços auxiliares de ensino	667.130,86 €	5,17%	676.756,16 €	5,61%
220	Saúde	25.022,53 €	0,19%	21.418,12 €	0,18%
221	Serviços individuais de saúde	25.022,53 €	0,19%	21.418,12 €	0,18%
230	Segurança social	80.351,31 €	0,62%	44.447,68 €	0,37%
232	Ação social	80.351,31 €	0,62%	44.447,68 €	0,37%
240	Habituação e serviços coletivos	3.563.683,80 €	27,61%	2.538.558,79 €	21,05%
241	Habituação	115.060,26 €	0,89%	114.169,64 €	0,95%
242	Ordenamento do território	331.058,24 €	2,57%	334.148,46 €	2,77%
243	Saneamento	801.471,12 €	6,21%	534.033,63 €	4,43%
244	Abastecimento de água	1.594.319,28 €	12,35%	856.597,38 €	7,10%
245	Resíduos sólidos	418.907,17 €	3,25%	434.111,77 €	3,60%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	302.867,73 €	2,35%	265.497,91 €	2,20%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	1.587.864,52 €	12,30%	1.587.615,84 €	13,16%
251	Cultura	645.699,23 €	5,00%	571.512,24 €	4,74%
252	Desporto, recreio e lazer	846.919,24 €	6,56%	872.054,90 €	7,23%
253	Outras atividades cívicas e religiosas	95.246,05 €	0,74%	144.048,70 €	1,19%
3	Funções económicas	3.769.096,61 €	29,20%	4.330.299,23 €	35,91%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	208.480,75 €	1,62%	267.905,95 €	2,22%
320	Indústria e energia	616.501,09 €	4,78%	696.335,81 €	5,77%
330	Transportes e comunicações	1.923.507,17 €	14,90%	2.146.739,97 €	17,80%
331	Transportes rodoviários	1.923.507,17 €	14,90%	2.146.739,97 €	17,80%
340	Comércio e turismo	951.685,29 €	7,37%	1.152.000,71 €	9,55%
341	Mercados e feiras	38.375,67 €	0,30%	30.566,25 €	0,25%
342	Turismo	913.309,62 €	7,08%	1.121.434,46 €	9,30%
350	Outras funções económicas	68.922,31 €	0,53%	67.316,79 €	0,56%
4	Outras funções	1.277.236,74 €	9,90%	1.592.778,62 €	13,21%
410	Operações da dívida autárquica	34.614,26 €	0,27%	42.912,34 €	0,36%
420	Transferências entre administrações	1.242.622,48 €	9,63%	1.549.866,28 €	12,85%
Total		12.906.285,09 €	100,00%	12.059.775,91 €	100,00%

RPMS
91

Evolução de Custos 2017 -2018



Handwritten notes and signatures in blue ink on the right side of the chart, including the name 'Luís Abel' and other illegible signatures.

Da análise do quadro atrás, constata-se que os custos incorporáveis ascendem a 12.906.285,09€ mostrando-se superiores aos de 2017.

Das quatro grandes rubricas das funções, a rubrica das Funções sociais é a que apresenta o maior valor de custos com 53,21% dos custos totais, sendo que os custos com o ensino não superior (7,3%), os serviços auxiliares de ensino (5,17%), os serviços de abastecimento de água (12,35%), os serviços de saneamento (6,21%), desporto, recreio e lazer (6,56%) e cultura (5,00%) foram os que mais contribuíram para a referida preponderância.

As funções económicas representam 29,20% dos custos totais, custos estes que provêm essencialmente da função 331 transportes rodoviários (14,90%) e da função 342 turismo (7,08%).

8.2 Análise de Proveitos

O apuramento dos proveitos, não constituindo uma imposição legal, surge como um complemento à análise dos custos para assim poder determinar o grau de cobertura dos mesmos.

Ora, os dados apurados consistem apenas nos proveitos diretamente imputáveis aos diversos bens e serviços, não havendo a possibilidade de incorporar proveitos diretamente às funções. De referir que a diferença entre os proveitos apurados e os proveitos existentes são considerados "proveitos não incorporáveis".

Grau de Cobertura dos Custos						
Classificação Funcional		Grau de Cobertura dos Custos %	2018			
			Proveitos por funções	%	Custo por funções	%
1	Funções Gerais	794,88%	7.894.307,62 €	65,96%	993.145,49 €	7,70%
110	Serviços gerais de administração pública	2168,19%	7.876.680,69 €	65,81%	363.283,32 €	2,81%
111	Administração geral	2168,19%	7.876.680,69 €	65,81%	363.283,32 €	2,81%
120	Segurança e ordem públicas	2,80%	17.626,93 €	0,15%	629.862,17 €	4,88%
121	Proteção civil e luta contra incêndios	2,80%	17.626,93 €	0,15%	629.862,17 €	4,88%
2	Funções sociais	34,64%	2.378.447,44 €	19,87%	6.866.806,25 €	53,21%
210	Educação	28,02%	451.116,66 €	3,77%	1.609.884,09 €	12,47%
211	Ensino não superior	47,39%	446.814,38 €	3,73%	942.753,23 €	7,30%
212	Serviços auxiliares de ensino	0,64%	4.302,28 €	0,04%	667.130,86 €	5,17%
220	Saúde	3,59%	899,06 €	0,01%	25.022,53 €	0,19%
221	Serviços individuais de saúde	3,59%	899,06 €	0,01%	25.022,53 €	0,19%
230	Segurança social	24,16%	19.413,36 €	0,16%	80.351,31 €	0,62%
232	Ação social	24,16%	19.413,36 €	0,16%	80.351,31 €	0,62%
240	Habituação e serviços colectivos	46,29%	1.649.458,92 €	13,78%	3.563.683,80 €	27,61%
241	Habituação	20,63%	23.741,88 €	0,20%	115.060,26 €	0,89%
242	Ordenamento do território	18,92%	62.622,33 €	0,52%	331.058,24 €	2,57%
243	Saneamento	50,23%	402.611,18 €	3,36%	801.471,12 €	6,21%
244	Abastecimento de água	52,00%	829.074,26 €	6,93%	1.594.319,28 €	12,35%
245	Resíduos sólidos	74,32%	311.351,74 €	2,60%	418.907,17 €	3,25%
246	Proteção do meio ambiente e conservação da natureza	6,62%	20.057,53 €	0,17%	302.867,73 €	2,35%
250	Serviços culturais, recreativos e religiosos	16,22%	257.559,44 €	2,15%	1.587.864,52 €	12,30%
251	Cultura	12,13%	78.302,26 €	0,65%	645.699,23 €	5,00%
252	Desporto, recreio e lazer	21,16%	179.211,90 €	1,50%	846.919,24 €	6,56%
253	Outras actividades cívicas e religiosas	0,05%	45,28 €	0,00%	95.246,05 €	0,74%
3	Funções económicas	44,99%	1.695.739,36 €	14,17%	3.769.096,61 €	29,20%
310	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	14,80%	30.851,98 €	0,26%	208.480,75 €	1,62%
320	Indústria e energia	189,88%	1.170.628,05 €	9,78%	616.501,09 €	4,78%
330	Transportes e comunicações	15,58%	299.747,80 €	2,50%	1.923.507,17 €	14,90%
331	Transportes rodoviários	15,58%	299.747,80 €	2,50%	1.923.507,17 €	14,90%
340	Comércio e turismo	17,21%	163.750,47 €	1,37%	951.685,29 €	7,37%
341	Mercados e feiras	98,62%	37.844,69 €	0,32%	38.375,67 €	0,30%
342	Turismo	13,79%	125.905,78 €	1,05%	913.309,62 €	7,08%
350	Outras funções económicas	44,63%	30.761,06 €	0,26%	68.922,31 €	0,53%
4	Outras funções	0,02%	302,09 €	0,00%	1.277.236,74 €	9,90%
410	Operações da dívida autárquica	0,37%	129,58 €	0,00%	34.614,26 €	0,27%
420	Transferências entre administrações	0,01%	172,51 €	0,00%	1.242.622,48 €	9,63%
Total		92,74%	11.968.796,51 €	100,00%	12.906.285,09 €	100,00%

RPAS
91

Da análise dos custos e proveitos apurados pela contabilidade analítica, constata-se que, no ano de 2018 os proveitos foram inferiores aos custos em 937.488,58€.

Em relação à função 111, é de salientar que o grau de cobertura dos custos desta função apenas contemplam os diretamente imputáveis aos bens e serviços, uma vez que, como já foi referido anteriormente neste relatório, os custos indiretos desta função foram distribuídos pelas restantes funções.

No que respeita aos proveitos dos bens e serviços desta função os mesmos integram todas as receitas obtidas do Orçamento de Estado, da Autoridade Tributária, entre outras.

Os proveitos da função 241 dizem respeito a habitações sociais e provêm das receitas obtidas com as rendas dos edifícios municipais.

Por último, é de referir que o grau de cobertura dos custos da função 320 – Industria e Energia deriva dos proveitos a título da renda de concessão da EDP.

~~RPAS~~
91
Luis Almeida
BROSA
Alyp

9. Considerações Finais

O ano económico de 2018 terminou com um saldo de gerência de 1.154.261,14€, sendo 658.880,77€ correspondentes ao saldo de operações orçamentais e 495380,37€ relativos a saldo de operações de tesouraria.